

2006



maia



CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
António Gonçalves Bragança Fernandes

VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
António Domingos Silva Tiago

VEREADOR
Miguel Ângelo Santos Esteves Rodrigues

VEREADOR
Mário Nuno Alves de Sousa Neves

VEREADORA
Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras

Maria Inês Loureiro Rodrigues - Em regime de substituição no período compreendido entre 24 de Abril e 31 de Agosto de 2006, em virtude da suspensão do mandato da Vereadora Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras, por gozo de licença de maternidade.

VEREADOR
Paulo Fernando de Sousa Ramalho

VEREADOR
Manuel Marques Nogueira dos Santos

VEREADOR
Rogério Duarte da Rocha

VEREADOR
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro



maia

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS



INTRODUÇÃO	4
ANÁLISE ORÇAMENTAL	6
EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO	7
<i>ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL E EXECUÇÃO</i>	<i>8</i>
<i>ALTERAÇÕES E REVISÕES AO ORÇAMENTO</i>	<i>10</i>
<i>RELAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA</i>	<i>11</i>
<i>FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM</i>	<i>15</i>
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA	17
<i>ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA</i>	<i>18</i>
<i>RECEITAS PRÓPRIAS</i>	<i>19</i>
<i>TRANSFERÊNCIAS</i>	<i>24</i>
<i>PASSIVOS FINANCEIROS</i>	<i>28</i>
<i>INDICADORES DE AUTONOMIA FINANCEIRA</i>	<i>29</i>
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA	31
<i>ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA</i>	<i>32</i>
<i>DESPESAS DE FUNCIONAMENTO</i>	<i>33</i>
<i>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</i>	<i>44</i>
<i>INVESTIMENTO GLOBAL</i>	<i>46</i>
<i>GRANDES OPÇÕES DO PLANO</i>	<i>57</i>
ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO	63
ENQUADRAMENTO	64
DÍVIDA TOTAL	65
DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	66
<i>SERVIÇO DE DÍVIDA</i>	<i>67</i>
<i>COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA NO FIM DA GERÊNCIA</i>	<i>69</i>
<i>LIMITE DA CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO</i>	<i>70</i>
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	71
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL	74
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	76
BALANÇO	77
<i>ACTIVO</i>	<i>78</i>
<i>PASSIVO</i>	<i>82</i>
<i>FUNDOS PRÓPRIOS</i>	<i>84</i>
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	85
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	88
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	90
INTRODUÇÃO	91
<i>8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE</i>	<i>92</i>
<i>8.2 – NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</i>	<i>96</i>
<i>8.3 – NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO</i>	<i>109</i>



«Todos os cidadãos têm o direito de ser esclarecidos objectivamente sobre actos do Estado e demais entidades públicas e de ser informados pelo Governo e outras autoridades acerca da gestão dos assuntos públicos.»

Tal referência consta do artigo 48.º da Constituição da República Portuguesa, em capítulo dedicado aos direitos, liberdades e garantias de participação política, aludindo ainda aquele articulado ao direito dos cidadãos tomarem parte na vida política e na direcção dos assuntos públicos do país, directamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos.

Apresentando-se as autarquias locais, no âmbito da organização democrática do Estado, como pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas, com património e finanças próprios, impende sobre as mesmas, ainda que nenhuma outra referência legal existisse, um dever efectivo de prestar informação sobre a sua actividade e sobre a forma como a levam a cabo.

Acresce que ao longo dos tempos as atribuições e competências das autarquias têm vindo a aumentar, sendo previsível que esta tendência se mantenha no futuro mais próximo. Em consequência desta, uma proporção cada vez maior de fundos públicos será gerida por autarcas que respondem perante os seus eleitores acerca da eficiência e da eficácia das suas decisões de afectação de recursos financeiros às diferentes utilizações alternativas. O montante de meios em causa, a dimensão das organizações e a necessidade de controlar a qualidade da gestão implicam uma progressiva aproximação da gestão dos organismos públicos das práticas em vigor nos organismos privados e a adopção de indicadores de gestão que tenham em conta a especialidade dos fins públicos prosseguidos. Esses princípios inovadores passaram a condicionar não só a forma de gerir como também a forma de relato desse processo.

Na linha de orientação destes princípios, o regime de contabilidade autárquica legalmente estabelecido (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e respectivas alterações) dita a elaboração do relatório de gestão como peça a integrar nos documentos de prestação de contas. Ou seja, trata-se de um compromisso claramente assumido pelos órgãos de gestão territorial.

A necessária e profícua sistematização dos diferentes dados inerentes ao universo financeiro e contabilístico determina, conseqüentemente, a seguinte metodologia no relatório de gestão em apreço:

Na primeira parte do documento apresenta-se uma abordagem de âmbito orçamental centrada numa análise da execução global do orçamento, fazendo-se uma apreciação detalhada de cada uma das suas componentes. Segue-se, em capítulo próprio, a avaliação do endividamento autárquico, questão de primordial importância no contexto global da administração pública. Por último, insere-se a análise económico-financeira, traduzida pelas considerações de cariz patrimonial, ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

Como suporte fundamental desta análise constam os anexos às demonstrações financeiras, nos quais se agregam informações indispensáveis à correcta avaliação e interpretação das contas prestadas.





ORÇAMENTO INICIAL *VERSUS* FINAL E EXECUÇÃO

Com o objectivo de avaliar quer a fiabilidade do orçamento apresentado, quer a capacidade financeira da sua execução em função do montante de receitas efectivamente arrecadadas, insere-se um quadro com os valores do orçamento inicial, final e executado, da receita e da despesa, e respectivos desvios.

Refira-se que no âmbito da análise deste capítulo, as taxas de execução da despesa, reportam-se, a obrigações efectivamente pagas e não a despesa traduzida no total de obrigações assumidas para com terceiros, (despesa facturada).

ORÇAMENTO DO ANO DE 2006						
	Previsão			Execução		
	Inicial	Final	Desvio	Valor	Desvio	Taxa de Execução %
Receitas Correntes	51.035.106	51.936.806	901.700	51.888.007	-48.799	99,91%
Receitas Capital	67.549.034	65.493.670	-2.055.364	10.471.085	-55.022.585	15,99%
Outras Receitas	160.100	160.100	0	174.111	14.011	108,75%
Saldo da gerência anterior		1.153.664				
Total	118.744.240	118.744.240	0	62.533.203	-56.211.037	52,66%
Despesas Correntes	44.913.110	47.043.545	2.130.435	37.278.095	-9.765.450	79,24%
Despesas Capital	73.831.130	71.700.695	-2.130.435	25.209.159	-46.491.536	35,16%
Total	118.744.240	118.744.240	0	62.487.254	-56.256.986	52,62%

Un:Euros

Do observado do quadro anterior resulta que o total do Orçamento aprovado para o ano de 2006 foi de 118.744.240 €, sendo o total da receita cobrada de 62.533.203 € e o total da despesa executada de 62.487.254 €. Podemos assim constatar que sendo a diferença entre ambas muito pequena, mesmo assim, a receita cobrada na gerência conseguiu atingir níveis de execução superiores ao da despesa; 52,66% contra 52,62% respectivamente.

Anota-se que o reforço do Orçamento da Receita se deveu somente à incorporação do saldo da gerência anterior no montante de 1.153.664 €, e que este, a contrário de exercícios anteriores não foi aplicado na Execução da despesa, nem originou um aumento da Dotação Global do Orçamento.

No âmbito das receitas correntes é notória a excelente performance da sua execução, próxima dos 100% e que se traduz por inerência em baixos desvios. Embora sem atingir tão elevados níveis, as despesas correntes também apresentam bons níveis de execução, com taxas a rondar os 80%.

O mesmo não se poderá dizer quanto às rubricas de natureza de Capital, que apresentam na generalidade baixos valores de execução, principalmente no que à receita respeita, cuja taxa de execução atinge 15,99%.

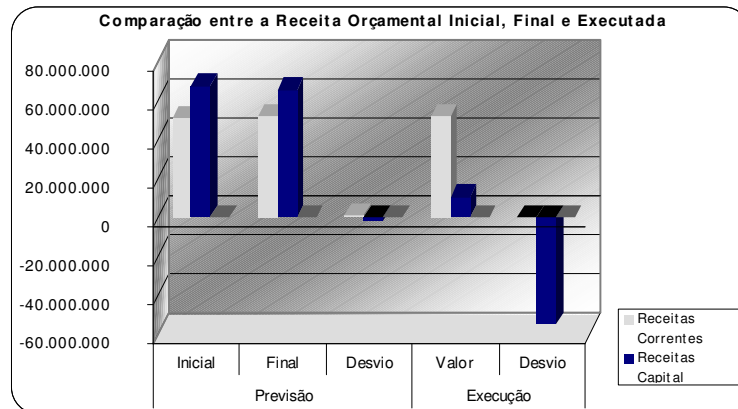
No lado da despesa é importante contudo anotar que esta execução, se reporta à relação entre Despesa Paga e Despesa Orçada, quando em rigor o que deveria ser comparado para avaliar a fiabilidade da Elaboração do Orçamento deveria ser a relação entre a Despesa Realizada e a Despesa Orçada, o que traduziria desde logo níveis de execução mais elevados e que no presente caso rondariam os 80,12%.

A elevada execução das receitas correntes resulta da excelente performance ao nível dos Impostos Directos, Taxas, Multas e Outras Penalidades, Transferências Correntes e Venda de Bens e prestação de Serviços, que apresentam taxas de execução próximas ou superiores a 100%, o pequeno desvio de (-) 48.799 € no total das receitas correntes, deve-se em grande parte ao comportamento dos Impostos In-

directos, ao apresentar um desvio de (-) 2.301.690 €, que é justificado pela existência de receita liquidada e não cobrada transitada de anos anteriores que foi considerada para efeito da previsão da receita.

O desvio de (-) 55.022.585 € no total das receitas de capital, prende-se sobremaneira com a diferença de (-) 43.757.274 € apurada na rubrica das vendas de bens de investimento, resultado, essencialmente do insucesso de Vendas de Imóveis em Hasta Pública, previstas no Orçamento Inicial.

Passamos assim a demonstrar graficamente as oscilações do Orçamento Global da Receita:

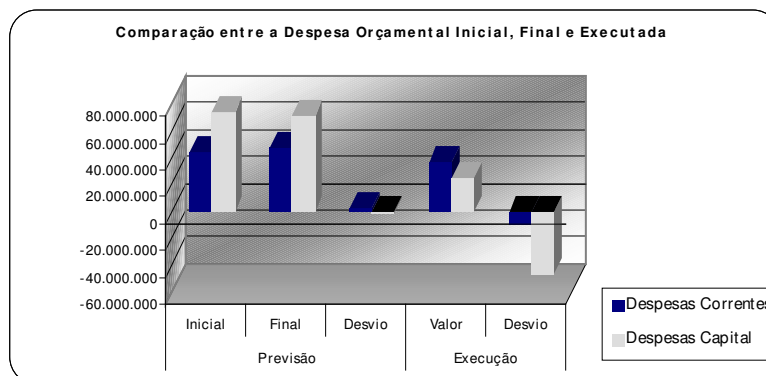


Comparativamente às dotações iniciais do orçamento da despesa, verifica-se que o orçamento final da despesa corrente é superior em exactamente, 2.130.435 €, o mesmo não acontecendo nas despesas de capital cujo orçamento final é inferior em (-) 2.130.435 €.

É notório que as despesas correntes são aquelas cujos desvios não apresentam grandes discrepâncias, o que traduz taxas de execução consideráveis, designadamente nas Despesas com Pessoal (90,34%), Juros e Outros Encargos (94,77%), Transferências Correntes (72,73%), Subsídios (93,44%), resultado de uma boa previsão efectuada.

As despesas de capital, com uma execução de 25.209.159 €, apresentam um desvio de (-) 46.491.536 €, causado sobremaneira pelo fraco contributo da rubrica Aquisição de Bens de Capital. Refira-se que, neste capítulo as rubricas com maiores taxas de execução são os Passivos Financeiros (99,01%) e as Outras Despesas de Capital (91,12%).

O gráfico seguinte reflecte o que acabamos de demonstrar relativamente às despesas.



ALTERAÇÕES E REVISÕES AO ORÇAMENTO

Relativamente a esta matéria, refira-se que ao longo da gerência em análise não se procedeu a nenhuma revisão orçamental, pelo que o aumento/diminuição das dotações orçamentais traduz unicamente movimentação inter-rubricas, em que reforços tiveram como contrapartida anulações, e vice-versa.

Anota-se quanto ao orçamento da receita que as alterações efectuadas tiveram como objectivo; introdução do saldo da gerência anterior, inscrição de uma rubrica de classificação económica que pela sua natureza não podia ser considerada no orçamento inicial, como seja o exemplo dos passivos financeiros e pequenos ajustamentos de algumas dotações sobre ou subavaliadas, como por exemplo no caso de receitas legalmente consignadas.

Dada a sua natureza, analisa-se de forma mais detalhada a evolução das dotações orçamentais da despesa. Em face dos ajustamentos das previsões, obtemos um quadro, tal como podemos verificar, no qual se agregam todas as modificações, quer no sentido positivo (reforços) quer no sentido negativo (diminuições).

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS À DESPESA								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	44.913.110	37,82%	7.779.818	5.649.383	47.043.545	39,62%	2.130.435	4,74%
01 Despesas com o Pessoal	17.628.130	14,85%	1.700.825	2.591.960	16.736.995	14,09%	-891.135	-5,06%
02 Aquisição de Bens e Serviços	16.892.290	14,23%	3.390.851	2.336.931	17.946.210	15,11%	1.053.920	6,24%
03 Juros e Outros Encargos	2.324.200	1,96%	656.342	58.292	2.922.250	2,46%	598.050	25,73%
04 Transferências Correntes	5.545.590	4,67%	997.500	493.700	6.049.390	5,09%	503.800	9,08%
05 Subsídios	2.291.100	1,93%	181.300	133.000	2.339.400	1,97%	48.300	2,11%
06 Outras Despesas Correntes	231.800	0,20%	853.000	35.500	1.049.300	0,88%	817.500	352,67%
Despesas Capital	73.831.130	62,18%	3.451.242	5.581.677	71.700.695	60,38%	-2.130.435	-2,89%
07 Aquisição de Bens de Investimento	61.865.600	52,10%	1.980.942	4.811.842	59.034.700	49,72%	-2.830.900	-4,58%
08 Transferências de Capital	5.434.100	4,58%	144.300	674.835	4.903.565	4,13%	-530.535	-9,76%
09 Activos Financeiros	100.050	0,08%	5.000	95.000	10.050	0,01%	-90.000	-89,96%
10 Passivos Financeiros	6.423.290	5,41%	1.150.000	0	7.573.290	6,38%	1.150.000	17,90%
11 Outras Despesas de Capital	8.090	0,01%	171.000	0	179.090	0,15%	171.000	2113,72%
Total	118.744.240	100,00%	11.231.060	11.231.060	118.744.240	100,00%	0	0,00%

Un: Euros

Conforme se pode observar, é possível concluir que as variações líquidas orçamentais mais significativas, em termos de valores absolutos, ocorreram nas rubricas Aquisição de Bens e Serviços (1.053.920 €), Outras Despesas Correntes (817.500 €) e Passivos Financeiros (1.150.000 €).

As dotações para Despesas com Pessoal apresentaram, um decréscimo de (-)891.135 €, bem como a Aquisição de Bens de Investimento uma diminuição de (-)2.830.900 €, por contrapartida do reforço de outras rubricas, fruto da forte política de contenção de despesas efectuadas naquelas áreas ao longo do presente exercício económico.

Nas despesas correntes, cujos orçamentos foram reforçados ao longo da execução orçamental, sobressaem a Aquisição de Bens e Serviços com um reforço de 3.390.851 €, principalmente para cobertura de novas necessidades decorrentes quer do programa Enriquecimento Curricular quer do início da utilização de novos equipamentos municipais, e as Outras Despesas Correntes com um reforço 853.000 € para fazer face a despesas com encargos de sentenças do tribunal.

Nas despesas de capital, os reforços que mais se destacam são os Passivos Financeiros com 1.150.000 €, fruto da necessidade de constituir um empréstimo de curto prazo para fazer face a necessidades de tesouraria e as Outras Despesas de Capital com 171.000 € que respeita às restituições efectuadas.

As despesas correntes com as devidas alterações e revisões orçamentais apresentam uma variação positiva de 4,74%, não acontecendo o mesmo com as despesas de capital, uma vez que estas obtêm uma variação negativa de 2,89%.

Neste sentido, podemos constatar que, a dotação das despesas correntes e de capital sofreram alterações significativas com as modificações orçamentais realizadas ao longo do ano de 2006, mas se analisarmos a despesa total, verificamos que a dotação inicial é de 118.744.240 €, valor exactamente igual ao da dotação final, reflexo de que apenas ocorreram movimentações inter-rubricas e que o impacto no orçamento final foi nulo.

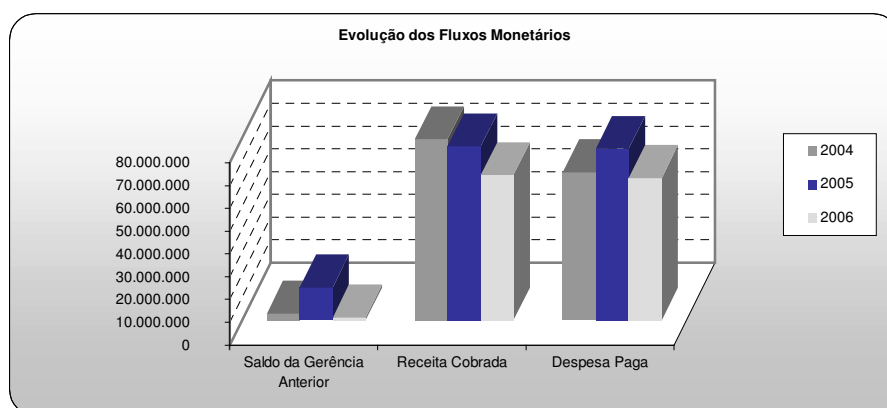
RELAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA

EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS

Interessa no âmbito desta análise associar a variação de activos que, durante um período determinado, têm reflexos no saldo final da conta de gerência. Pretende-se, designadamente, relacionar a evolução das despesas e receitas efectivas e confronta-los com o desenvolvimento quer do saldo corrente do exercício (receita corrente – despesa corrente), quer do de capital (receita de capital – despesas de capital), com o objectivo de avaliar uma possível fonte de financiamento da gerência seguinte.

EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS									
	2004			2005			2006		
	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença
Saldo da gerência anterior	2.855.633	0	2.855.633	14.464.754	0	14.464.754	1.153.663	0	1.153.663
Corrente	47.602.818	38.486.530	9.116.288	52.250.404	37.148.033	15.102.371	51.888.007	37.278.095	14.609.912
Capital	28.959.250	26.505.520	2.453.730	9.740.558	38.156.673	-28.416.115	10.471.085	25.209.159	-14.738.074
Outras	39.103		39.103	2.653		2.653	174.111		174.111
TOTAL	79.456.804	64.992.050	14.464.754	76.458.369	75.304.706	1.153.663	63.686.867	62.487.254	1.199.613

Uti Euros



Do observado verifica-se que ao longo dos últimos três anos o montante de receitas correntes cobradas é superior ao montante de despesas pagas o que traduz saldos correntes positivos, a designada poupança corrente bruta.

Durante os dois últimos anos do ciclo avaliado, relação inversa é estabelecida quanto às rubricas de natureza de capital, originando por isso saldos de capital negativos.

Quer isto dizer que, parte importante das despesas de capital pagas em 2005 e 2006 foram financiadas, quer pela poupança corrente gerada no exercício, quer pelo saldo transitado da gerência anterior.

Refira-se que ao longo do exercício de 2006 o município, gerou um saldo para a gerência seguinte ligeiramente superior ao transitado da gerência anterior, ao apresentar 1.199.613 €. Este acréscimo está relacionado principalmente com o aumento da cobrança das receitas efectivas de capital.

POUPANÇA CORRENTE

O princípio do equilíbrio orçamental (*ex-ante*), consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL determina o modelo orçamental e contabilístico das autarquias locais, ao estabelecer que o Orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e impõe que as receitas correntes sejam pelo menos, iguais às despesas correntes.

Refira-se que o orçamento municipal respeita integralmente este equilíbrio, o que em termos de execução orçamental funciona como forma de contenção do défice orçamental e de formação da poupança corrente, tendo em vista à sua aplicação na despesa de investimento.

Pretende-se, com este princípio orçamental afectar ao investimento a globalidade da receita de capital e ainda uma percentagem da receita denominada Poupança Corrente.

EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE DO EXERCÍCIO				
	2003	2004	2005	2006
Receita Corrente Executada	52.136.129	47.600.926	52.250.404	51.888.007
Despesa Corrente Executada	35.520.290	38.486.530	37.148.033	37.278.095
Poupança Corrente Bruta				
Valor	16.615.839	9.114.396	15.102.371	14.609.912
Variação	32,01%	-45,15%	65,70%	-3,26%
Divida Corrente Transitada				
Da Gerência Anterior		7.039.446	5.594.866	5.732.407
Para a Gerência Seguinte		5.594.866	5.732.407	4.685.444
Receita Corrente Liquidada e não cobrada do exercício	577.749	2.773.396	3.918.478	3.109.590
Poupança Líquida Corrente do Exercício	17.193.588	13.332.372	18.883.309	18.766.464
Valor	4.607.038	-3.861.216	5.550.937	-116.845
Variação	31,54%	-22,46%	41,64%	-0,62%

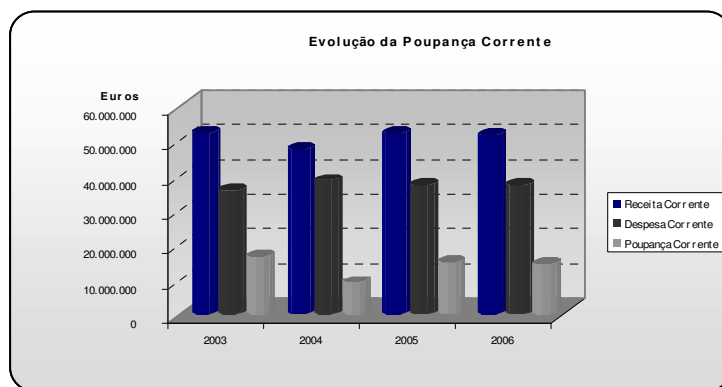
Un: Euros

Por observação do quadro anterior conclui-se que, durante o ano de 2006, da actividade financeira do município resulta, um valor de receitas correntes efectivas que não foi absorvida pelo total de despesas correntes pagas, o que traduz um poupança corrente bruta de 14.609.912 €, cerca de menos 3% que no ano de 2005.

Considerando toda a despesa corrente realizada, bem como as dívidas transitadas, e ainda a receita líquida e não cobrada, o excedente da receita corrente sobre a despesa corrente é mesmo assim elevado, ou seja, a Poupança Líquida Corrente do Exercício é de 18.766.464 €, montante que se destina ao pagamento de despesas de capital realizado. Este valor foi ligeiramente inferior ao apurado no ano anterior, em termos relativos, cerca de (-)0,62 %.

Refira-se que em relação ao ano de 2005, o decréscimo verificado na poupança corrente líquida, é muito menor do que o ocorrido na poupança corrente bruta, facto a que não será alheio a redução em quase um milhão de euros da dívida corrente transitada.

Para uma melhor percepção da variação da Poupança Corrente da Autarquia, insere-se o gráfico seguinte.



FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

Não esquecendo o princípio da não consignação, previsto na alínea g) do ponto 3.1.1 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, segundo o qual as receitas especificadas no orçamento quando liquidadas e arrecadas não se destinam a solver um determinado compromisso, antes constituirão um único fundo que servirá de cobertura a todas as despesas da Autarquia, com excepção de determinados casos previstos na lei, como por exemplo as despesas suportadas por recursos financeiros provenientes de empréstimos, contratos programa ou participações de fundos comunitários já contratualizados, e por isso, cujas contrapartidas foram contabilizadas para o efeito da obtenção das receitas orçamentais, pretende-se, de seguida, aferir como foi financiado o investimento.

Apresenta-se de seguida um quadro representativo das fontes de financiamento do investimento global.

Fontes Financiamento Investimento		
	2006	
	Valor	Peso
Venda de Bens de Investimento	1.535.862	8,27%
Fundo Geral/Base Municipal	4.614.137	24,84%
Outras Trans Capital	2.607.713	14,04%
Passivos Financeiros	0	0,00%
Outras receitas de Capital + Activos Financeiros	563.374	3,03%
Poupança corrente - Amortizações Capital -Outras Despesas Capital	8.098.480	43,60%
Saldo anterior	1.153.664	6,21%
	18.573.230	100,00%

Un: Euros

Na gerência em apreço, no seguimento do ocorrido nos três últimos anos, não houve recurso a crédito de médio e longo prazo, sendo de assinalar que o financiamento do investimento assenta fundamentalmente na poupança corrente.

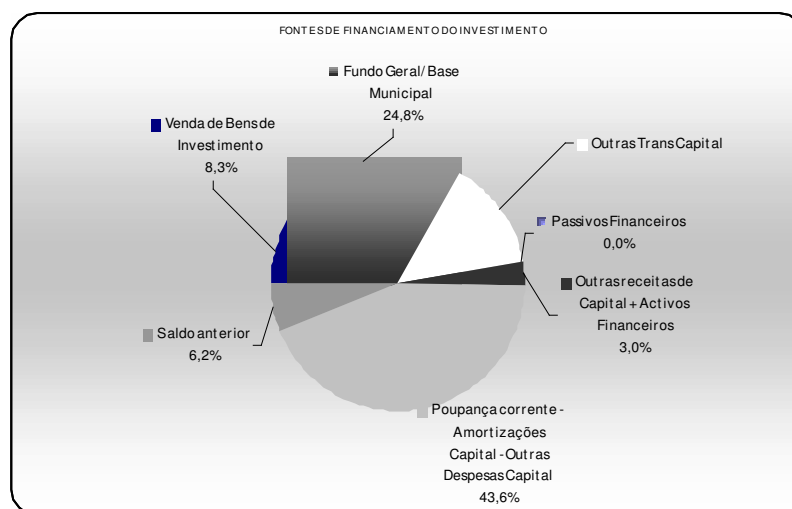
Refira-se que o segundo maior contributo resulta dos Fundos, Geral e de Base Municipal, ao relevar 24,84%, consequência não de variações positivas no montante arrecadado mas exclusivamente da diminuição dos valores apurados nas restantes rubricas.

O mesmo se verifica quanto às receitas provenientes do Orçamento de Estado via Fundos Comunitários e Cooperação Técnica e Financeira, que apesar de em termos de valores absolutos decrescerem, como contributo para investimento realizado aumentam, e atingem cerca de 14 %

Releva-se também que o contributo dos Saldos Transitados, para a realização de investimentos municipais continua a ser positivo, apesar de ser manifestamente inferior ao do ano anterior.

Por último, refere-se o diminuto contributo das outras receitas de capital, para fazer face a despesas produtivas, assim como a inexistência de contributo da rubrica de activos financeiros, que por esse motivo não foi autonomizada.

O gráfico seguinte ilustra de forma clara e inequívoca o coeficiente de importância das diversas fontes de financiamento desta edilidade no ano económico de 2006.



FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM

FLUXOS DE CAIXA

O resultado dos movimentos financeiros efectuados ao longo do exercício encontra-se reflectido no mapa de fluxos de caixa, documento síntese que apresenta os recebimentos e pagamentos associados à execução do orçamento e às demais operações não orçamentais que afectam a tesouraria, evidenciando ainda os respectivos saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte).

Refira-se que apenas parte desses valores respeitam a operações orçamentais, visto que quer as cauções em dinheiro quer as operações de tesouraria, são as cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros, operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objecto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

Inserir-se de seguida um quadro resumo ilustrativo dos movimentos desta natureza ocorridos durante o exercício de 2006.

MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA				
Recebimentos		Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		4.089.799	Despesas Orçamentais	62.487.254
Execução Orçamental	1.153.664		Correntes	37.278.095
Operações de Tesouraria	231.409		Capital	25.209.159
Cauções em Dinheiro	2.704.727			
Receitas Orçamentais		62.533.204	Dotações não orçamentais	3.174.168
Correntes	51.888.007		Operações de Tesouraria	2.555.309
Capital	10.471.085		Cauções em Dinheiro	618.859
Outras	174.111			
Dotações não orçamentais		3.077.810	Saldo para a Gerência Seguinte	4.039.391
Operações de Tesouraria	2.556.456		Execução Orçamental	1.199.613
Cauções em Dinheiro	521.354		Operações de Tesouraria	232.556
			Cauções em Dinheiro	2.607.222
Total		69.700.813		69.700.813

Un: Euros

O Saldo Final da Gerência do Ano de 2006 do Mapa de Fluxos de Caixa corresponde ao valor das disponibilidades em balanço, o qual totaliza 4.039.391 €, dos quais 1.199.613 € são da execução orçamental, 232.556 € são de operações de tesouraria e 2.607.222 € são de cauções em dinheiro.

CONTAS DE ORDEM

Face às presentes disposições legais exige-se o controlo e prestação de informação sobre os movimentos relativos a recibos por cobrança e garantias ou cauções titulados por papel. As contas de ordem têm essa finalidade, designadamente de contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem alterações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações do mesmo.

O quadro que se segue reflecte os movimentos relativos a recibos para cobrança, garantias e cauções tituladas por papel, à data de 31 de Dezembro de 2006.

RESUMO DAS CONTAS DE ORDEM A FAVOR DA AUTARQUIA			
Saldo da gerência anterior	26.489.325	Garantias e Cauções Accionadas	0
Garantias	22.925.925	Garantias e Cauções Devolvidas	4.064.710
Recibos para Cobrança	3.563.399	Receita Virtual Cobrada	718.955
		Receita Virtual Anulada	2.587.790
Garantias Prestadas em 2006	4.153.963	Saldo para a Gerência Seguinte	24.614.094
A favor da autarquia	4.153.963	Garantias	
		A favor da autarquia	23.015.178
Receita Virtual Liquidada em 2006	1.342.261	Recibos para Cobrança	1.598.915
Total	31.985.548	Total	31.985.548

Un:Euros

Anote-se que são objecto de registo nestas contas, quer as garantias e cauções em papel tituladas a favor da autarquia, quer as tituladas pela autarquia a favor de terceiros.

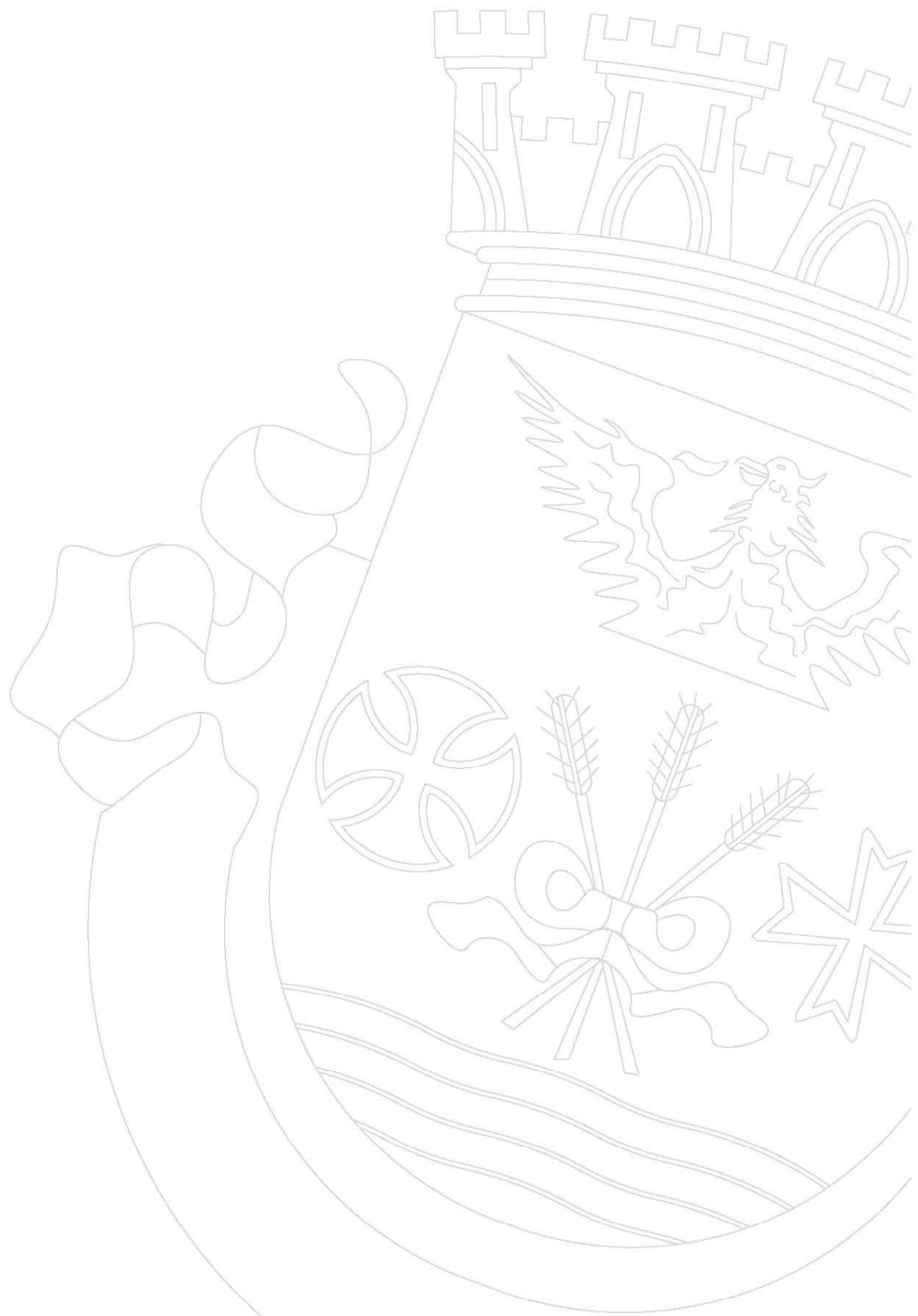
O registo das cauções em dinheiro, não estão aqui registadas por se entender serem objecto de tratamento contabilístico no sistema de contabilidade patrimonial, pelo que estão devidamente reflectidas no saldo das dotações não orçamentais, e constam da conta de disponibilidades constante do balanço da autarquia.

No início do ano de 2006, a autarquia detinha 3.563.399 € de recibos para cobrança (receita virtual), a que acresceu durante o ano a quantia de 1.342.261 €.

Ao longo do exercício económico foram transformados em receita efectiva o montante de 718.955 € e foram ainda anulados 2.587.790 €, pelo que transitou para 2007 um valor de débitos ao tesoureiro que totaliza o montante de 1.598.915 €.

Para a gerência de 2007, no que se refere aos fundos caucionados a favor da autarquia, transita um valor 23.015.178 €, resultante de um saldo inicial de 22.925.925 €, a que acresceram garantias prestadas de 4.153.963 €, deduzidas de garantias devolvidas de 4.064.710 €.

No âmbito das garantias prestadas a favor de terceiros, refira-se que a autarquia no exercício de 2006 prestou uma garantia no valor de 200.000 €, nos termos de um acordo de execução de sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto.



maia

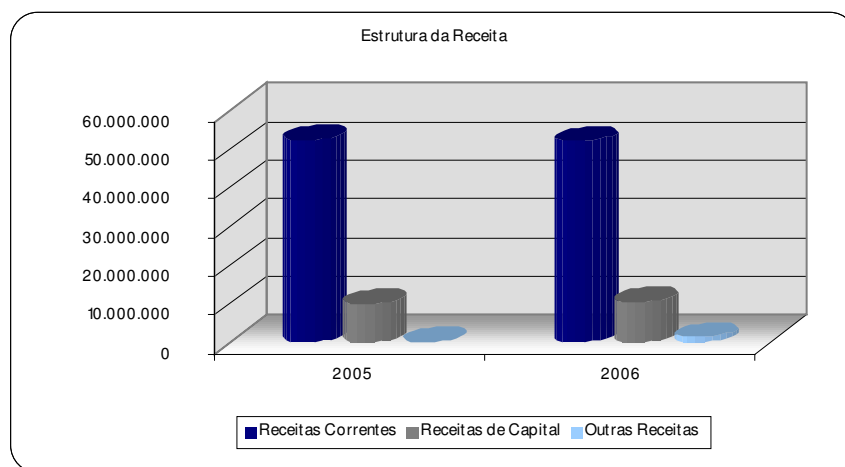
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA

ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA

No quadro e gráfico abaixo inseridos apresentam-se os valores constantes da previsão e execução da receita.

ESTRUTURA GERAL DA RECEITA									
Tipo	2005			2006			Desvio		Taxa de Execução %
	Execução		Previsão		Execução		Valor	Peso	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso			
Receitas Correntes	52.250.404	84,28%	51.936.806	44,17%	51.888.007	82,98%	-48.799	-0,09%	99,91%
Receitas de Capital	9.740.558	15,71%	65.493.670	55,70%	10.471.085	16,74%	-55.022.585	-84,01%	15,99%
Outras Receitas	2.653	0,00%	160.100	0,14%	174.111	0,28%	14.011	8,75%	108,75%
Total	61.993.616	100,00%	117.590.576	100,00%	62.533.204	100,00%	-55.057.373	-46,82%	53,18%

Un: Euros



Avaliando o quadro anterior conclui-se que no ano de 2006 a arrecadação de **receitas correntes** foi de 51.888.007 €, o que corresponde a uma taxa de execução de 99,91%, face à previsão orçamental. Comparando com 2005, o montante arrecadado foi menor, diminuindo 1,3%.

A arrecadação de **receitas de capital** foi de 10.471.085 €, correspondendo a uma taxa de execução de 15,99%, face à previsão orçamental. Apesar de ter uma taxa de execução bastante inferior à das receitas correntes, comparativamente com 2005, o seu peso no total da receita aumentou cerca de 1%.

No que concerne às **outras receitas**, a taxa de execução de 108,75% deve-se ao aumento da arrecadação de reposições não abatidas no pagamento que respeita às receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria fruto de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores ou que não foram utilizados totalmente ou em parte, pelas entidades que os receberam.

Em jeito de conclusão podemos verificar que, é ao nível das receitas de capital que se verificam os maiores desvios, sendo de assinalar as excelentes taxas de execução das receitas correntes.

Apresenta-se de seguida uma análise mais detalhada por subgrupos de Receitas Municipais:

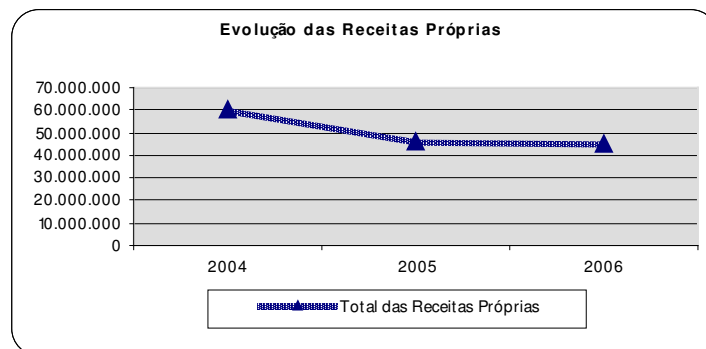
- Receitas Próprias
- Transferências
- Passivos

RECEITAS PRÓPRIAS

O quadro e figura seguintes espelham as receitas próprias ao longo do último triénio.

RECEITAS PRÓPRIAS									
	2004		2005		2006		% Receitas Próprias	% Receitas Correntes	% Receitas Totais
	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação			
Correntes									
Impostos Directos	29.584.614	-17,16%	32.482.933	9,80%	34.463.806	6,10%	75,76%	66,42%	55,11%
Impostos Indirectos	5.181.589	11,55%	4.998.397	-3,54%	2.941.310	-41,15%	6,47%	5,67%	4,70%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.008.115	17,66%	1.353.452	34,26%	1.358.747	0,39%	2,99%	2,62%	2,17%
Rendimentos de Propriedade	131.742	-5,53%	374.049	183,93%	151.696	-59,44%	0,33%	0,29%	0,24%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	3.589.352	20,90%	3.746.504	4,38%	4.072.875	8,71%	8,95%	7,85%	6,51%
Outras receitas Correntes	469.226	-8,45%	1.154.275	146,00%	401.560	-65,21%	0,88%	0,77%	0,64%
Total	39.964.639	-10,87%	44.109.610	10,37%	43.389.993	-1,63%	95,39%	83,62%	69,39%
Capital									
Venda de Bens de Investimento	20.363.968	1589,81%	1.889.095	-90,72%	1.535.862	-18,70%	3,38%	2,96%	2,46%
Outras receitas de Capital	264.730	-56,41%	199.353	-24,70%	563.374	182,60%	1,24%	1,09%	0,90%
Total	20.628.698	1038,22%	2.088.448	-89,88%	2.099.236	0,52%	4,61%	4,05%	3,36%
Total das Receitas Próprias	60.593.336	29,89%	46.198.058	-23,76%	45.489.229	-1,53%	100,00%	87,67%	72,74%
Total das Receitas Correntes	47.602.818	-8,70%	52.250.404	9,76%	51.888.007	-0,69%	-	100,00%	82,98%
Total de Receitas	76.601.170	-0,11%	61.993.616	-19,07%	62.533.204	0,87%	-	-	100,00%

Un: Euros

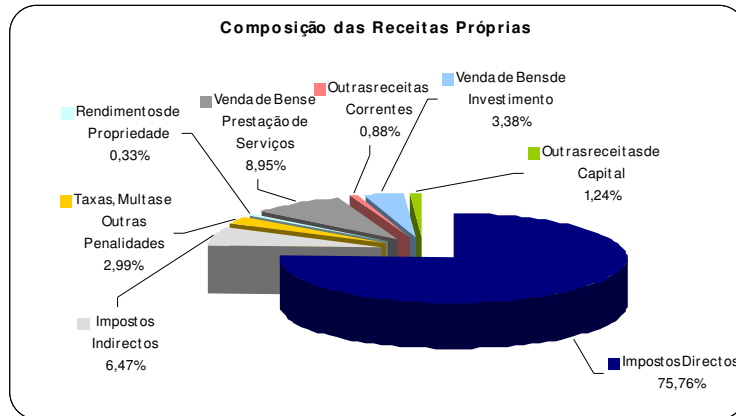


Receitas Próprias são aquelas que o município pode arrecadar, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos, nos termos da autonomia financeira de que dispõe, excluem-se das receitas próprias, as receitas relativas a transferências ou a empréstimos contraídos.

As Receitas Próprias incluem quer receitas correntes quer receitas de capital, as receitas correntes dizem respeito aos impostos directos, impostos indirectos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e prestações de serviços e outras receitas correntes. As receitas de capital respeitam às vendas de bens de investimento e outras receitas de capital.

Do observado no quadro anterior verifica-se que o total das receitas próprias diminuiu ao longo dos últimos três anos, sendo a rubrica de Impostos Indirectos aquela que mais contribuiu para esse decréscimo, facto a que não será alheio o período de recessão económica vivido.

Da análise do próximo gráfico podemos, de imediato, verificar como se decompõe as receitas próprias e que importância tem cada uma das suas componentes.



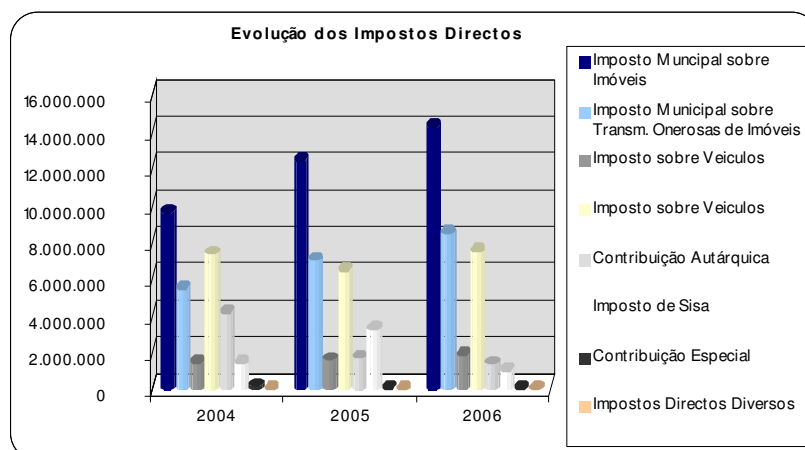
Os impostos directos são os recursos com maior expressão no conjunto das receitas próprias, atingindo os 75,76%, dos mesmos, seguem-se as vendas de bens e prestações de serviços com o contributo de 8,95%.

Os impostos indirectos sem a mesma expressividade dos impostos directos, representam 6,47% do total das receitas próprias, apresentando em 2006 uma variação negativa de 41,15% relativamente a 2005.

Dada a sua relevância justifica-se uma apreciação pormenorizada das seguintes componentes das Receitas Próprias: Impostos e Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes.

Impostos Directos

Da análise do quadro e gráfico seguintes podemos, de imediato, verificar como evoluíram os impostos directos no último triénio.



Ao nível dos impostos directos, as rubricas com maior peso são o IMI – Imposto Municipal de Imóveis, o IMT – Imposto Municipal Sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, e a Derrama. Na conformidade do verificado em anos anteriores destaca-se sobremaneira o IMI, ao ser responsável em 2006 por 41% do total dos impostos directos.

Refira-se contudo que no exercício de 2006 é a rubrica do IMT que apresenta a maior taxa de crescimento, 20,67%. A Derrama, importante fonte de financiamento municipal, ao contrário do verificado na gerência anterior, apresenta em 2006 um aumento significativo de 16,29%. Este imposto incide sobre o rendimento gerado pela actividade produtiva, e embora lançado pelo município, é liquidado e cobrado pela Administração Fiscal (Finanças).

Anota-se que ao longo dos últimos anos tem sido fixada a taxa da derrama no seu limite máximo de 10%. A título informativo refira-se que apesar do IMI e do IMT terem vindo a aumentar de forma sustentada, ainda não foram atingidos os níveis de execução de Contribuição Autárquica e SISA, verificados no ano de 2003, 15.434.457 € e 12.531.599 € respectivamente.

O IMV tem vindo a aumentar de forma estável ao longo dos últimos três anos, apresentando no ano de 2006 um aumento de 16,07%.

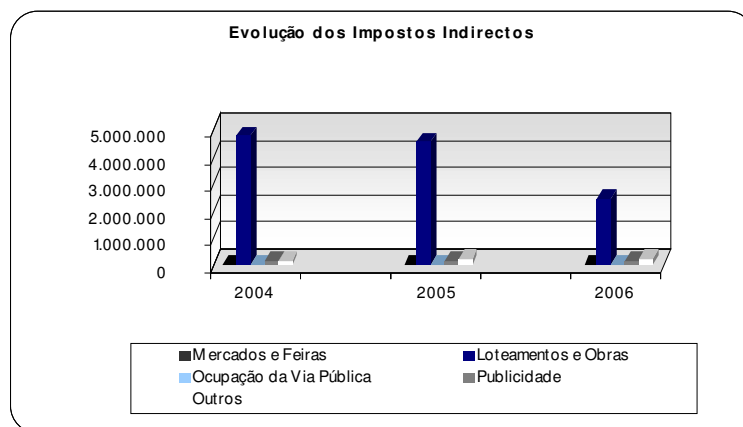
Relativamente à Contribuição Especial, que não é mais do que um imposto que recai sobre o aumento de valor dos prédios rústicos, resultantes da possibilidade da sua utilização como terrenos para construção urbana, bem como do aumento do valor dos terrenos para construção, refere-se que 30% deste imposto reverte para o Município. No ano de 2006 foi atribuído ao Município da Maia a quantia de 24.943 €, valor este inferior a 2005 em (-) 35,97%.

Impostos Indirectos

Através da análise do quadro e gráfico seguintes, obtemos uma maior percepção da evolução dos impostos indirectos nos três últimos anos.

EVOLUÇÃO DOS IMPOSTOS INDIRECTOS						
	2004		2005		2006	
	Valor	variação	Valor	variação	Valor	variação
Mercados e Feiras	55	-30,01%	40	-27,75%	70	76,25%
Loteamentos e Obras	4.793.995	8,91%	4.571.841	-4,63%	2.487.307	-45,60%
Ocupação da Via Pública	26.410	143,70%	34.715	31,45%	36.818	6,06%
Publicidade	161.208	192,55%	181.346	12,49%	183.789	1,35%
Outros	199.922	12,56%	210.455	5,27%	233.326	10,87%
Total	5.181.589	11,55%	4.998.397	-3,54%	2.941.310	-41,15%

Un:Euros



A variação percentual negativa de 41,15% do total dos impostos indirectos deve-se fundamentalmente à diminuição de cobranças relacionadas com loteamentos e obras, resultantes de uma diminuição da entrada de receita cobrada pelo município, no que respeita por exemplo, às licenças de construção bem como à taxa municipal de urbanização, consequência da recessão económica verificada nos últimos anos.

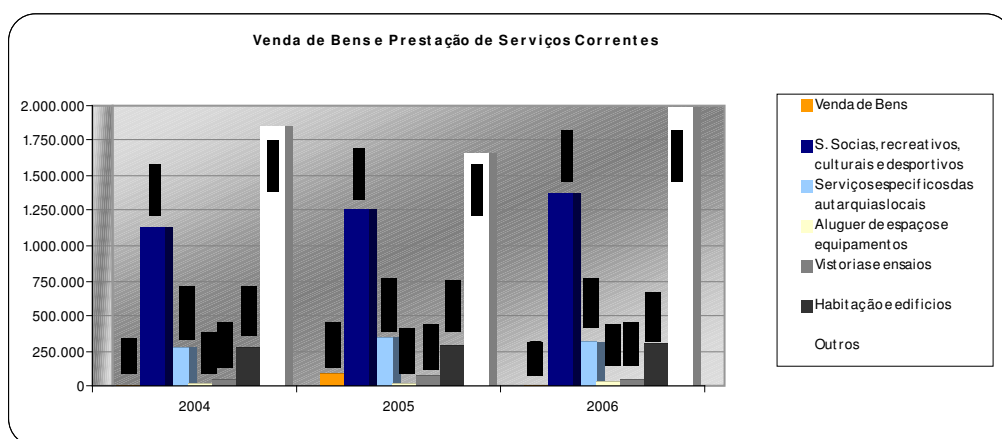
Apesar de aumentarem as receitas provenientes das rubricas “mercados e feiras”, “ocupação da via pública” e “publicidade”, estas têm pouca relevância no total da receita referente aos impostos indirectos, consequência da diminuição bastante significativa de (-) 45,60% da rubrica “loteamentos e obras”, resultante da recessão económica que é transversal ao país.

Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes

Podemos através do quadro e gráfico apresentados, compreender qual o impacto que a venda de bens e a prestação de serviços têm no seio de uma autarquia.

VENDA DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRENTES									
	2004			2005			2006		
	Valor	Peso	Variação	Valor	Peso	Variação	Valor	Peso	Variação
Venda de Bens	6.509	0,18%	2,85%	89.652	2,39%	1277,34%	5.231	0,13%	-94,17%
Prestações de Serviços Diversos									
S. Sociais, recreativos, culturais e desportivos	1.122.208	31,26%	13,64%	1.260.342	33,64%	12,31%	1.374.946	33,76%	9,09%
Serviços específicos das autarquias locais	280.093	7,80%	9,12%	353.462	9,43%	26,19%	316.103	7,76%	-10,57%
Aluguer de espaços e equipamentos	15.518	0,43%	121,60%	20.226	0,54%	30,34%	31.914	0,78%	57,79%
Vistorias e ensaios	46.738	1,30%	277,07%	77.032	2,06%	64,82%	48.192	1,18%	-37,44%
Total	1.464.557	40,80%	15,33%	1.711.063	45,67%	16,83%	1.771.155	43,49%	3,51%
Rendas e Alugueres									
Habitação e edifícios	272.411	7,59%	59,68%	291.594	7,78%	7,04%	311.454	7,65%	6,81%
Outros	1.845.874	51,43%	20,78%	1.654.196	44,15%	-10,38%	1.985.035	48,74%	20,00%
Total	2.118.286	59,02%	24,68%	1.945.790	51,94%	-8,14%	2.296.489	56,38%	18,02%
TOTAL	3.589.352	100,00%	20,90%	3.746.504	100,00%	4,38%	4.072.875	100,00%	8,71%

Un: Euros



De acordo com o verificado em anos anteriores continua a ser a rubrica de Rendas e Alugueres – Outros que maior peso tem nas Vendas de Bens e Prestações de Serviços Correntes, sendo de anotar uma variação positiva de 20%, fruto do aumento das rendas de concessão, provenientes de um contrato de concessão de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão no Município da Maia, realizado entre a Autarquia e os SMAS – Serviços Municipalizados de Electricidade, Água e Saneamento da Maia e a EDP Distribuição – Energia, S.A.

Seguem-se os serviços sociais, recreativos, culturais e desportivos, ao serem responsáveis em 2006 por 33,76% do total das prestações de serviços, rendas e alugueres.

Apesar do seu peso no total não ser relevante a Venda de Bens diminui significativamente no ano de 2006 atingindo o montante de 5.231 €, e uma variação negativa bastante expressiva de (-) 94,17%. Apura-se também que os seus níveis de execução foram muito baixos, factor este que se deve em grande parte ao insucesso das vendas de imóveis em hasta pública. Esta diminuição não teve grande influência no total da venda de bens e prestações de serviços correntes que tem vindo a aumentar ao longo do último triénio, assumindo na presente gestão uma variação positiva de 8,71%.

Os serviços sociais, recreativos, culturais e desportivos, são uma das rubricas que apresentam maior peso (33,76%) no total das prestações de serviços diversos, rendas e alugueres, contudo ao nível do último triénio, apresentam uma variação decrescente e pouco significativa, que assume em 2006, 9,09%.

A rubrica de vistorias e ensaios, apresenta no ano de 2006 um montante de 48.192 €, que comparado com 2005 (77.032 €) decresce, substancialmente, reflectindo uma variação negativa de 37,44%.

Verificou-se que no ano de 2006 o Município recorreu a um empréstimo de curto prazo, ao contrário de 2005, daí o aumento do peso dos Passivos Financeiros no Total das Receitas, em 1,84%.

O peso das Receitas Próprias e dos Impostos Locais no total das receitas sofreram uma diminuição em 2006, devido ao decréscimo dos impostos indirectos, contudo, tal facto não teve grande influência na boa capacidade financeira que o Município detém em gerar receita sem recorrer aos capitais alheios.

O peso das Transferências no total da receitas continua a não ser muito significativa.

O contributo das Vendas de Investimento para o total da receita arrecadada é insignificante o que denota que o Município não necessita de recorrer à venda de património como fonte de financiamento.

TRANSFERÊNCIAS

O quadro que se segue, reflecte a natureza e montante das transferências efectuadas no último triénio.

TRANSFERÊNCIAS							
	2004		2005		2006		Peso
	valor	Variação	valor	Variação	valor	Variação	
Transferências Correntes							
Estado							
Fundo Geral Municipal	6.138.519	4,75%	6.267.083	2,09%	6.273.045	0,10%	73,82%
Fundo de Base Municipal	646.977	4,81%	654.123	1,10%	648.161	-0,91%	7,63%
Outros	832.970	11,34%	1.187.396	42,55%	1.549.678	30,51%	18,24%
Estado - Participação Comunitária Projectos co-financiados	0		0		0		
Serviços e Fundos Autónomos	5.000		0		5.000		0,06%
Serviços e Fundos Autónomos - Comparticipação Comunitária	0	-100,00%	0	0,00%	0		
Segurança Social e Instituições s/ fins lucrativos	14.713	-24,22%	32.193	118,81%	22.130	-31,26%	0,26%
Sub Total	7.638.179	4,64%	8.140.795	6,58%	8.498.015	4,39%	100,00%
Transferências de Capital							
Estado							
Fundo Geral Municipal	4.092.346	4,75%	4.178.055	2,09%	4.182.030	0,10%	57,91%
Fundo de Base Municipal	431.318	4,81%	436.082	1,10%	432.107	-0,91%	5,98%
Cooperação Técnica e Financeira	680.518	580,52%	253.941	-62,68%	486.403	91,54%	6,74%
Outras	0		0		0		
Estado - Participação Comunitária Projectos co-financiados	3.073.361	7237,97%	1.944.732	-36,72%	1.905.280	-2,03%	26,38%
Serviços e Fundos Autónomos	4.946	-99,34%	839.300	16868,28%	216.030	-74,26%	2,99%
Sub Total	8.282.489	58,87%	7.652.110	-7,61%	7.221.849	-5,62%	100,00%
Total	15.920.668	27,23%	15.792.904	-0,80%	15.719.864	-0,46%	

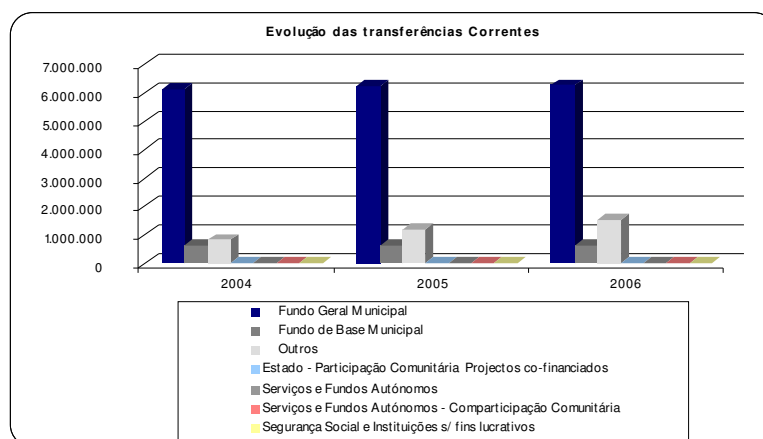
Un:Euros

Como podemos constatar no quadro acima mencionado, as transferências correntes, têm vindo a aumentar, apresentando no ano de 2006 um acréscimo percentual de 4,39%, fruto do aumento das transferências correntes do Orçamento do Estado no âmbito dos fundos atribuídos ao município por parte do Estado.

Por último temos as transferências de capital que contrariamente às transferências correntes, têm vindo a decrescer obtendo no ano de 2006, uma percentagem negativa de 5,62%.

É de referir que, quer as transferências correntes quer as de capital apresentam em 2006 para o Fundo Geral Municipal e Fundo de Base Municipal a mesma percentagem, ou seja, o seu ritmo de crescimento sofreu um abrandamento de 0,10% e (-)0,91%, respectivamente, relativamente a 2005.

Assim será conveniente fazer a análise pormenorizada da evolução das transferências correntes.



As transferências correntes são aquelas que provêm das receitas do Estado (FGM, FBM), dos Serviços e Fundos Autónomos, da Segurança Social e Instituições sem fins lucrativos, apresentando um aumento progressivo no último triénio, totalizando para o ano de 2006 o valor de 8.498.015 €.

O **Fundo Geral Municipal** é aquele que abrange a maior parcela das transferências, pois visa dotar os Municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respectivos níveis de funcionamento e investimento, correspondendo em 2006 a receita de 6.273.045 €, absorvendo 73,82% do total das transferências correntes, e uma variação positiva de 0,10%.

O **Fundo de Base Municipal** corresponde a 4,5% da participação dos municípios nos impostos do Estado e visa dotá-los de capacidade financeira mínima para o seu funcionamento, repartindo-se igualmente por todos, assim para o ano de 2006 apresentou uma diminuição da receita de 5.962 € comparativamente com 2005, absorvendo 7,63% do total das transferências de capital e uma variação negativa de 0,91%.

A rubrica “**Outros**” tem vindo a aumentar ao longo dos últimos três anos, apresentando para o ano de 2006 o valor de 1.549.678 €, e uma variação positiva de 30,51%.

Esta rubrica é aquela que representa um maior peso percentual, no total das transferências correntes, uma vez que nela estão reflectidas:

Comparticipações da DREN – Direcção Regional de Educação do Norte:

- Contrato – Programa de Generalização do Ensino de Inglês no 1º ciclo do ensino básico, obtendo em 2006 um total de 149.230 €;
- Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar – Auxiliares de Acção Educativa, ascendendo aos 347.468 €;
- Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar – Componente Social, num total de 491.144 €;
- Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º ciclo do ensino básico, no Concelho da Maia, absorvendo 157.226 €;
- Programa de Enriquecimento Curricular composto pelo Inglês, Educação Física e Desportiva, Expressão Musical, Informática e Expressão Dramática, no 1º ciclo do ensino básico, iniciado em 2006 e correspondendo a 260.830 €.

Comparticipação da Direcção Geral dos Recursos Florestais:

- Programa das Brigadas Autárquicas de voluntários, actividades desenvolvidas pelo Município no âmbito da vigilância móvel das florestas – 5.100 €;
- Transferência de verbas para o funcionamento do Gabinete Técnico Florestal no âmbito da prevenção e protecção da floresta contra incêndios no ano de 2006 de 24.000 €.

Ministério da Administração Interna:

- Participação para a realização de Actos Eleitorais – Eleição do Presidente da República 2006, com a quantia de 39.653 €;
- Participação para a realização de Actos Eleitorais – Recenseamento Eleitoral 2006, de 2.589 €.

Governo Civil do Porto:

- Programa Voluntariado Sénior do Distrito do Porto, no âmbito da vigilância das florestas, conforme Protocolo Cooperativo celebrado entre o Governo Civil e o Instituto Português, de 720 €.

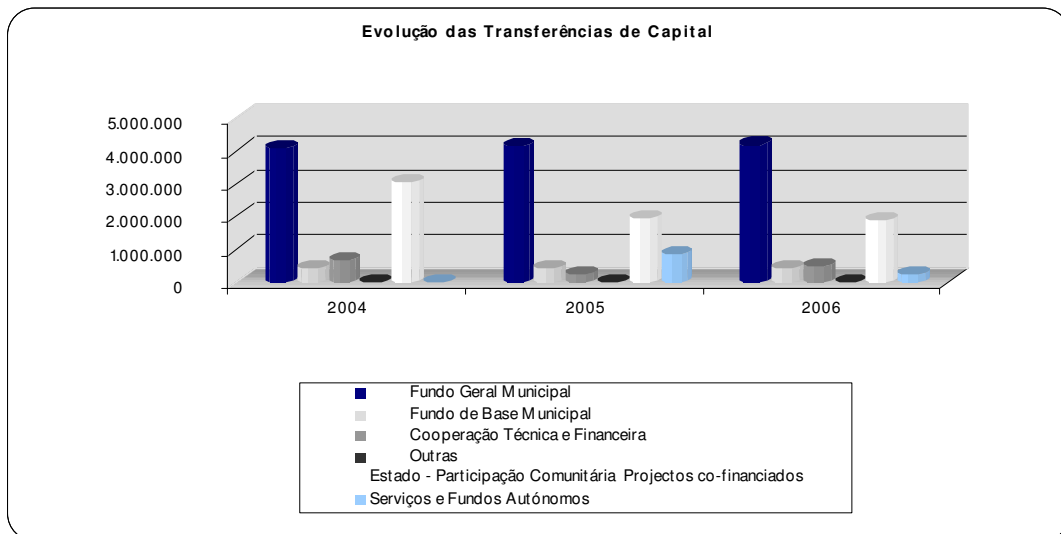
DGAL – Direcção Geral das Autarquias Locais:

- Transferência de verba do Estado referente à compensação pelos encargos com transportes escolares – 90.559 €.

Relativamente à **Segurança Social e Instituições sem fins lucrativos** esta rubrica decresceu significativamente no ano de 2006, para 22.130 € relativamente ao ano de 2005 cujo valor se situava nos 32.193 €, apresentando em 2006 uma variação percentual desfavorável de (-)31,26%. Tal diminuição está na origem do Protocolo de Cooperação – Acolhimento de Crianças em Risco, cujo processamento de valor em 2005 foi de 30.697 €, bastante superior ao processado em 2006 que foi de 21.042 €.

O Subsídio de Alternância de um estagiário integrado no Acordo de Cooperação de Formação – Programa Constelação, celebrado entre a Câmara Municipal e o CEFPI – Centro de Educação e Formação Profissional Integrada também apresentou uma diminuição no ano de 2006 de 1.338 € relativamente ao ano de 2005 cujo montante ascendeu aos 1.496 €.

Analisando agora as transferências de capital, depreendemos do gráfico seguinte que:



As Transferências de Capital, tal como as Transferências correntes, são receitas oriundas do Estado (FGM, FBM), Cooperação Técnica e Financeira e Outras, Fundos Comunitários e de Serviços e Fundos Autónomos.

As transferências de capital apresentaram no ano de 2006 uma diminuição de (-)5,62%, o que corresponde a um total de 7.221.849 €, conforme podemos verificar no quadro acima inserido, existiu um decréscimo no total das transferências de capital ao longo dos últimos três anos.

O **Fundo Geral Municipal** é aquele que mais se destaca dentro das transferências de capital, absorvendo 4.182.030 € do total das transferências de capital, que em termos percentuais equivale a 57,91%.

A **Cooperação Técnica e Financeira** também aumentou significativamente em 2006, comparando com o ano de 2005, atingindo o montante de 486.403 €, o que em termos relativos significa uma variação positiva de 91,54%.

Passamos assim a explicar a origem dos 486.403 € explanados no quadro e gráfico acima referidos:

DREN – Direcção Regional de Educação do Norte:

Comparticipações no âmbito do PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central, dos quais passamos a citar:

- Programa de desenvolvimento e Expansão Pré-Escolar – concurso de 1998:
 - Jardim de Infância de Santa Cristina na freguesia de Folgosa – 10.494 €;
 - Jardim de Infância de Sá nº1 na freguesia de Silva Escura – 69.067 €;
 - Jardim de Infância de Cavadas nº1 na freguesia de Vermoim – 68.592 €;
 - Jardim do Paiço na freguesia de São Pedro de Fins – 98.124 €, valores estes que totalizam 246.272 € que são e muito superiores aos 152.331 € do ano de 2005
- Acordo de Colaboração para a Construção do Pavilhão Desportivo da Escola Básica 2,3 de Nogueira – 236.126 €, convém aqui salientar que existiu um largo aumento relativamente a 2005 que apenas registou o montante de 58.875 €
- Programa “Rede de Bibliotecas Escolares – Candidatura 1998 Tipologia Candidatura Nacional” – Integração da Escola EB1/JI de Gueifães – 4.000 €.

As **Participações Comunitárias em Projectos Co-financiados** atingiram no ano de 2006 o montante de 1.905.280 €, reflectindo-se numa diminuição de 2,03% face ao ano de 2005 que apresentou um total de 1.944.732 €.

O montante atribuído para o ano de 2006 relativamente às participações deve-se:

CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

- Programa Operacional Região Norte – Parque Verde de Quires, 349.136 €
- Projecto Quinta da Gruta – Construção da Escola de Educação Ambiental, 59.173 €
- Projecto Requalificação Urbana na Zona Central e Sul do Concelho da Maia, 181.282 € para o ano de 2006, sendo atribuído para o ano de 2005 o montante de 78.867 €
- Protocolo celebrado com o Instituto de Estradas de Portugal, para integração na rede municipal de diversos lanços de estrada, 657.110 € para o ano de 2006 sendo superior a 2005 que absorveu 573.014 €.

POSI – Programa Operacional Sociedade da Informação

- Programa Pos-Conhecimento - Programa Operacional Sociedade do Conhecimento: Diploma de Competências Básicas em Tecnologias de Informações, 55.692 €; Maia Digital, 437.884 € e Espaço Internet da Maia, 22.699 €.

GGFME – Gabinete Gestão Financeira do Ministério da Educação

- Programa PRODEP III: Apetrechamento Informático de Escolas EB1, 123.758 € e Conteúdos Educativos Multimédia, 18.546 €.

Os **Serviços e Fundos Autónomos** ao nível das transferências alcançaram em 2006, 216.030 €, valor bastante inferior ao arrecadado em 2005.

Este valor foi distribuído da seguinte forma:

INH – Instituto Nacional de Habitação

- Contrato de Adesão para a construção de habitação social – Comparticipação de 24 fogos na Rua da Aldeia, na freguesia de Vila Nova da Telha, 202.394 €; valor bastante inferior aos 814.692 € atribuídos em 2005; fruto da diminuição de comparticipações para a construção de habitação social

ISSS – Instituto de Solidariedade e Segurança Social

- Programa de Apoio à Implementação da Rede Social, desenvolvido pelos Serviços de Acção Social do Município em estreita colaboração com o Instituto de Solidariedade e segurança Social, 13.636 €.

PASSIVOS FINANCEIROS

Para satisfação de necessidades transitórias de tesouraria e nos termos do n.º 1 do art.º 24 da Lei n.º 42/98 de 6 de Agosto durante o exercício económico de 2006 foi contraído um empréstimo bancário de curto prazo com o Banco Santander Totta, no montante global de 1.150.000 €, valor que foi integralmente amortizado em 29 de Dezembro desse ano.

Considerando que no ano anterior não foi concretizado nenhum empréstimo bancário, verifica-se um acréscimo do peso dos passivos financeiros no total da receita de 1,84%.

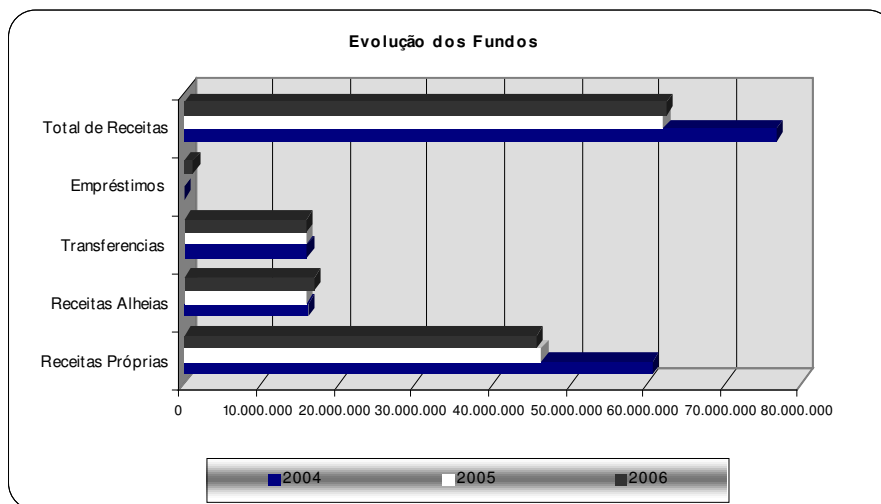
Com o objectivo de apreciar a repartição da receita na óptica da sua autonomia, considerando que os recursos financeiros dos Municípios resultam de três fontes de financiamento: Receitas Próprias, Transferências e Endividamento, desenvolve-se de seguida a apreciação a estas três componentes.

INDICADORES DE AUTONOMIA FINANCEIRA

O quadro e gráfico seguintes são elucidativos quanto à evolução dos fundos próprios e alheios, verificados no último triénio, ao nível da receita.

FUNDOS PRÓPRIOS E ALHEIOS									
	2004			2005			2006		
	Valor	% das receitas totais	Variação	Valor	% das receitas totais	Variação	Valor	% das receitas totais	Variação
Receitas Próprias	60.593.336	79,14%	129,89%	46.198.058	74,52%	-23,76%	45.489.229	72,95%	-1,53%
Receitas Alheias	15.968.731	20,86%	-36,24%	15.792.904	25,48%	-1,10%	16.869.864	27,05%	6,82%
Transferencias	15.920.668	20,79%	27,23%	15.792.904	25,48%	-0,80%	15.719.864	25,21%	-0,46%
Empréstimos	48.063	0,06%	-99,72%	0	0,00%	-100,00%	1.150.000	1,84%	
Total de Receitas	76.562.067	100,00%	0,22%	61.990.962	100,00%	-19,03%	62.359.093	100,00%	0,59%

Un: Euros



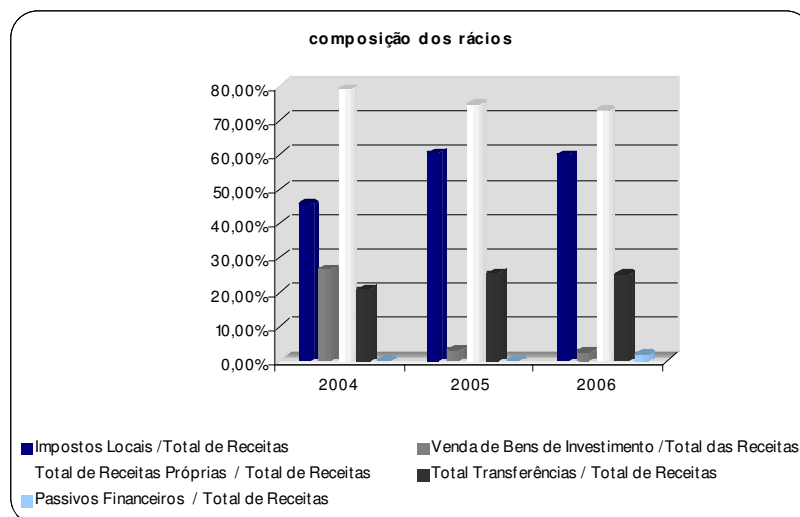
De facto, podemos constatar, através do quadro acima reproduzido, que a maior fatia destes fundos é proveniente das receitas próprias, correspondendo em 2006 a 45.489.229 € e em termos percentuais a 72,95% do total das receitas. Mesmo assim, as receitas próprias diminuíram gradualmente ao longo dos últimos três anos, motivadas pela diminuição dos impostos indirectos, com especial destaque para a rubrica "Loteamento e obras", que provocou em 2006 uma variação negativa de 1,53%

As receitas alheias, apesar da sua pouca expressividade, aumentaram no ano de 2006 em 27,05%. Refira-se que a rubrica dos empréstimos apresenta no ano de 2006 um aumento de 1.150.000 €, fruto da realização de um empréstimo de curto prazo para fazer face a dificuldades de tesouraria, empréstimo este, integralmente amortizado em 29 de Dezembro de 2006.

Por último, e sem grande influência no aumento das receitas alheias, temos as transferências (correntes e de capital) que tiveram um decréscimo pouco significativo no peso total das receitas no ano de 2006, comparando com o ano de 2005, resultando numa variação negativa de 0,46%.

Os rácios a seguir apresentados, demonstram os bons índices de autonomia financeira do Município nos três últimos anos.

RÁCIOS DA ESTRUTURA DAS RECEITAS PRÓPRIAS			
	2004	2005	2006
Impostos Locais / Total de Receitas	45,39%	60,46%	59,82%
Venda de Bens de Investimento / Total das Receitas	26,58%	3,05%	2,46%
Total de Receitas Próprias / Total de Receitas	79,10%	74,52%	72,74%
Total Transferências / Total de Receitas	20,78%	25,48%	25,14%
Passivos Financeiros / Total de Receitas	0,06%	0,00%	1,84%



Em resultado da contratação do empréstimo de curto prazo na gerência de 2006, o peso dos Passivos Financeiros no Total das Receitas atinge 1,84%, valor este superior ao apurado nos dois últimos anos, mas que não assume valores preocupantes.

O peso das Receitas Próprias e dos Impostos Locais no total das receitas sofreram uma diminuição em 2006, devido ao decréscimo dos impostos indirectos, contudo, tal facto não teve grande influência na boa capacidade financeira que o Município detém em gerar receita sem recorrer aos capitais alheios.

O peso das Transferências no total da receitas continua a não ser muito significativa.

O contributo das Vendas de Investimento para o total da receita arrecadada é insignificante o que denota que o município não recorreu à venda de património como fonte de financiamento.



ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA

Contrariamente ao verificado em anos transactos, optou-se no presente relatório, por avaliar não apenas a execução orçamental da despesa em termos de pagamento, mas dar particular relevância à despesa facturada. Efectivamente só uma análise à despesa facturada permitirá aferir da verdadeira dinâmica sobre a realização de despesa.

No âmbito da análise da estrutura geral da despesa, insere-se um quadro representativo da despesa facturada, paga e prevista durante este exercício económico.

ESTRUTURA GERAL DA DESPESA								
	Despesa					Taxa de Execução		
	Previsão	Realizada		Paga		Desvio	Desp.Realizada	Desp.paga
	(a)	(b)	%	(c)	%	(c)-(b)	(b)/(a)	(c)/(b)
Despesas Correntes	47.043.545	41.963.540	44,11%	37.278.095	59,66%	-4.685.444	89,20%	88,83%
Despesas de Capital	71.700.695	53.174.416	55,89%	25.209.159	40,34%	-27.965.257	74,16%	47,41%
TOTAL	118.744.240	95.137.956	100,00%	62.487.254	100,00%	-32.650.702	80,12%	65,68%

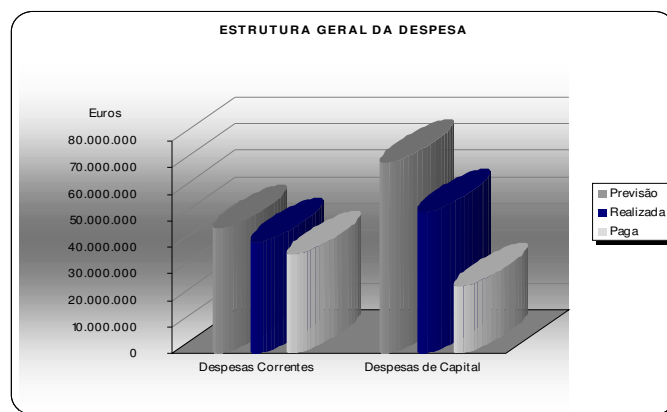
Un:Euros

No ano de 2006, a despesa global realizada, situou-se em 95.137.956 €, e a despesa paga em 62.487.254 €, o que traduz uma taxa de execução de pagamento de 65,68%.

A elevada taxa de execução da despesa realizada, que ronda globalmente os 80%, demonstra o rigor da elaboração do orçamento, sendo ainda mais evidente no caso concreto das despesas correntes, ao atingir cerca de 90%.

Avaliando a estrutura global da despesa realizada, apura-se que as despesas de capital têm um peso superior às despesas correntes, e que representam no cômputo geral das despesas 55,89%.

Do ponto de vista financeiro, constata-se que o maior esforço de pagamento foi canalizado para as despesas de carácter corrente.



Dentro da despesa, na sua globalidade, justifica-se fazer uma análise mais detalhada de alguns dos seus subgrupos, dada a relevância que ocupam na estrutura geral da despesa, como sejam:

- Despesas de Funcionamento
- Transferências Correntes
- Investimento Global

Quanto ao *Serviço de Dívida*, dada a importância desta tipologia de despesa e a sua relação com os empréstimos de M.L.P, entendeu-se por bem, tratar desta matéria no âmbito da análise ao Endividamento em capítulo próprio.

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

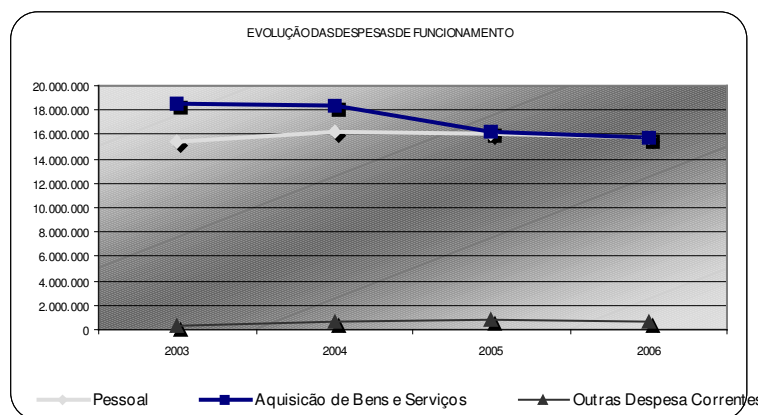
As despesas de funcionamento são um importante índice da dinâmica da actuação da autarquia, na medida em que traduzem o montante de encargos fixos e obrigatórios, agrupando as despesas com pessoal, as despesas com aquisição de bens e serviços e as outras despesas correntes.

Seguidamente apresenta-se um mapa e um gráfico que representam a Estrutura Geral das Despesas de Funcionamento realizadas desta autarquia.

ESTRUTURA GERAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO								
	2005				2006			
	Despesa realizada				Despesa Realizada			
	Valor	%Desp Func	%Desp corrente	%Desp Total	Valor	%Desp Func	%Desp corrente	%Desp Total
Pessoal	16.106.452	48,54%	37,56%	14,74%	15.656.311	48,82%	37,31%	16,46%
Aquisição de Bens e Serviços	16.199.481	48,82%	37,78%	14,83%	15.732.679	49,06%	37,49%	16,54%
Outras Despesa Correntes	879.163	2,65%	2,05%	0,80%	681.127	2,12%	1,62%	0,72%
TOTAL DESP FUNCIONAMENTO	33.185.095	100,00%	77,39%	30,38%	32.070.117	100,00%	76,42%	33,71%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	42.880.439		100,00%	39,25%	41.963.540		100,00%	44,11%
TOTAL GERAL DESPESAS	109.246.124			100,00%	95.137.956			100,00%

Un: Euros

No ano de 2006 as despesas de funcionamento realizadas atingiram o valor de 32.070.117 €, sendo a rubrica de aquisição de bens e serviços a que tem maior peso no total das despesas de funcionamento 49,06%. Anota-se que, as despesas de funcionamento realizadas têm um peso muito significativo quer no total das despesas correntes, quer na despesa total, ao representarem 76,42% e 33,71% respectivamente. No que toca às despesas com pessoal, refira-se que representam, cerca de 49% das despesas de funcionamento e 37,31% das despesas correntes.



É ainda de salientar que as despesas de funcionamento realizadas diminuíram ligeiramente ao longo dos últimos 3 anos, fruto da política de contenção na realização desta tipologia de despesa.

DESPESAS COM PESSOAL

As despesas com pessoal ocupam um grande peso no total das despesas correntes da autarquia. Esta rubrica integra a estrutura geral das despesas de funcionamento, representando 37,31% das despesas correntes facturadas, e cerca de 49% das despesas de funcionamento.

DESPESAS COM PESSOAL					
	2005	2006	Variação		
	Realizado	Realizado	Peso	Valor	Tx cresc
Remunerações Certas e Permanentes					
Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	194.008	131.550	0,84%	-62.458	-32,19%
Pessoal dos quadros- Regime da função pública	7.429.861	7.582.102	48,43%	152.241	2,05%
Pessoal contratado a termo	12.971	368.978	2,36%	356.007	2744,69%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	1.905.497	1.350.819	8,63%	-554.677	-29,11%
Pessoal aguardando aposentação	7.289	6.481	0,04%	-808	-11,09%
Pessoal em qualquer outra situação	104.786	51.180	0,33%	-53.606	-51,16%
Representação	133.793	111.820	0,71%	-21.973	-16,42%
Suplementos e prémios	0	0	0,00%	0	0,00%
Subsídio de refeição	750.813	799.330	5,11%	48.517	6,46%
Subsídios de férias e de Natal	1.332.514	1.424.792	9,10%	92.279	6,93%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	218.304	257.643	1,65%	39.339	18,02%
Subtotal	12.089.835	12.084.695	77,19%	-5.140	-0,04%
Abonos Variáveis ou eventuais					
Gratificações variáveis ou eventuais	0	0	0,00%	0	0,00%
Horas extraordinárias	553.367	275.252	1,76%	-278.115	-50,26%
Alimentação e alojamento	0	0	0,00%	0	0,00%
Ajudas de custo	17.815	11.208	0,07%	-6.607	-37,08%
Abono para falhas	5.689	5.659	0,04%	-29	-0,51%
Formação	0	0	0,00%	0	0,00%
Colaboração técnica e especializada	0	0	0,00%	0	0,00%
Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento	0	0	0,00%	0	0,00%
Subsídio de prevenção	0	0	0,00%	0	0,00%
Subsídio de trabalho nocturno	0	0	0,00%	0	0,00%
Subsídio de turno	356.845	326.074	2,08%	-30.771	-8,62%
Indemnizações por cessação de funções	0	0	0,00%	0	0,00%
Outros suplementos e prémios	51.320	66.480	0,42%	15.160	29,54%
Subtotal	985.036	684.674	4,37%	-300.362	-30,49%
Segurança Social					
Encargos com a saúde	1.587.651	1.076.972	6,88%	-510.679	-32,17%
Outros encargos com a saúde	170.744	203.507	1,30%	32.763	19,19%
Subsídio familiar a crianças e jovens	136.965	145.404	0,93%	8.439	6,16%
Outras prestações familiares	5.323	6.477	0,04%	1.154	21,68%
Contribuições para a segurança social	1.008.221	1.353.151	8,64%	344.930	34,21%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0	0	0,00%	0	0,00%
Seguros	122.677	101.431	0,65%	-21.245	-17,32%
Outras despesas de segurança social	0	0	0,00%	0	0,00%
Subtotal	3.031.580	2.886.942	18,44%	-144.639	-4,77%
TOTAL	16.106.452	15.656.311	100,00%	-450.141	-2,79%

Un:Euros

Perante a apreciação do quadro, conclui-se que no ano de 2006 as despesas com pessoal tiveram um decréscimo de (-)2,79% em relação ao ano de 2005, justificado pela diminuição das despesas com Remunerações Certas e Permanentes, Abonos Variáveis ou Eventuais e despesas com a Segurança Social, não obstante a actualização dos vencimentos que no exercício de 2006 foi de 1,5%.

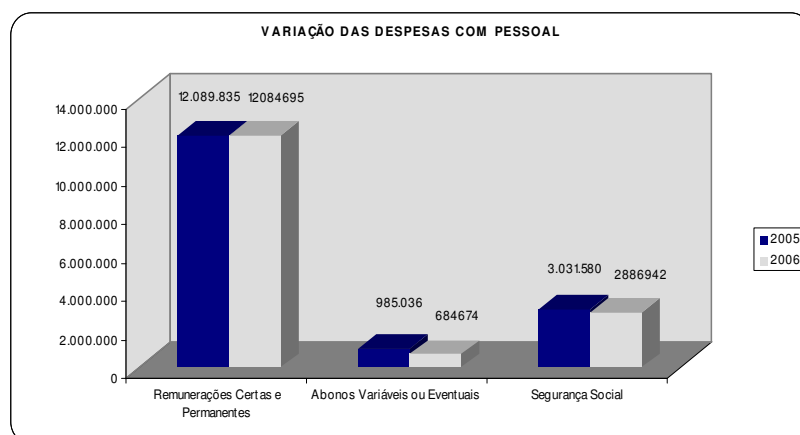
É de salientar que as *Remunerações certas e Permanentes*, representam 77,19% do total das despesas com pessoal, correspondendo a um valor 12.084.695 € neste exercício económico.

Esta rubrica evidencia um ligeiro decréscimo relativamente ao ano de 2005 (-)0,04%, justificado pela política de contenção das despesas com pessoal, visível principalmente nas rubricas de pessoal em regime de tarefa ou avença, titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos e ainda das despesas de representação.

Relativamente à rubrica do pessoal contratado a termo, refira-se que o seu aumento reflecte essencialmente a inclusão de pessoal que anteriormente estava em regime de tarefa e avença, o que traduz apenas compensação entre rubricas.

Os *Abonos Variáveis ou Eventuais*, representam 4,37% do total das despesas com pessoal, cabendo-lhes o valor de 684.674 €. Apresentam em relação ao exercício de 2005, uma redução de 300.362 €, (-)30,49%, podendo ser justificada pela diminuição verificada nas rubricas de horas extraordinárias, ajudas de custo e de subsídio de turno, cujas taxas de decréscimo atingiram (-)50,26%, (-)37,08% e (-)8,62%, respectivamente.

A *Segurança Social* absorve 18,44% do total das despesas com pessoal. Reflecte face ao ano anterior, uma diminuição de (-)4,77%), justificada quer pelo decréscimo das despesas facturadas com seguros, quer da despesa facturada em encargos com a saúde (ADSE), no entanto há que ter em conta que relativamente à ADSE, existe um volume considerável de despesa facturada e não paga, no montante de 526.292€.



Limites legais com pessoal

O Decreto-Lei n.º 116/84 de 06 de Abril com a nova redacção dada pela Lei 44/85 de 13 de Setembro, define os limites das despesas com pessoal estipulando no seu art.º 10 que as despesas com pessoal do quadro não podem ser superiores a 60% das receitas correntes do ano anterior e as despesas com pessoal em qualquer outra situação não podem ser superiores a 15% das receitas correntes do ano anterior.

A Lei n.º 11/03, de 13 de Maio, refere nos termos do disposto no seu n.º 1 artigo 33.º, que as despesas efectuadas com o quadro próprio e outro das Associações de Municípios, relevam para efeitos do limite estabelecido na Lei, para as despesas com pessoal do quadro dos Municípios associados. Não se trata de um custo a liquidar pelos Municípios mas a “ocupação” de um “plafond” que só de maneira indirecta condiciona a liberdade de cada um dos Municípios associados contratarem pessoal.

Para o ano apreciado, a Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 60-A/2005 de 30 de Dezembro de 2005) veio introduzir novas restrições às despesas com pessoal, impondo que, durante a gerência de 2006, as despesas com pessoal das autarquias locais, incluindo as relativas a contratos de avença, de tarefa e de aquisição de serviços a pessoas singulares, se mantivessem ao mesmo nível do verificado em 2005.

Apresenta-se de seguida quadros ilustrativos da posição do Município perante os limites legais estabelecidos.

Refira-se que, para efeitos de cálculo dos limites legais com pessoal, apenas são consideradas as despesas pagas pelo subagrupamento 0101 – Remunerações Certas e Permanentes, ignorando-se as despesas pagas pelos subagrupamentos 0102 – Abonos Variáveis ou Eventuais e 0103 – Segurança Social, conforme instruções emitidas pelo SATAPOCAL (Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL).

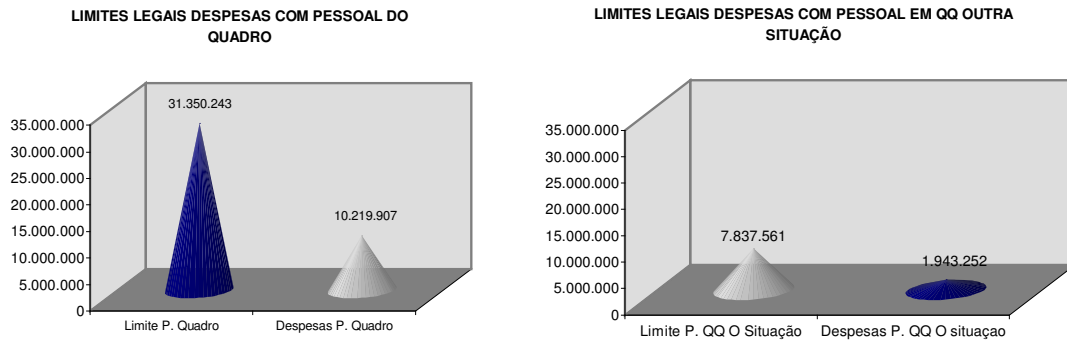
Limites legais estipulados no art.º 10.º do D.L n.º 116/84 de 06 de Abril, na redacção dada pela Lei 44/85 de 13 de Set			
	Valor	% utilizada das receitas correntes	% do limite legal
Pessoal do Quadro			
Receita Corrente 2005	52.250.404		
60 % da receita corrente arrecadada em 2005	31.350.243		
Despesas c/ pessoal do quadro em 2006	9.947.132	19,04%	
Despesas c/ pessoal da LIPOR (1)	272.776	0,52%	
Total	10.219.907	19,56%	32,6%
Pessoal em Qualquer Outra Situação			
Receita Corrente 2005	52.250.404		
(25% x 60%) 15 % da receita corrente arrecadada em 2005	7.837.561		
Despesas c/ pessoal em qualquer situação em 2006	1.943.252	3,72%	24,8%

Un: Euros

(1) No pressuposto de que o valor previsto corresponde ao executado

No que respeita ao cumprimento dos limites estabelecidos no art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 116/84 de 06 de Abril, com a nova redacção dada pela Lei 44/85 de 13 de Setembro, importa referir que as despesas com pessoal se encontram longe de atingirem os limites legais, encontrando-se apenas utilizados 32,6% do limite para despesas com Pessoal do Quadro e 24,8% do limite de despesas com Pessoal em Qualquer Outra Situação.

Estes valores foram inferiores aos do ano de 2005. Nesse ano encontravam-se utilizados 35,0% do limite para despesas com Pessoal do Quadro e 29,4% do limite de despesas com Pessoal em Qualquer Outra Situação.



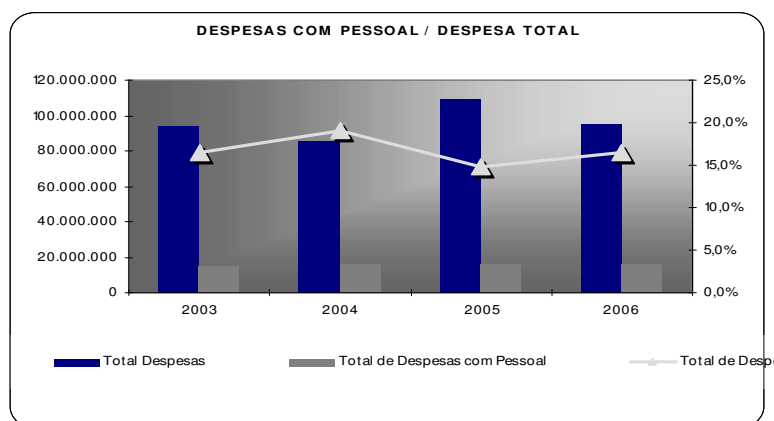
Limites legais estipulados LOE 2006 (lei n.º 60-A/2005 de 30 de Dezembro de 2005)			
	2005	2006	Tx Variação
Despesas com Pessoal (total do agrupamento 01)	15.621.862	15.119.813	-3,21%
Aquisição de serviços com pessoas singulares (incluídas no agrupamento 02)	280.366	208.883	-25,50%
TOTAIS	15.902.228	15.328.696	-3,61%

Un:Euros

Conforme se pode verificar no quadro apresentado, o Município cumpriu integralmente os limites legalmente estipulados, ficando abaixo 3,61% dos valores apurados em 2005.

Em jeito de conclusão e a título complementar, insere-se um gráfico ilustrativo da evolução do peso das despesas com pessoal, no último quadriénio, sendo de anotar o seu decréscimo.

Assinala-se que, na gerência de 2006, assume 16,5% do total da despesa realizada.



Estrutura Orgânica

Face à importância desta rubrica (despesas com pessoal) importa visualizar a execução e o peso por capítulo orgânico, durante o exercício de 2006, conforme ilustra o quadro e gráfico seguintes.

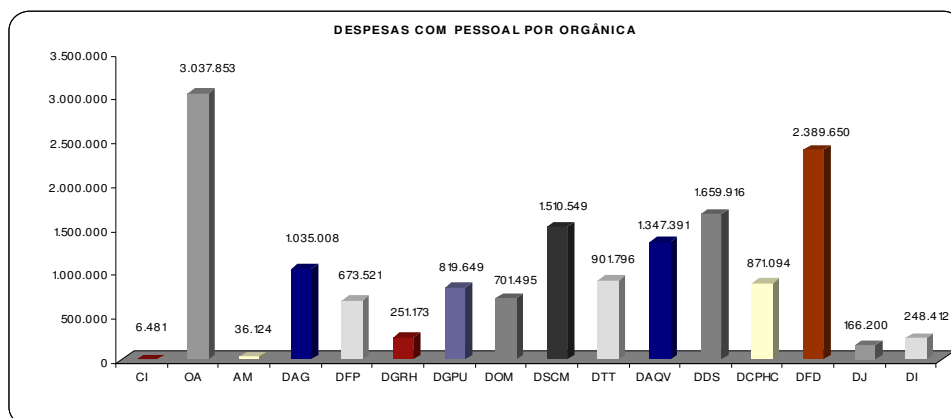
DESPESAS COM PESSOAL						
	Despesa			Taxa de Execução		
	Previsão	Realizada	Peso	Paga	Desp.Realizada	Desp.Paga
	(a)	(b)	%	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Classes Inactivas	9.000	6.481	0,04%	6.481	72,01%	100,00%
Órgãos da Autarquia	3.142.615	3.037.853	19,40%	2.501.355	96,67%	82,34%
Assembleia Municipal	47.550	36.124	0,23%	36.124	75,97%	100,00%
Dept.º Administração Geral	1.092.700	1.035.008	6,61%	1.035.008	94,72%	100,00%
Dept.º Finanças e Património	713.550	673.521	4,30%	673.521	94,39%	100,00%
Dept.º Gestão Recursos Humanos	279.650	251.173	1,60%	251.173	89,82%	100,00%
Dept.º Gestão e Planeamento Urbanístico	841.550	819.649	5,24%	819.649	97,40%	100,00%
Dept.º Obras Municipais	735.560	701.495	4,48%	701.495	95,37%	100,00%
Dept.º Serviços de Conservação e Manutenção	1.558.400	1.510.549	9,65%	1.510.549	96,93%	100,00%
Dept.º Trânsito e Transportes	965.060	901.796	5,76%	901.796	93,44%	100,00%
Dept.º Ambiente e Qualidade de Vida	1.425.970	1.347.391	8,61%	1.347.391	94,49%	100,00%
Dept.º Desenvolvimento Social	1.770.550	1.659.916	10,60%	1.659.916	93,75%	100,00%
Dept.º Cult.Tur.e Patrim.Hist.-Cultural	1.021.740	871.094	5,56%	871.094	85,26%	100,00%
Departamento do Fomento Desportivo	2.685.270	2.389.650	15,26%	2.389.650	88,99%	100,00%
Departamento jurídico	182.050	166.200	1,06%	166.200	91,29%	100,00%
Departamento Informática	265.780	248.412	1,59%	248.412	93,47%	100,00%
TOTAL	16.736.995	15.656.311	100,00%	15.119.813	93,54%	96,57%

Un:Euros

Da análise retira-se que a maior representatividade das despesas com pessoal está associada aos Órgãos da Autarquia (19,40%), seguida do Departamento do Fomento Desportivo (15,26%) e do Departamento do Desenvolvimento Social (10,60%).

Anotam-se as elevadas taxas de execução das despesas realizadas, quase todas acima dos 90%, o que demonstra rigor na elaboração do orçamento das despesas com pessoal.

É de salientar o facto que, o desvio apurado na rubrica dos órgãos de Autarquia, no montante de 536.498 €, reporta-se a encargos com a saúde por pagar à ADSE.



DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A aquisição de bens e serviços, compreende os bens de consumo, bem como todas as despesas com a aquisição de serviços a terceiros.

ESTRUTURA GERAL DA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS								
	DESPESA			TAXA DE EXECUÇÃO				
	Previsão	Paga	Realizada	Desp paga	Desp realizada	%Desp Func	%Desp corrente	%Desp Total
	(a)	(b)	(c)	(b)/(c)	(c)/(a)			
Aquisição de bens	3.209.319	1.687.672	2.638.671	63,96%	82,22%	8,23%	6,29%	2,77%
Aquisição de serviços	14.736.891	10.452.078	13.094.009	79,82%	88,85%	40,83%	31,20%	13,76%
TOTAL AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	17.946.210	12.139.750	15.732.679	77,16%	87,67%	49,06%	37,49%	16,54%
TOTAL DESP FUNCIONAMENTO		27.922.927	32.070.117			100,00%	76,42%	33,71%
TOTAL DESPESAS CORRENTES		37.278.095	41.963.540				100,00%	44,11%
TOTAL GERAL DESPESAS		62.487.254	95.137.956					100,00%

Un: Euros

Conforme se depreende da informação contida no quadro, a aquisição de bens e serviços representa cerca de 49,06% das despesas de funcionamento e 37,49% do total das despesas correntes.

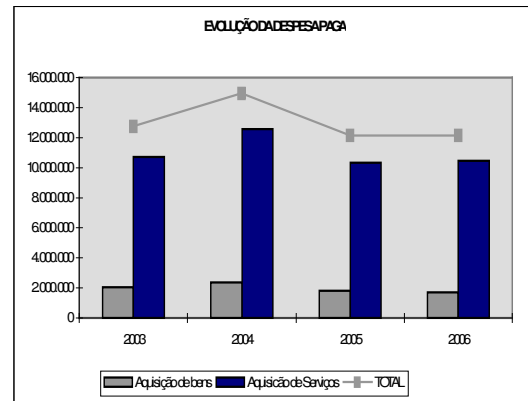
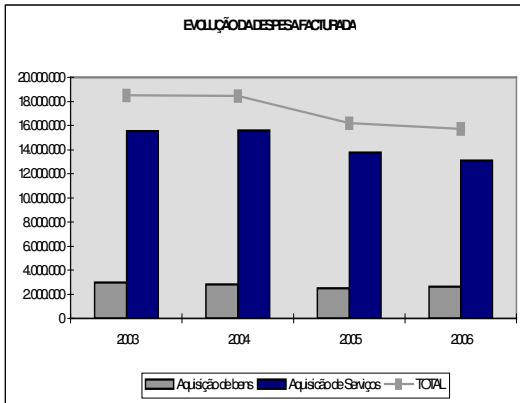
No contexto global desta tipologia de despesa, os serviços assumem maior preponderância na globalidade das despesas de funcionamento, exibindo um peso de 40,83% destas.

Neste exercício económico as despesas facturadas pela rubrica de Aquisição de Bens e Serviços totalizaram o montante de 15.732.679 €, ao qual correspondeu uma taxa de execução da despesa realizada de 87,67%, e uma taxa de execução de pagamentos de 77,16%.

Seguidamente apresentam-se quadros e gráficos elucidativos da evolução das despesas facturadas e pagas em aquisição de bens e serviços.

EVOLUÇÃO DA DESPESA						
	2003	2004	2005	2006	Taxa crescimento	Peso
Despesa Realizada						
Aquisição de bens	2.970.622	2.843.546	2.473.648	2.638.671	6,67%	16,77%
Aquisição de Serviços	15.512.629	15.585.548	13.725.833	13.094.009	-4,60%	83,23%
TOTAL	18.483.251	18.429.094	16.199.481	15.732.679	-2,88%	100,00%
Despesa Paga						
Aquisição de bens	2.018.888	2.364.950	1.793.124	1.687.672	-5,88%	13,90%
Aquisição de Serviços	10.727.436	12.565.674	10.339.649	10.452.078	1,09%	86,10%
TOTAL	12.746.323	14.930.624	12.132.773	12.139.750	0,06%	100,00%

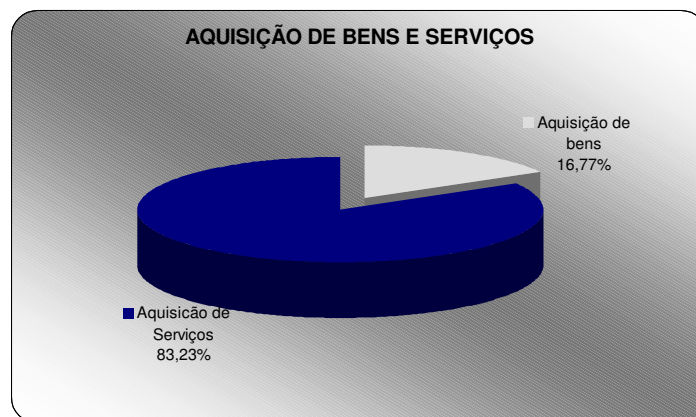
Un: Euros



Ao analisar a evolução da despesa realizada com a aquisição de bens e serviços nos últimos anos, conclui-se que desde o ano de 2003 esta tem vindo a diminuir, apresentando um decréscimo de (-2,88%), entre 2005 e 2006, contribuindo para esta redução, principalmente a rubrica dos serviços.

No que respeita à despesa paga, na aquisição de bens e serviços verificou-se uma taxa de crescimento de 0,06% relativamente ao ano transacto, cujo maior impacto foi justificado pelo comportamento da aquisição de serviços.

No total de aquisição de bens e serviços, destaca-se sobremaneira, o peso da rubrica serviços, ao absorver cerca de 83% daquele total.



De seguida, apresenta-se uma apreciação detalhada de cada uma das rubricas.

Aquisição de Serviços

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS							
	2005		2006				
	Despesa Realizada	Despesa Realizada	Paga	% no total Aq Serv	% no Total Aq bens e serv	Tx cresc	Tx Execução
	(a)	(b)	(c)			[(b)-(a)]/(a)	(c)/(b)
Aquisição de Serviços							
Encargos de instalações	1.598.718	1.487.983	1.378.945	11,36%	9,46%	-6,93%	92,67%
Limpeza e higiene	221.303	196.289	143.448	1,50%	1,25%	-11,30%	73,08%
Conservação de bens	597.377	621.019	343.844	4,74%	3,95%	3,96%	55,37%
Locação material informática	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Locação de outros bens	139.157	146.409	0	1,12%	0,93%	5,21%	0,00%
Comunicações	709.239	494.021	412.383	3,77%	3,14%	-30,34%	83,47%
Transportes	558.457	627.148	485.930	4,79%	3,99%	12,30%	77,48%
Representação de serviços	57.460	43.031	23.029	0,33%	0,27%	-25,11%	53,52%
Seguros	77.001	67.398	65.266	0,51%	0,43%	-12,47%	96,84%
Deslocações e estadas	96.006	94.808	94.808	0,72%	0,60%	-1,25%	100,00%
Estudos, pareceres, projectos	265.173	140.177	121.272	1,07%	0,89%	-47,14%	86,51%
Formação	9.947	2.906	2.906	0,02%	0,02%	-70,78%	100,00%
Seminários, exposições e similares	45.765	31.352	22.843	0,24%	0,20%	-31,49%	72,86%
Publicidade	388.976	220.268	186.692	1,68%	1,40%	-43,37%	84,76%
Vigilância e segurança	1.012.886	1.099.952	808.873	8,40%	6,99%	8,60%	73,54%
Assistência técnica	211.175	199.498	136.061	1,52%	1,27%	-5,53%	68,20%
Outros trabalhos especializados	2.806.105	3.235.515	2.644.771	24,71%	20,57%	15,30%	81,74%
Encargos de cobrança de receitas	604.025	674.220	674.220	5,15%	4,29%	11,62%	100,00%
Iluminação pública	1.201.329	1.209.734	1.209.734	9,24%	7,69%	0,70%	100,00%
Outros serviços	3.125.733	2.502.279	1.697.052	19,11%	15,90%	-19,95%	67,82%
Total	13.725.833	13.094.009	10.452.078	100,00%	83,23%	-4,60%	79,82%
Total Aquisição de bens e serviços	16.199.461	15.732.679	12.139.750		100,00%	-2,88%	77,16%

Un:Euros

Em termos de despesas realizadas, as rubricas com maior peso no total da aquisição de serviços são:

- Outros trabalhos Especializados – 3.235.515 €
- Outros Serviços – 2.502.279 €
- Encargos de Instalações – 1.487.983 €
- Iluminação Pública – 1.209.734 €

Da análise do quadro anterior constatamos que a despesa facturada na aquisição de serviços no de 2006 foi de 13.094.009 € e a despesa paga foi de 10.452.078 €, apresentando um excelente nível de execução de pagamentos na ordem dos 80 %.

A partir da análise do quadro, verificamos que os *Trabalhos Especializados* é a rubrica com maior peso no âmbito da aquisição de serviços representando cerca de 24,71%.

Esta rubrica releva actividades como, o tratamento de resíduos sólidos urbanos pela Lipor; o Festival de Teatro Cómico; publicações várias sobre actividades desenvolvidas no âmbito das atribuições da autarquia, nomeadamente desporto, educação, cultura, ambiente; entre outras.

Os *Outros Serviços* têm um peso de 19,11% no total da aquisição de serviços, integra a manutenção de jardins; Jogos Interfreguesias; Programa de turismo Sénior; Feira de Artesanato.

Pela rubrica de *Encargos de Instalações* consideram-se as despesas inerentes ao consumo de gás e energia eléctrica nos complexos desportivos, escolas e outros edifícios municipais, tendo um peso de 11,36% no total da aquisição de serviços.

A *Iluminação Pública* representa 9,24% no total da aquisição de serviços.

Aquisição de Bens

AQUISIÇÃO DE BENS							
	2005	2006					
	Desp.Realizada (a)	Desp.Realizada (b)	Paga (c)	% no total Aq bens	% no Total Aq bens e serv	Tx cresc [(b)-(a)]/(a)	Tx Execução (c)/(b)
Aquisição de Bens							
Materias Primas e subsidiárias	378.445	429.081	217.926	16,26%	2,73%	13,38%	50,79%
Combustíveis e lubrificantes	763.174	776.696	693.871	29,44%	4,94%	1,77%	89,34%
Munições, explosivos e artificios	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	
Limpeza e higiene	101.882	91.833	58.472	3,48%	0,58%	-9,86%	63,67%
Alimentação - refeições confeccionadas	13.032	311.265	40.010	11,80%	1,98%	2288,40%	12,85%
Alimentação - géneros para confeccionar	2.567	2.412	2.278	0,09%	0,02%	-6,06%	94,44%
Vestuário e artigos pessoais	42.397	46.500	26.025	1,76%	0,30%	9,68%	55,97%
Material de escritório	201.487	200.566	140.608	7,60%	1,27%	-0,46%	70,11%
Produtos químicos e farmaceuticos	71.810	79.722	45.266	3,02%	0,51%	11,02%	56,78%
Produtos vendidos nas farmácias	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	
Material de consumo clinico	2.540	2.337	2.337	0,09%	0,01%	-8,03%	100,00%
Material de transporte	115.081	90.106	46.384	3,41%	0,57%	-21,70%	51,48%
Material de consumo hoteleiro	914	524	524	0,02%	0,00%	-42,66%	100,00%
Outro material peças	14.950	14.189	8.486	0,54%	0,09%	-5,09%	59,81%
Prémios condecorações e ofertas	321.589	188.494	158.058	7,14%	1,20%	-41,39%	83,85%
Mercadorias para venda	46.509	10.551	10.551	0,40%	0,07%	-77,31%	100,00%
Ferramentas e utensilios	12.675	13.359	9.907	0,51%	0,08%	5,40%	74,16%
Livros e documentação técnica	1.799	1.760	1.687	0,07%	0,01%	-2,17%	95,87%
Artigos honoríficos e de decoração	100	91	91	0,00%	0,00%	-9,21%	100,00%
Material de educação cultura e recreio	49.710	69.389	32.765	2,63%	0,44%	39,59%	47,22%
Outros bens	332.986	309.797	192.427	11,74%	1,97%	-6,96%	62,11%
Total	2.473.648	2.638.671	1.687.672	100,00%	16,77%	6,67%	63,96%
Total Aquisição de bens e serviços	16.199.481	15.732.679	12.139.750		100,00%	-2,88%	77,16%

Un:Euros

No que respeita à Aquisição de bens salienta-se o peso dos combustíveis e lubrificantes que atinge 29,44%, seguindo-se as matérias primas e subsidiárias e alimentação – refeições confeccionadas (escolares), com 16,26% e 11,80% respectivamente.

Revelou em 2006, um crescimento de 6,67%, influenciado pelo aumento da *Alimentação – refeições confeccionadas*, que se refere na sua maioria ao fornecimento de refeições nas escolas do Ensino Básico e Pré-Escolar da rede pública do Concelho.

No ano transacto, esta despesa foi realizada através da atribuição de subsídios às Associações de Pais, Juntas de Freguesia e Agrupamentos.

Da análise do quadro anterior, constatamos que a despesa facturada na aquisição de bens no ano de 2006 foi de 2.638.671 € e a despesa paga foi de 1.687.672 €, apresentando um nível de execução de pagamento de 63,96% .

Aquisição de Bens e Serviços por Orgânica

Dada a expressividade que as despesas com aquisição de bens e serviços têm, no total das despesas de funcionamento e nas despesas correntes, apresenta-se de seguida um quadro com a sua execução, por capítulo orgânico:

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS POR ORGÂNICA								
	DESPESA						TAXA DE EXECUÇÃO	
	Previsão	%	Despesa Facturada	%	Despesa Paga	%	Despesa Realizada	Desp.Paga
	(a)		(b)		(c)		(b)/(a)	(c)/(b)
Órgãos da Autarquia	4.755.260	26,50%	4.388.555	27,89%	3.762.677	30,99%	92,29%	85,74%
Assembleia municipal	40.160	0,22%	26.520	0,17%	26.307	0,22%	66,04%	99,20%
Dept.º Administração Geral	185.566	1,03%	162.610	1,03%	143.554	1,18%	87,63%	88,28%
Dept.º Finanças e Património	154.450	0,86%	122.718	0,78%	66.540	0,55%	79,45%	54,22%
Dept.º Gestão Recursos Humanos	3.650	0,02%	1.107	0,01%	1.107	0,01%	30,32%	100,00%
Dept.º Gestão Planeamento Urbanístico	24.610	0,14%	15.307	0,10%	8.872	0,07%	62,20%	57,96%
Dept.º Obras Municipais	206.370	1,15%	122.756	0,78%	73.455	0,61%	59,48%	59,84%
Dept.º Serviços de Conservação e Manutenção	985.153	5,49%	828.368	5,27%	463.026	3,81%	84,09%	55,90%
Dept.º Trânsito e Transportes	1.484.032	8,27%	1.343.633	8,54%	1.069.070	8,81%	90,54%	79,57%
Dept.º Ambiente e Qualidade de Vida	4.945.240	27,56%	4.496.876	28,58%	3.423.378	28,20%	90,93%	76,13%
Dept.º Desenvolvimento Social	1.881.455	10,48%	1.559.591	9,91%	1.044.734	8,61%	82,89%	66,99%
Dept.º Culti.Tur.e Patrim.Hist.-Cultural	1.574.696	8,77%	1.207.891	7,68%	834.273	6,87%	76,71%	69,07%
Departamento do Fomento Desportivo	1.636.519	0,03%	1.401.094	8,91%	1.167.432	9,62%	85,61%	83,32%
Departamento Jurídico e do Contencioso	6.240	0,03%	1.360	0,01%	1.290	0,01%	21,80%	94,84%
Departamento Informática	62.810	0,35%	54.293	0,35%	54.036	0,45%	86,44%	99,53%
TOTAL	17.946.210	100,00%	15.732.679	100,00%	12.139.750	100,00%	87,67%	77,16%

Um Euro

Em termos de despesa facturada, constata-se que é a orgânica do Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida que realiza maior volume de despesa na aquisição de bens e serviços, o que na gerência em apreço totalizou 4.496.876 €. Para tal, muito contribuem o tratamento de resíduos sólidos pela LIPOR e a manutenção de jardins.

Nos *Órgãos da Autarquia*, estão reflectidas, grande parte das despesas comuns a todas as orgânicas, nomeadamente encargos de instalações (electricidade, vigilância e segurança, Serviços de limpeza, etc.), e iluminação pública, assumindo o valor de 4.388.555 €.

Quanto às taxas de execução de despesa paga, verifica-se que os níveis de execução nas diferentes orgânicas situam-se acima dos 50%, destacando-se o Departamento de Gestão de Recursos Humanos, o Departamento de Informática, Assembleia Municipal e o Departamento Jurídico, cujas execuções apresentaram taxas superiores a 90%.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

No âmbito das suas competências, ao nível da educação, acção social, tempos livres e desporto, património, cultura e ciência, o Município atribui, ao longo de 2006, e com vista ao financiamento das suas despesas correntes, determinados subsídios a organismos e entidades.

Estes apoios financeiros concedidos deverão ser vistos como uma importante fonte de despesa autárquica, responsáveis, em 2006, por 7,49% do total da despesa realizada, revelando o acentuado intervencionismo do município no processo de desenvolvimento urbano com o objectivo de propiciar condições de incremento aos sectores cultural, desportivo e de acção social e com vista à renovação e integração urbanas.

Por outro lado, de forma a garantir a transparência e objectividade, o processo de atribuição destes apoios tem sido objecto de enquadramento normativo interno, através de legislação específica de suporte.

Seguidamente apresenta-se um quadro, onde estão presentes as transferências correntes e subsídios atribuídos.

EVOLUÇÃO TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS								
	2005		2006		Taxa de Execução			Taxa de
	Realizado	Previsão	Realizado	Pago	Peso	Desp.Paga	Desp. Realizada	variação %
	(a)	(b)	(c)	(d)		(d)/(c)	(c)/(b)	[(c)-(a)]/(a)
Transferências correntes								
Soc. e quase sociedades não financeiras	2.185	11.010	6.242	0	0,09%	0,00%	56,69%	185,71%
Administração Local								
Assembleias Distritais	1.692	1.800	1.692	1.692	0,02%	100,00%	94,00%	
Municípios	0	50	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	
Freguesias	1.016.203	1.126.240	1.070.575	1.067.045	15,03%	99,67%	95,06%	5,35%
Associação de Municípios		50	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	
Outras	0	35.450	35.435	35.435	0,50%	100,00%	99,96%	
Instituições sem fins lucrativos	4.391.699	4.832.890	3.682.058	3.271.222	51,69%	88,84%	76,19%	-16,16%
Famílias	29.489	41.900	24.465	24.465	0,34%	100,00%	58,39%	-17,04%
Subtotal	5.441.268	6.049.390	4.820.468	4.399.859	67,67%	91,27%	79,69%	-11,41%
Subsídios								
Soc. e quase sociedades não financeiras								
Empresas Publicas Municipais / Intermunicipais	2.093.197	2.339.400	2.303.520	2.185.873	32,33%	94,89%	98,47%	10,05%
Subtotal	2.093.197	2.339.400	2.303.520	2.185.873	32,33%	94,89%	98,47%	10,05%
TOTAL	7.534.465	8.388.790	7.123.988	6.585.733	100,00%	92,44%	84,92%	-5,45%

Un:Euros

No quadro apresentado, está presente a rubrica das transferências correntes, que é onde se registaram todas aquelas que se destinaram a apoiar o funcionamento de diversas instituições particulares com interesse municipal, bem como as quotas respeitantes à inscrição em diversas associações ou outras instituições não societárias.

Inscrevem-se também nesta rubrica, as transferências para as freguesias, sejam as que se destinam ao apoio ao funcionamento das suas actividades, sejam as que se destinam à concretização de acções correspondentes à execução de contratos – programa celebrados com o Município.

Em subsídios registam-se todos os fluxos monetários não reembolsáveis transferidos para as empresas municipais ou outras empresas participadas pela autarquia, e que se destinam às respectivas despesas de funcionamento.

A partir da análise do quadro concluímos que, durante a gerência de 2006 os montantes dos apoios atribuídos e realizados atingiram o montante de 7.123.988 €, inferiores em 410.477 € aos verificados em 2005.

Nas transferências correntes e subsídios, verifica-se que o maior peso centra-se nos apoios concedidos às Instituições sem Fins Lucrativos, Freguesias e subsídios atribuídos às Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais.

Nesta rubrica das transferências correntes e dos subsídios é ainda de salientar as boas taxas de execução verificadas ao nível da despesa paga.

Seguidamente apresenta-se um quadro que ilustra a distribuição dos subsídios atribuídos às Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais, para fazerem face às suas despesas de funcionamento.

SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS ÀS EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	
2006	
Academia das Artes	
Programa Ritmos	124.323
Oficina de Teatro	27.974
Tum - Transportes Urbanos da Maia, EM.	108.000
Maambiente Empresa Municipal do Ambiente, E.M	1.870.000
Lipor - Serviços Intermunicipais de Gestão de Resíduos do Grande Porto	55.577
Total	2.185.873

Un: Euros

Pela rubrica de transferências para Instituições sem Fins Lucrativos salientam-se os apoios concedidos no âmbito das actividades desportivas, culturais, humanitárias e de acção social escolar, cuja distribuição se apresenta no quadro seguinte:

TRANSFERÊNCIAS PARA INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
2006	
Associações desportivas	1.630.077
Associações culturais e comissões fabriqueiras	162.590
Associações humanitárias de bombeiros	210.000
Educação / Acção social escolar	1.249.085
Associações de carácter social	12.470
Total	3.264.222

Un: Euros

As transferências para as Juntas de Freguesia representam 15,03% do total das transferências correntes atribuídas. As verbas atribuídas destinam-se a financiar as suas despesas correntes assim como a acção social escolar, no que respeita a subsídios para os refeitórios das escolas EB1.

No ano em apreço foram distribuídos 1.067.045 €, conforme se ilustra no quadro seguinte:

TRANSFERÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA	
2006	
Despesas correntes e de funcionamento	919.209
Refeitórios das escolas EB1	140.821
Exposição de arte - cultura	7.015
Total	1.067.045

Un: Euros

INVESTIMENTO GLOBAL

O investimento global do município é caracterizado nas suas diferentes vertentes pelo Investimento Directo, Transferências de Capital (Investimento Indirecto) e Activos Financeiros, proceder-se-á, numa primeira fase a uma avaliação da generalidade do investimento e só depois a um análise mais detalhada de cada uma das suas componentes.

A observação do próximo quadro permite reflectir sobre a desagregação do investimento global e sua evolução no último quadriénio, assim como sobre o peso de cada um das rubricas no total da despesa.

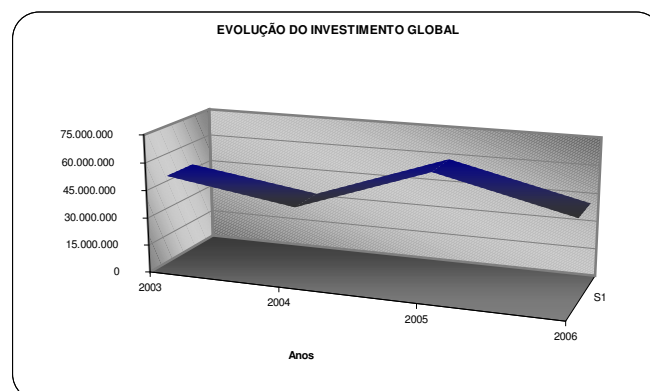
INVESTIMENTO GLOBAL											
	2003		2004		Taxa de variação %	2005		Taxa de variação %	2006		Taxa de variação %
	Despesa Realizada	% despesa total	Despesa Realizada	% despesa total		Despesa Realizada	% despesa total		Despesa Realizada	% despesa total	
Aquisição de bens de capital	45.546.355	48,50%	34.603.945	40,69%	-24,02%	59.634.476	54,59%	72,33%	41.923.751	44,07%	-29,70%
Transferências de capital	1.263.977	1,35%	2.455.514	2,89%	94,27%	2.790.734	2,55%	13,65%	3.589.233	3,77%	28,61%
Activos financeiros	833.320	0,89%	112.774	0,13%	-86,47%	0	0,00%	-100,00%	0	0,00%	#DIV/0!
Total	47.643.652	50,74%	37.172.233	43,71%	-21,98%	62.425.210	57,14%	67,94%	45.512.984	47,84%	-27,09%

Un:Euros

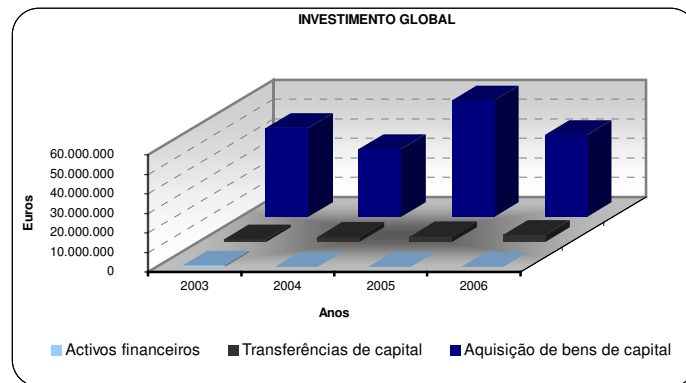
Do total de despesas de capital facturadas no montante de 53.174.416 €, 45.512.984 € correspondem a despesas de investimento, isto é, despesas com aquisição de bens de capital e transferências de capital.

O investimento global representa cerca de 48% do total da despesa realizada da autarquia, no ano em análise, apresenta um decréscimo de cerca de 27% face ao ano anterior. No entanto, fica-se acima dos montantes realizados no ano de 2004.

Em termos de pagamento, do total de despesa realizada de investimento, cerca de 39% foi paga.



É nas Aquisições de Bens de Capital, que o Investimento da Autarquia tem maior expressão, com um peso de 92%. O gráfico infra reproduzido reflecte bem a evolução do investimento nos últimos anos, nas suas várias componentes.

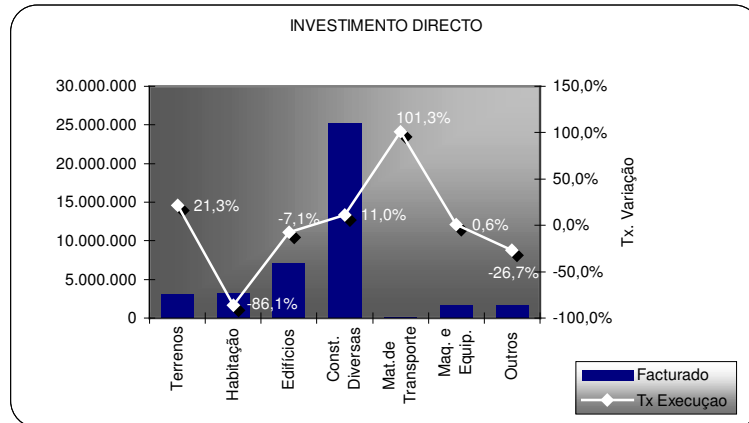


INVESTIMENTO DIRECTO

Estas despesas destinadas a aumentar o capital fixo, quer por meio de aquisição a terceiros, quer por produção própria, englobando a aquisição ou produção de bens duráveis e de melhorias ou modificações que visam aumentar o período de duração desses bens ou a sua produtividade, apresentam o valor de 41.923.751 €, e constam de forma discriminada da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI). O quadro e gráfico seguintes reflectem a política de investimentos directos desenvolvida pela autarquia nas suas múltiplas áreas de intervenção.

INVESTIMENTO DIRECTO								
	2005			% Total PPI	2006			
	Despesa Realizada (a)	Dotações finais (b)	Despesa Realizada (c)		Pago (d)	Tx Execução (c)/(b)	(d)/(c)	Tx de Variação % [(c)-(a)]/(a)
Terrenos e Recursos Naturais	2.555.590	3.842.967	3.099.944	7,4%	2.849.547	80,7%	91,9%	21,3%
Habituação	22.855.691	5.707.900	3.172.640	7,6%	360.510	55,6%	11,4%	-86,1%
Construção	458.641	175.300	164.489	0,4%	9.459	93,8%	5,8%	-64,1%
Aquisição	22.397.050	5.526.800	3.008.151	7,2%	351.052	54,4%	11,7%	-86,6%
Reparação e Beneficiação	0	5.800	0	0,0%	0	0,0%	#DIV/0!	#DIV/0!
Edifícios	7.627.804	11.415.254	7.083.164	16,9%	2.321.068	62,0%	32,8%	-7,1%
Construções Diversas	22.713.652	33.525.779	25.209.661	60,1%	7.767.685	75,2%	30,8%	11,0%
Material de Transporte	50.701	104.200	102.064	0,2%	102.064	97,9%	100,0%	101,3%
Maq. e Equipamento	1.642.080	2.081.400	1.652.444	3,9%	1.492.324	79,4%	90,3%	0,6%
Equipamento Informático	739.658	900.600	828.914	2,0%	769.361	92,0%	92,8%	12,1%
Software Informático	631.646	722.100	542.446	1,3%	525.321	75,1%	96,8%	-14,1%
Equipamento Administrativo	29.930	35.900	21.761	0,1%	17.802	60,6%	81,8%	-27,3%
Equipamento Básico	222.798	398.300	247.434	0,6%	173.401	62,1%	70,1%	11,1%
Ferramentas e Utensílios	18.049	24.500	11.888	0,0%	6.438	48,5%	54,2%	-34,1%
Outros	2.188.957	2.356.200	1.603.835	3,8%	884.133	68,1%	55,1%	-26,7%
Artigos e Objectos Valor	19.546	1.800	272	0,0%	272	15,1%	100,0%	-98,6%
Investimentos Incorpóreos	336.216	788.850	265.388	0,6%	199.739	33,6%	75,3%	-21,1%
Outros Investimentos	1.786.367	1.565.550	1.338.175	3,2%	684.122	85,5%	51,1%	-25,1%
Locação Financeira	0	0	0	0,0%	0	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Bens Património Histórico-Cultural	46.829	0	0	0,0%	0	#DIV/0!	#DIV/0!	-100,0%
Outros Bens Domínio Público	0	0	0	0,0%	0	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Total	59.634.476	59.033.700	41.923.751	100,0%	15.777.332	71,0%	37,6%	-29,7%

Un:Euros



A dotação orçamental, estimada para o ano em análise, do investimento realizado directamente pela Autarquia, totaliza 59.033.700 €. Esta previsão apresenta uma taxa de execução orçamental em termos de despesa realizada de cerca de 71%.

Anota-se que em relação ao ano transacto, se apurou uma diminuição de despesa de investimento realizada de quase (-)30%. Para tal muito contribuiu a diminuição de 86% na Habitação Social, influenciando negativamente o investimento directo. Esta realidade não se deve dissociar do facto de grande parte do investimento em Habitação Social já ter sido efectuado em gerências anteriores.

No quadro reproduzido observa-se, face ao peso relativo de cada uma das componentes que integram a rubrica de aquisição de bens de capital, que a de maior expressividade é a de Construções Diversas, ao absorver 60% do total da despesa do PPI facturada, isto é 25.209.661 €.

No conjunto das restantes componentes, é de referir o peso dos Edifícios, apesar dos valores serem manifestamente inferiores àquele, no montante de 7.083.164 €.

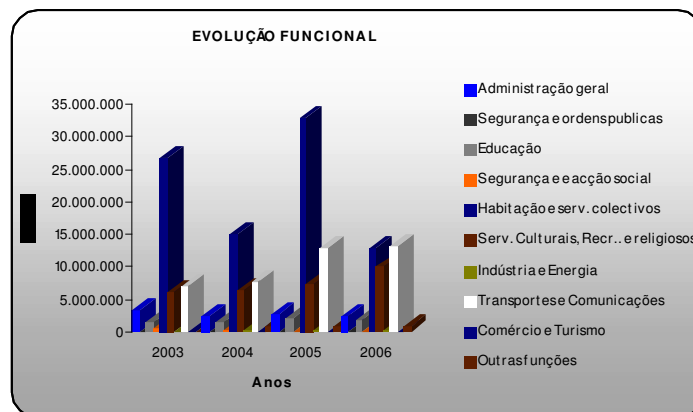
Embora sem a mesma preponderância, as rubricas de Habitação e de Terrenos e Recursos Naturais, absorveram respectivamente 3.172.640 € e 3.099.944 € do total do Investimento Directo.

Refira-se que apesar da taxa de realização de pagamentos rondar os 38%, certas rubricas apresentam níveis de execução acima dos 90%, tais como Terrenos e Recursos Naturais e Maquinaria e Equipamento.

Para uma melhor apreciação inclui-se, também, um quadro e um gráfico elucidativo da afectação funcional do investimento directo, sendo visível que no topo da hierarquia deste, continuam a figurar funções sociais, ao captarem 59% do total do PPI.

EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRECTO POR FUNCIONAL				
Classificação Funcional	2003	2004	2005	2006
Funções Gerais	3.328.651	2.583.848	2.854.908	2.548.974
Administração geral	3.314.189	2.581.778	2.720.693	2.443.633
Segurança e ordens publicas	14.462	2.069	134.214	105.341
Funções Sociais	35.033.763	23.377.344	42.528.989	24.868.945
Educação	1.606.205	1.551.539	2.259.203	1.920.955
Segurança e e acção social	490.273	366.888	152.244	18.626
Habituação e serv. colectivos	26.676.105	14.982.358	32.811.292	12.945.865
Serv. Culturais, Recr.. e religiosos	6.261.181	6.476.559	7.306.250	9.983.499
Funções Económicas	7.183.941	8.642.754	14.250.579	14.505.832
Indústria e Energia	159.029	213.870	363.057	353.458
Transportes e Comunicações	6.957.354	7.585.900	12.808.715	13.122.286
Comércio e Turismo	11.956	190	0	0
Outras funções	55.603	842.794	1.078.807	1.030.087
TOTAL	45.546.355	34.603.945	59.634.476	41.923.751

Un:Euros



A rubrica Habitação e Serviços Colectivos, continua numa posição de liderança, muito embora sejam as sub-funções Ordenamento do Território e Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza que mais contribuem para esta posição.

No entanto destaca-se em termos individuais a sub-função Desporto, Recreio e Lazer com um peso no total do PPI de 21,7%, correspondendo-lhe a importância de 9.106.879€, além do que, na globalidade das Funções Sociais é a que apresenta a maior taxa de crescimento, ou seja, (+) 2.592.862 €.

O investimento realizado nas Funções Económicas representa a segunda maior parcela no âmbito da estrutura funcional com um peso de 34,6%, com especial destaque da área de transportes e comunicações.

Ainda no âmbito do PPI avalia-se de seguida, individualmente, cada uma das suas componentes, sobrelevando a execução de alguns projectos.

Terrenos

A rubrica Terrenos e Recursos Naturais apresentou no ano de 2006 uma taxa de crescimento de 21,3%, absorvendo 3.099.944 € do PPI. Deste valor foram utilizados para fins de domínio privado do município 2.430.306 € e tiveram como destino fins de interesse público, a verba de 669.638€.

Em termos de execução de pagamentos, esta rubrica atingiu cerca de 92%

Os projectos mais importantes no âmbito desta tipologia de investimento, passam-se a enumerar.

Terrenos para bens de domínio privado:

Na continuidade do verificado em anos anteriores, destaca-se a aquisição de terrenos para a implementação física do Plano de Urbanização da Nova Centralidade Urbana "Nova Maia ao absorver o valor de 972.000 €.

Embora sem a mesma expressividade são de referir, ainda, as aquisições de terrenos destinados à construção do Centro de Desportos Equestres (523.333 €) assim como os terrenos destinados à implementação do Programa Especial de Realojamento (424.835 €).

Terrenos para bens de domínio público:

Para integração do domínio público, os terrenos adquiridos tiveram como destino alguns projectos:

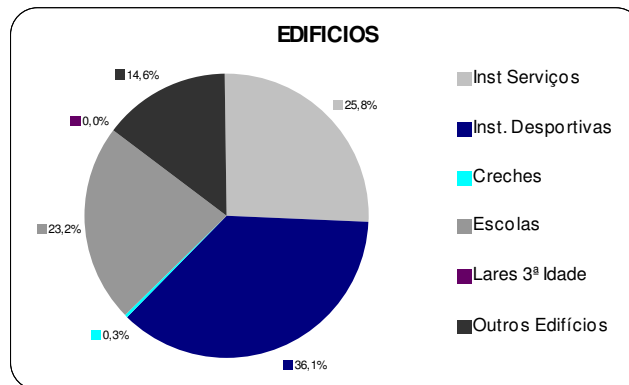
- Diversos fins urbanísticos,
- Construção da Rotunda de Requeixo,
- Via de Avioso-Cidadelha e outros menos significativos.

Habitacão

Tendo em vista contextualizar devidamente o comportamento desta rubrica, refira-se que grande parte do investimento realizado na Habitacão Social foi efectuado em anos anteriores, sendo de anotar que dos empreendimentos PER previstos apenas faltam concluir dois – PER da Aldeia e PER de Barca, o que de certa forma permite explicar a reducao verificada.

- Para a despesa realizada nesta rubrica concorreram essencialmente os custos finais de empreendimentos tais como:
- PER da Rua das Arregadas na Freguesia de Águas Santas -1.079.591 €;
- PER da Rua Dr. Domingos Ramos Paiva, na Freguesia de Folgosa - 1.150.719 €;
- PER da Rua da Bajouca, na Freguesia de Gemunde – 340.229 €;
- PER da Rua da Fábrica, na Freguesia de Vila Nova da Telha - 75.275,28 €.
- E também,
- a construção de 40 fogos a custos controlados no terreno municipal, sito na Rua Gonçalo Mendes da Maia, na Freguesia de Pedrouços, incluindo os arranjos exteriores. – 155.031 €

Edifícios



A rubrica Edifícios constitui a segunda componente do investimento directo com maior peso no PPI, com 16,9% do total facturado, abrange as sub-rubricas de Instalações de Serviços, Instalações Desportivas, Creches, Escolas, Lares de Terceira Idade e Outros. Na sua globalidade, registou um decréscimo de 7,1% relativamente a 2005.

Considerando as diferentes áreas de intervenção a que se destinaram estes investimentos, assumiram particular preponderância, os cerca de 2.554.909 €, na área do **desporto**, designadamente nos projectos subsequentes:

- Ampliação do Pavilhão Gimnodesportivo de Gueifães, na Freguesia de Gueifães – 805.563 €;
- Construção do Pavilhão Gimnodesportivo de serviço público e de apoio à Escola EB2,3 de Nogueira (em cooperação com o Ministério da Educação). – 686.396 €;
- Remodelação do Pavilhão Desportivo Municipal da Maia - Pavilhão Gimnodesportivo Maia I -, integrado na Zona Desportiva Central do Município, na Freguesia de Vermoim – 349.396 €;
- Construção das novas instalações da Associação Cultural e Recreativa " Os Fontineiros da Maia ", na Freguesia de Águas Santas. – 300.917 €;

Por outro lado, a facturação no âmbito das **Instalações de Serviços**, no valor de 1.829.066 €, tiveram como origem as seguintes obras:

- Construção do Centro Administrativo Central;
- Construção do Edifício Anexo aos Paços do Concelho;
- Obras de beneficiação do edifício Municipal sito à Rua de D. Manuel II, integrado na Zona Desportiva Central do Município, na Freguesia de Vermoim;
- Construção da Casa do Desporto da Maia.

Com particular relevância encontram-se também os **Edifícios Escolares** ocupando 23,2% do total da rubrica, evidenciando-se projectos tais como:

- Construção, ampliação ou adaptação de diversas instalações destinadas ao Ensino Pré - Escolar da designada rede pública do Pré Escolar;

- Construção, ampliação ou adaptação de edifícios com destino a cozinhas, copas e refeitórios de apoio a edifícios escolares do Ensino Pré - Escolar da designada rede pública do Pré Escolar;
- Recuperação, adaptação e ampliação de diversos edifícios escolares existentes;
- Recuperação do edifício do EB1 do Paço, na Freguesia de Águas Santas.

Na rubrica residual designada de **outros**, que apresenta o valor de 1.036.652 € destacam-se os empreendimentos:

- Adaptação da Quinta da Gruta a Escola de Educação Ambiental;
- Casa Municipal da Caverneira;
- Construção do edifício Sede do Núcleo da Maia da Cruz Vermelha Portuguesa.

Construções Diversas

As Construções Diversas, responsáveis por 60% da despesa facturada do PPI, ou seja 25.209.661 €, foi uma das rubricas que evoluiu positivamente contrariando a tendência de diminuição.

Pela sua importância no cômputo geral, é de todo o interesse diferenciar as construções que foram afectas ao domínio privado do município das de domínio público, assim como denominar a execução de alguns acções.

Construções Diversas para integrar no Domínio Privado da Autarquia

No âmbito do domínio privado da autarquia, foram efectuados investimentos no montante de 8.823.056 €.

A componente que mais contribuiu para a execução deste agregado foi a rubrica das **instalações desportivas e recreativas**, ao arrecadar 6.032.352 €, onde é de relevar os seguintes projectos:

- Construção do Complexo Desportivo de Pedras Rubras, na Freguesia de Vila Nova da Telha, 2.846.422 €;
- Construção do Complexo Desportivo de Nogueira - 1.438.867 €;
- Construção do Complexo Desportivo do Castelo da Maia – 569.227 €;
- Estádio Prof. Dr. José Vieira de Carvalho – 375.259 €;
- Construção do Polidesportivo descoberto do Paço, no Lugar de Sangemil, na Freguesia de Águas Santas – 261.683 €;
- Construção do Complexo Municipal de S. Pedro Fins - construção de vedações, drenagens, arrelvamento e balneários – 261.308 €.

Embora sem o mesmo peso é também de referir o investimento realizado ao nível de **Sinalização e Trânsito**, com um total de facturação de 268.750 €:

- Colocação de ou beneficiação de sinalização horizontal – 172.633 €;
- Aquisição e instalação de sinalização direcciona - 96.118 €.

Por fim anota-se ainda a continuidade de projectos iniciados em anos anteriores, na rubrica de “**Outros**” a totalizar 2.521.953 €, como sejam:

- Reformulação do Parque Central da Cidade;

- Construção do Aeródromo de Vilar de Luz;
- E ainda,
- Construção de um Parque de Estacionamento de viaturas ligeiras, a Nascente do edifício Sede da Junta de Freguesia de Vermoim e do lado Norte da Rua de Nossa Senhora da Caridade, na Freguesia de Vermoim.

Construções Diversas para integrar em Bens Domínio Público

As construções afectas ao domínio público do município, absorveram 16.386.605 €, e na sua maioria, precisamente 9.255.181 €, tiveram como destino a rubrica de “**viadutos, arruamentos e obras complementares**”, onde se incluem a construção, recuperação, beneficiação, rectificação, drenagem de águas pluviais, pavimentação e repavimentação, de arruamentos diversos, em vários locais do Concelho.

Importa também referir, dado a seu peso, o investimento afecto à rubrica de “**outras infra-estruturas de domínio público**”, mormente os trabalhos urbanísticos em diversas áreas do Concelho, com vista à sua recuperação urbana, ao valerem 2.157.381 €.

Na categoria dos **parques e jardins**, cujo valor da despesa facturada atingiu 3.939.079€, sobressaem alguns projectos, como por exemplo :

- Construção do Parque Urbano de Avioso : 2.886.172 €;
- Construção do Jardim Público de Quires : 661.922 €;
- Concepção e construção de diversos espaços arborizados, em diversas áreas do concelho: 133.690€;
- Construção de um Parque Urbano adjacente ao Complexo Municipal de Piscinas de Águas Santas, na Freguesia de Águas Santas – 91.076 €.

No âmbito da **Iluminação pública** os investimentos executados no montante de 309.756 €, tiveram como origem a:

- Participação, construção e manutenção de redes de iluminação pública – 269.158 €;
- Reformulação da redes de iluminação nas Urbanizações do Lidador da Bouça Grande - 40.598 €

Material de Transporte

Pela classificação económica, **Material de Transporte** incluem-se as despesas com aquisição de veículos ligeiros, pesados e demais viaturas destinadas ao transporte de pessoas e mercadorias, incluem-se também as despesas com grandes reparações. No ano em análise estas despesas totalizaram 102.064€ repartindo-se da seguinte forma:

- Aquisição de veículos automóveis e equipamentos – 84.199 €
- Grandes reparações de viaturas – 17.865 €

Maquinaria e Equipamento

Este grupo de despesas, absorveu do total do PPI 1.652.444 € mantendo os níveis do ano transacto.

Equipamento e Software Informático

Destaca-se pela preponderância na globalidade da rubrica de Maquinaria e Equipamento, o investimento no Equipamento Informático, seja em *Hardware* ou em *Software* que atingiu no ano de 2006, 1.371.361 €, dos quais 1.030.087 € dizem respeito à continuidade do projecto Maia Digital. Realça-se também as excelentes taxas de realização de pagamentos que no conjunto do Equipamento e Software Informático atingiram os 94%.

Equipamento administrativo

No ano de 2006 o investimento em mobiliário e equipamento para os diversos serviços municipais, decresceu significativamente, em relação a 2005, ao situar-se nos 21.761 €.

Equipamento básico

A realização deste tipo de despesa atingiu no ano de 2006, a valor global de 247.434 €, tendo a maioria, sido aplicados na área da educação, designadamente na aquisição de mobiliário e outro equipamento com destino ao ensino Pré-Escolar e EB1 assim como, na aquisição de equipamentos diversos para cozinhas, copas e refeitórios de apoio aos edifícios escolares do Ensino Pré-Escolar e do EB1, totalizando 158.039 €.

Ferramentas e utensílios

A despesa executada com a aquisição de ferramentas e utensílios, durante o ano de 2006, foi insignificante e ascendeu a 11.888 €.

Outros

Investimentos incorpóreos

No sector dos investimentos incorpóreos o valor facturado, no ano de 2006, representou 265.388€, assim distribuído por vários projectos:

- Elaboração de projectos diversos em diversas áreas do Concelho – 182.248 €;
- Elaboração de projectos para a execução de arranjos urbanísticos em vários locais do Concelho - 49.403 €;
- Elaboração de projectos de regularização de linhas de água existentes no Concelho - 33.737 €.

Outros investimentos

Ao abrigo da rubrica denominada de **outros investimentos** foram realizadas despesas no valor de 1.338.175 €, que tiveram fins diversos, como por exemplo:

- Reformulação do Parque Central da Cidade – 635.250 €;
- Aquisição de equipamento diverso para instalações desportivas ou para recintos desportivos - 177.461 €;
- Aquisição de equipamento diverso e adornos para os edifícios municipais – 108.133 €;
- Aquisição de sinais de trânsito, de orientação e outros afins e semaforização – 116.922 €.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Neste capítulo registam-se todas as importâncias, fluxos monetários não reembolsáveis transferidos, que se destinam a financiar despesas de capital das entidades beneficiárias, onde se incluem as freguesias, as instituições sem fins lucrativos e empresas municipais e intermunicipais.

No quadro infra reproduzido evidencia-se a distribuição das Transferências de Capital pelas suas componentes:

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL								
	2005		2006					
	Despesa Realizada (a)	Dotações finais (b)	Despesa Realizada (c)	% Total PPI	Pago (d)	Tx Execução (c)/(b) (d)/(c)		Tx de Variação % [(c)-(a)]/(a)
Sociedades e quase-sociedades não financeiras				0,0%				
Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais	1.132.461	1.192.000	1.124.145	31,3%	768.110	94,3%	68,3%	-0,7%
Administração Local								
Municípios	0	482.300	0	0,0%		0,0%	#DIV/0!	#DIV/0!
Freguesias	1.296.503	2.681.000	1.957.868	54,5%	792.806	73,0%	40,5%	51,0%
Instituições sem fins lucrativos	361.770	521.265	481.618	13,4%	183.878	92,4%	38,2%	33,1%
Resto do Mundo	0	27.000	25.602	0,7%	25.602	94,8%	100,0%	#DIV/0!
Total	2.790.734	4.903.565	3.589.233	100,0%	1.770.395	73,2%	49,3%	28,6%

Un: Euros

O montante dos apoios assumidos, enquadráveis nas transferências de capital, atingiram em 2006 a importância de 3.589.233 €, mais 28,6% que em 2005.

Com grande representatividade a rubrica *Freguesias* ocupou 54,5% do total da despesa facturada e apresentou uma taxa de crescimento de 51%. Assumem particular relevância as comparticipações destinadas à adaptação de edifícios e construção de edifícios-sede das Juntas compreendendo o montante global de 1.775.059 €, como sejam:

- Recuperação, adaptação e ampliação da Casa de Augusto Simões para Sede de Junta de Freguesia de Pedrouços;
- Construção do Edifício-Sede da Junta de Freguesia de Nogueira;
- Construção do Edifício-Sede da Junta de Freguesia de Gemunde;
- Construção do Edifício-Sede da Junta de Milheirós;
- Construção do Edifício-Sede da Junta de Freguesia de Águas Santas;
- Construção do Edifício-Sede de S. Pedro Fins;
- Construção do Edifício-Sede da Junta de Santa Maria de Avioso;
- Construção do Edifício-Sede da Junta de Vila Nova da Telha.

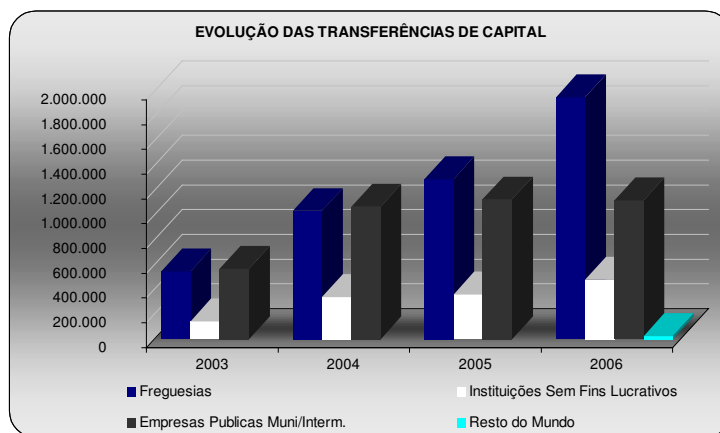
Embora sem o mesmo peso são, também, de referir as transferências efectuadas a favor das Empresas Municipais e Intermunicipais no valor de 1.124.145 €, o que representa 31,3% da despesa total daquela rubrica. Neste âmbito destacam-se sobremaneira as comparticipações financeiras ao investimento realizado pela LIPOR de 824.145€, assim como a comparticipação de 300.000 € à Academia das Artes – Produções Culturais, E.M. na gestão do programa Maia Digital.

As **Instituições sem fins lucrativos**, obtiveram no ano em análise (+) 33,10% que no ano transacto, correspondendo-lhe a importância de 481.618 €. Contribuíram para tal os projectos como:

- Remodelação, reconstrução e ampliação das instalações da Associação Dramática Recreativa e Cultural “Os Leais e Videirinhos de Pedrouços” – 202.900 €;
- Comparticipação na obra de Ampliação e remodelação do edifício-sede do "Juventude de Pedrouços Futebol Clube" – 66.922 €
- Apoio à ampliação e construção de diversas instalações de apoio do existente Complexo Social da Associação de Solidariedade Social "O Amanhã da Criança" – 49.847 €;

A rubrica **Resto do Mundo**, absorveu a importância de 25.602€ que consistiu num apoio ao município de S. Nicolau, em Cabo Verde, na remodelação e restauro do Edifício que passará a constituir os Paços

O próximo gráfico retracta a evolução deste capítulo.



ACTIVOS FINANCEIROS

Por fim, e de forma a terminar a análise do Investimento Global, anota-se que não foi concretizada nenhuma operação respeitantes à aquisição de títulos de crédito (títulos da dívida pública, acções e obrigações etc.).

Quanto a esta matéria, e como informação complementar apresenta-se, nos anexos documentais um quadro resumo das entidades participadas por este Município (ponto 8.2.16 do POCAL), com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício, o que traduz bem o investimento realizado, ao longo dos anos, em activos financeiros.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano (GOPS) definem as principais linhas de orientação estratégicas e as prioridades para o Concelho num horizonte móvel de 4 anos, compreendem o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Actividades Mais Relevantes a desenvolver na gestão autárquica (PAM).

Classificação Funcional	GOPS							
	2005			2006				
	Despesa Realizada (a)	Dotações finais (b)	Despesa Realizada (c)	% Total PPI	Pago (d)	Tx Execução (c)/(b) (d)/(c)		Tx de Variação % [(c)-(a)]/(a)
Funções Gerais:	4.217.237	9.781.700	5.861.126	10,3%	3.012.738	59,9%	51,4%	39,0%
Serviços Gerais de Administração Pública	3.843.748	8.176.200	5.545.785	9,8%	2.714.291	67,8%	48,9%	44,3%
Segurança e Ordens Públicas	373.489	1.605.500	315.341	0,6%	298.447	19,6%	94,6%	-15,6%
Funções Sociais:	48.695.118	44.382.575	35.595.229	62,8%	17.626.501	80,2%	49,5%	-26,9%
Educação	2.425.263	5.607.200	4.695.708	8,3%	3.314.632	83,7%	70,6%	93,6%
Segurança e Acção Sociais	371.931	474.700	307.297	0,5%	237.659	64,7%	77,3%	-17,4%
Habitação e Serviços Colectivos	37.032.413	24.605.422	19.391.340	34,2%	10.719.177	78,8%	55,3%	-47,6%
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	8.865.511	13.695.253	11.200.884	19,8%	3.355.033	81,8%	30,0%	26,3%
Funções Económicas:	14.996.815	21.933.780	15.201.418	26,8%	5.983.040	69,3%	39,4%	1,4%
Indústria e energia	363.057	449.300	353.458	0,6%	104.419	78,7%	29,5%	-2,6%
Transportes e Comunicações	12.808.715	19.573.320	13.242.286	23,4%	4.456.654	67,7%	33,7%	3,4%
Comércio e Turismo	441.051	446.660	265.009	0,5%	263.682	59,3%	99,5%	-39,9%
Outras Funções Económicas	1.383.992	1.464.500	1.340.665	2,4%	1.158.285	91,5%	86,4%	-3,1%
TOTAL	67.909.171	76.098.055	56.657.772	100,0%	26.622.278	74,5%	47,0%	-16,6%

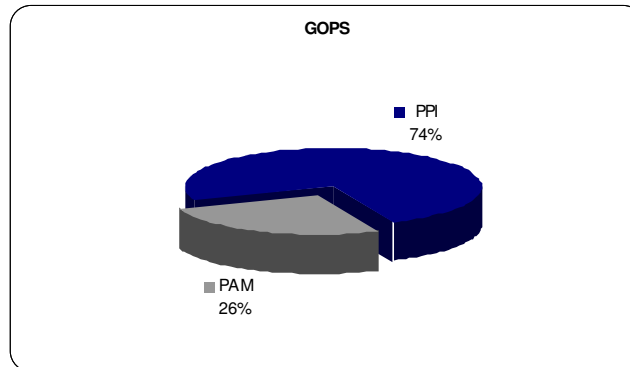
Un-Euros

No ano de 2006, as GOPS apresentaram uma despesa global facturada no montante de 56.657.772 € e uma despesa paga de 26.622.278 €, traduzindo uma taxa de execução de despesa realizada de 74,5% relativamente ao orçado e uma taxa de execução de pagamentos de 47%.

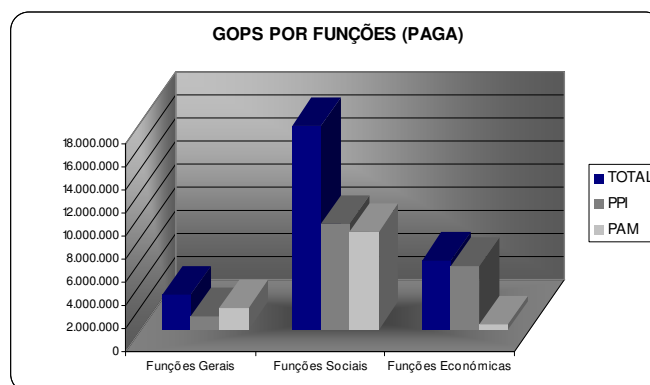
Exibiram um decréscimo de (-16,6%) em relação ao ano de 2005, influenciado sobretudo pelas Funções Sociais, principalmente no que toca ao decréscimo da rubrica de Habitação e Serviços Colectivos, já oportunamente analisado.

Foi nas Funções Sociais que o Município apresentou maior esforço de pagamento de despesa facturada, em particular na já citada Habitação e Serviços Colectivos, facto a que não será alheio o peso da rubrica no total da Grandes Opções do Plano.

Anota-se contudo, que ao nível de pagamento da facturação transitada, o maior esforço foi canalizado nas Funções de Educação.



Em termos globais de despesa realizada pela autarquia, as GOPS absorveram cerca de 60% do total da despesa facturada e 43% do total da despesa paga da autarquia, cabendo ao PAM 26% e ao PPI 74% daquele valor.



O gráfico acima apresentado permite-nos aferir do peso do PPI e do PAM na globalidade das Grandes Opções do Plano, em termos de pagamentos.

Ressalta por observação do mesmo, o peso das Funções Sociais, distribuindo-se o seu pagamento uniformemente pelo PPI e pelo PAM. As Funções Económicas, apresentam uma execução superior a nível de PPI, sendo praticamente insignificante o peso do PAM. Contrariando a tendência das anteriores, as Funções Gerais apresentam maior volume de pagamentos no PAM

De seguida, proceder-se-á a uma análise mais detalhada por funções, procurando destacar os projectos que mais se evidenciaram em termos de realização de nova despesa de investimento e de actividades mais relevantes.

Refira-se que esta análise será centrada apenas na nova despesa facturada no ano de 2006.

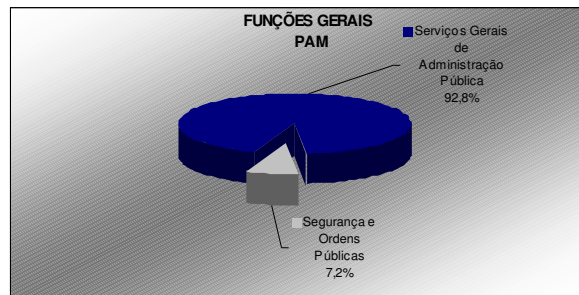
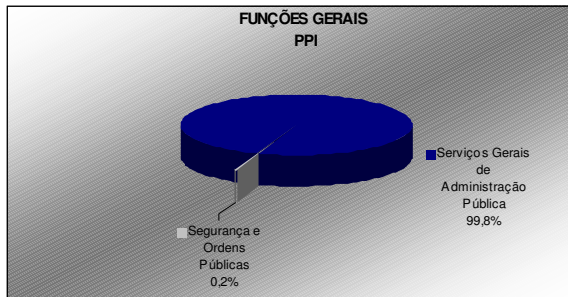
O quadro seguinte apresenta as funcionais que compõem as Grandes Opções do Plano repartidas pelo PPI e PAM e decompostas pela facturação transitada, a facturação do próprio ano e ainda os pagamentos efectuados por conta de cada classificação funcional.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Classificação Funcional	PPI			PAM			GOPS			
	Fact Transitada	Fact Nova	PAGO	Fact Transitada	Fact Nova	TOTAL	Fact Transitada	Fact Nova	TOTAL	PAGO
Funções Gerais:	1.916.120	632.854	2.548.974	388.141	2.924.011	3.312.151	2.304.261	3.556.864	5.861.125	3.012.738
Serviços Gerais de Administr. Pública	1.811.816	631.817	2.443.633	388.141	2.714.011	3.102.151	2.199.957	3.345.827	5.545.785	2.714.291
Administração Geral	1.811.816	631.817	2.443.633	388.141	2.714.011	3.102.151	2.199.957	3.345.827	5.545.785	2.714.291
Segurança e Ordens Públicas	104.304	1.037	105.341	0	210.000	210.000	104.304	211.037	315.341	298.447
Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	104.304	1.037	105.341	0	210.000	210.000	104.304	211.037	315.341	298.447
Funções Sociais	15.273.247	9.595.698	24.868.945	1.491.632	9.234.651	10.726.283	16.764.878	18.830.350	35.595.228	17.626.501
Educação	1.394.830	526.125	1.920.955	30.530	2.744.223	2.774.753	1.425.360	3.270.348	4.695.708	3.314.632
Ensino não Superior	1.177.388	466.533	1.643.920	30.530	2.472.988	2.503.498	1.207.918	2.939.500	4.147.418	3.224.297
Serviços Auxiliares de Ensino	217.442	59.593	277.035	0	271.255	271.255	217.442	330.848	548.290	90.336
Segurança e Acção Sociais	18.354	272	18.626	51.597	237.073	288.670	69.951	237.345	307.296	237.659
Acção Social	18.354	272	18.626	51.597	237.073	288.670	69.951	237.345	307.296	237.659
Habituação e Serviços Colectivos	8.756.199	4.189.666	12.945.865	928.807	5.516.668	6.445.475	9.685.006	9.706.334	19.391.340	10.719.177
Habituação	2.711.047	926.857	3.637.904	0	0	0	2.711.047	926.857	3.637.904	825.774
Ordenamento do Território	2.830.855	1.916.013	4.746.868	0	0	0	2.830.855	1.916.013	4.746.868	2.925.309
Resíduos Sólidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Protecção Meio Amb. e Cons. da Natureza	3.214.296	1.346.796	4.561.093	928.807	1.658.757	2.587.564	4.143.103	3.005.554	7.148.657	3.376.489
Serviços Cultur., Recreat. e Religiosos	5.103.864	4.879.635	9.983.499	480.697	736.688	1.217.385	5.584.561	5.616.323	11.200.884	3.355.033
Cultura	511.038	253.394	764.432	443.200	484.543	927.743	954.239	737.936	1.692.175	638.214
Desporto, Recreio e Lazer	4.506.866	4.599.994	9.106.879	34.742	202.201	236.943	4.541.627	4.802.195	9.343.823	2.657.315
Juventude	85.940	26.247	112.187	0	4.235	4.235	85.940	30.482	116.422	11.040
Relações Internacionais	0	0	0	2.755	45.709	48.464	2.755	45.709	48.464	48.464
Funções Económicas:	10.390.250	4.115.582	14.505.832	520.652	174.934	695.586	10.910.902	4.290.516	15.201.418	5.983.040
Indústria e energia	254.936	98.522	353.458	0	0	0	254.936	98.522	353.458	104.419
Iluminação	223.230	86.526	309.756	0	0	0	223.230	86.526	309.756	72.407
Infraestruturas eléctricas	31.706	11.996	43.702	0	0	0	31.706	11.996	43.702	32.011
Transportes e Comunicações	9.606.023	3.516.264	13.122.286	0	120.000	120.000	9.606.023	3.636.264	13.242.286	4.456.654
Transportes rodoviários	9.311.636	3.331.494	12.643.130	0	120.000	120.000	9.311.636	3.451.494	12.763.130	4.320.718
Transportes aéreos	294.387	184.769	479.156	0	0	0	294.387	184.769	479.156	135.935
Comércio e Turismo	0	0	0	219.555	45.454	265.009	219.555	45.454	265.009	263.682
Mercados e Feiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Turismo	0	0	0	219.555	45.454	265.009	219.555	45.454	265.009	263.682
Outras Funções Económicas	529.292	500.796	1.030.087	301.098	9.480	310.578	830.389	510.276	1.340.665	1.158.285
Defesa do Consumidor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Novas Tecnologias	529.292	500.796	1.030.087	301.098	9.480	310.578	830.389	510.276	1.340.665	1.158.285
Activos Financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	27.579.617	14.344.134	41.923.751	2.400.425	12.333.596	14.734.020	29.980.041	26.677.730	56.657.771	26.622.278

Un:Euros

FUNÇÕES GERAIS:

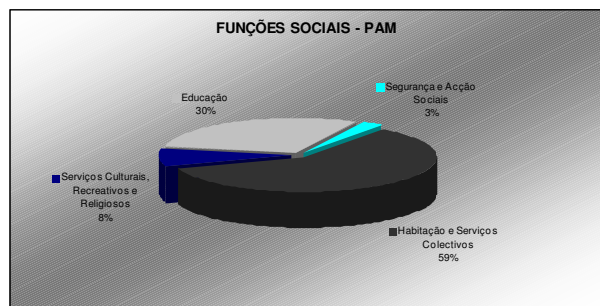
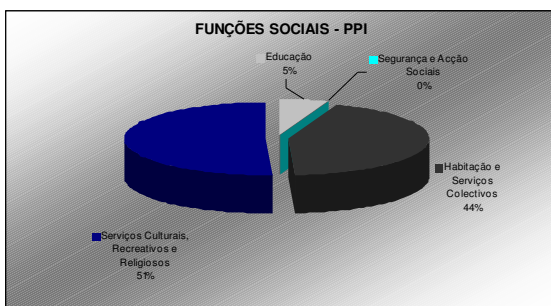


As Funções Gerais compreendem Funções de Administração Geral e de Segurança e Ordens Públicas, absorveram 13,3% da nova facturação, evidenciando-se o contributo do PAM em actividades como:

- comparticipação na recuperação e construção e reequipamento de Edifícios-Sede de Juntas de Freguesia através de contratos programa cujo valor ascendeu a 1.665.057 €;
- a contratualização de serviços de vigilância
- a contratualização de serviços de limpeza
- comparticipação nos custos de conservação de viaturas e comparticipação nas despesas relativas ao pessoal permanente do Corpo Activo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira-Maia e da Associação Humanitária de Pedrouços

Embora com menor expressão o PPI, engloba investimentos em edifícios, equipamentos e viaturas comportando o montante de 632.854 €, destacando-se o projecto “Construção do Centro Administrativo Central”.

FUNÇÕES SOCIAIS:



Em termos globais, as Funções Sociais assumem a preponderância no novo investimento, destacando-se a **Habituação e Serviços Colectivos** com 4.189.666 € realizados no PPI e 5.516.668 € no PAM, abrangendo projectos e acções tais como:

- O Tratamento de Resíduos Sólidos pela LIPOR;
- Comparticipações à Maiambiente na gestão corrente;
- Manutenção de Jardins;

- Construção do Parque Urbano de Avioso;
- Aquisição de terrenos para a implementação física do Plano de Urbanização da Nova Centralidade Urbana, na continuidade dos anos anteriores;
- Participação de Investimentos na Lipor e,
- Custos finais dos empreendimentos do Outeiro, Rua de Sendal, Rua da Fábrica e

Também com grande representatividade, a Função **Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos**, ocupam 21% do total da nova facturação das Gop's, com especial incidência no PPI, destacando-se os projectos de investimentos com :

- Construção do Complexo Desportivo de Pedras Rubras, na Freguesia de Vila Nova da Telha;
- Aquisição de terrenos para a "Construção do Centro de Desportos Equestres, na Freguesia de Silva Escura - aquisição dos necessários terrenos".
- Ampliação do Pavilhão Gimnodesportivo de Gueifães, na Freguesia de Gueifães
- Construção do Complexo Desportivo do Castelo da Maia, na Freguesia de Gemunde

Não menos importante foram as actividades desenvolvidas nomeadamente:

- O apoio à "Remodelação, reconstrução e ampliação das instalações da Associação Dramática Recreativa e Cultural "Os Leais e Videirinhos de Pedrouços", na Freguesia de Pedrouços";
- Festival Internacional de Teatro Cómico: "Teatro Cómico Maia";
- Realização da "Taça Internacional Maia Jovem", em Ténis
- Edição, produção gráfica e distribuição da Revista Municipal "MaisMaia
- Férias Desportivas Municipais
- Apoio ao Município de São Nicolau, em Cabo Verde, na remodelação e restauro do Edifício que passará a constituir os Paços do Concelho
- Oficina de Teatro da Maia
- Mostra Internacional de Fotografia
- Jogos Inter-Freguesias

A funcional **Educação**, que comporta o ensino pré escolar, o básico(EB1), o artístico, os transportes escolares, bem como os Serviços Auxiliares de Ensino, absorve 3.270.348 € e reflecte um esforço de pagamento significativo, uma vez que, apenas 30% do total de facturação ficou por pagar. Teve a sua maior representatividade no PAM com os projectos:

- Programa de expansão e desenvolvimento da Educação Pré-Escolar
- Transportes Escolares;
- Refeições Escolares;
- Programa de Enriquecimento Curricular;
- Participação à Academia das Artes no âmbito do Programa Ritmos;

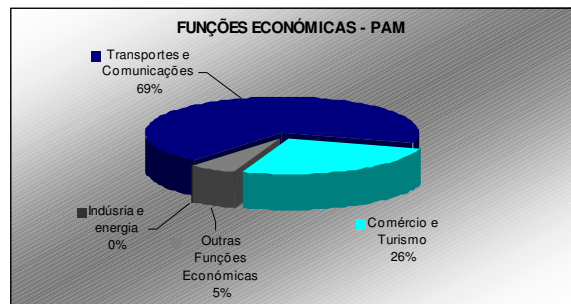
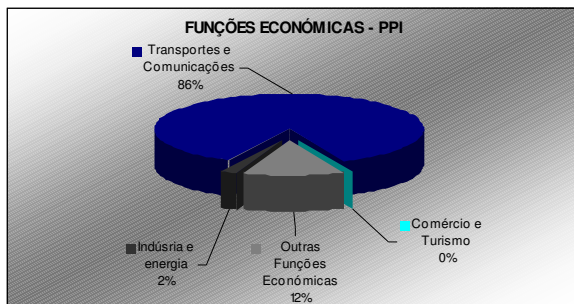
Em termos de Investimento, destacam-se:

- a Construção de edifícios destinados ao Ensino do Pré Escolar, comportando cerca de 202.300 €, em escolas como Maia Sede, Cavadas 1 – Currais, EB1 de Sta. Cristina, Escola do Castelo e Sá1-Frejufe;
- Construção da nova Escola do EB2,3 de Pedrouços – 115.315 €;
- Aquisição de equipamentos diversos para equipamento das cozinhas, copas e refeitórios de apoio aos edifícios escolares do Ensino Pré-Escolar e do EB1.

No âmbito da **Segurança e Acção Sociais**, salienta-se a atribuição do Cabaz de Natal assim como o constante apoio a entidades de apoio social, quer na aquisição de viaturas, quer na construção e remodelação de edifícios nomeadamente:

- Apoio à ampliação e construção de diversas instalações de apoio do existente Complexo Social da Associação de Solidariedade Social "O Amanhã da Criança" ;
- Participação na aquisição de viaturas ou outros equipamentos;
- Apoio à construção do Centro Social e Paroquial de Barca, na Freguesia de Barca, a levar a cabo pela Comissão de Fábrica da Igreja de Barca.

FUNÇÕES ECONÓMICAS:

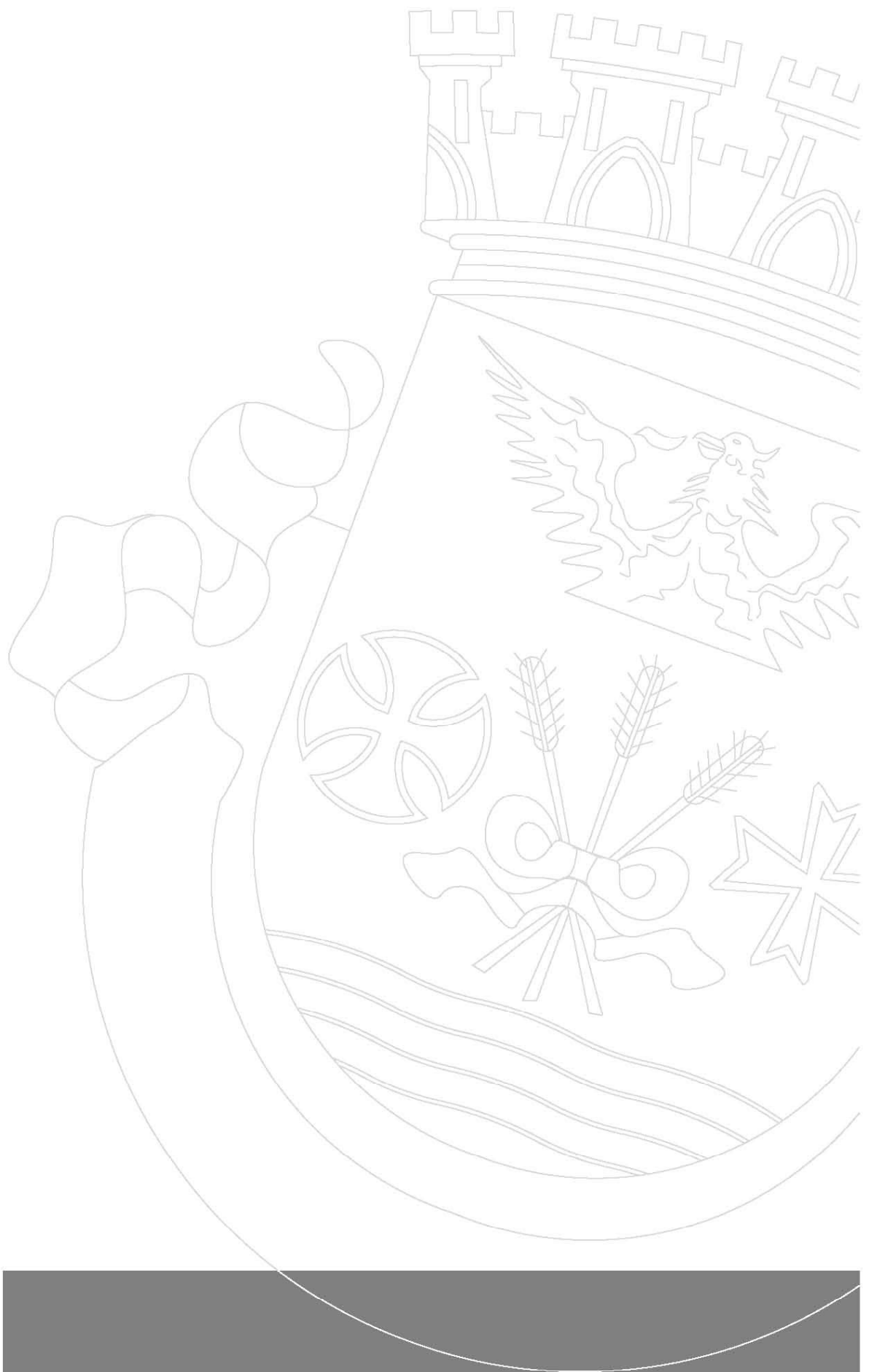


No que concerne às Funções Económicas, estas absorveram 4.276.078 € (15,9%) da nova facturação das GOPS, com especial relevo para os **Transportes e Comunicações**, contribuindo sobremaneira o investimento efectuado na construção, recuperação beneficiação de viadutos, arruamentos e obras complementares, drenagem de águas pluviais pavimentação e repavimentação, em vários locais do Concelho. A nível de Actividades Mais Relevantes, aparece-nos única e exclusivamente a participação à TUM na gestão corrente.

Com muito menor peso aparecem as **Outras Funções Económicas**, nomeadamente as Novas Tecnologias, dando continuidade ao desenvolvimento do projecto Maia Digital e das actividades no Espaço Internet da Maia, contribuindo respectivamente com 500.796 € e 9.480 €.

A **Indústria e Energia** comporta o investimento na rede de Iluminação Pública e Infra-estruturas Eléctricas e em 2006, ascendeu a 98.522 €.

A Função **Comércio e Turismo**, é absorvida na íntegra pela Feira de Artesanato da Maia.



maia

ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

ENQUADRAMENTO

Quanto a esta matéria, importa anotar as novas exigências de boa gestão financeira e orçamental, decorrentes do Pacto de Estabilidade e Crescimento (Resolução do Conselho Europeu sobre o Pacto de Estabilidade e Crescimento, de 17 de Junho de 1997, JOC 236, de 2 de Agosto de 1997).

A Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto introduziu perante o anterior regime (resultante da Lei n.º 6/91, de 20 de Fevereiro) uma importante reforma no domínio do enquadramento orçamental, de todas as pessoas colectivas de população e território e não apenas do Estado *sensu stricto*, como sucedia até aqui. No âmbito daquele espírito a Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28 de Agosto, veio definir novos limites de endividamento, permitindo à lei do Orçamento estabelecer limites específicos de endividamento anual da administração central do estado, das regiões autónomas e das autarquias locais, compatíveis com o saldo orçamental calculado para o conjunto do sector público administrativo (cálculo do stock de endividamento líquido e do limite deste stock).

Efectivamente, a partir de 2002 e no quadro destas medidas extraordinárias de estabilidade orçamental, não tem sido permitido qualquer acréscimo de endividamento líquido ao conjunto total das autarquias. Desde então, anualmente e para cada município, o governo calcula e fixa o respectivo limite de acréscimo de endividamento. Refira-se contudo que até finais de 2005 a interpretação do conceito de endividamento líquido, não era pacífica, nomeadamente no que se refere à metodologia de cálculo utilizada.

Com a Lei do Orçamento de Estado para 2006 (Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro) define-se o conceito de endividamento líquido (n.º 5 do artigo 33.º), clarificando a fórmula de cálculo da referida capacidade de endividamento líquido, e acrescenta-se ainda que o “O endividamento líquido de cada município, calculado de acordo com os n.ºs 4 e 5, não pode exceder, em 31 de Dezembro de 2006, o existente na data anterior acrescido do valor que caiba ao município no procedimento de rateio a que se refere o n.º 3 do referido artigo e diminuído do valor de amortizações de empréstimos que tenha de efectuar durante o ano de 2006”

Refira-se ainda que, por efeito do não cumprimento dos limites específicos de endividamento definidos, prevê a Lei de Estabilidade Orçamental, que a Lei de Orçamento de Estado pode determinar a redução, na proporção do incumprimento, das transferências a efectuar para as autarquias locais.

Face ao exposto, a análise desta matéria, sempre importante, assume presentemente maior relevância. Numa primeira fase avalia-se a evolução global da dívida do município, segue-se uma apreciação mais pormenorizada de cada uma das suas componentes e, por último, comenta-se o enquadramento do município ao nível do famigerado endividamento líquido.

Anota-se que avaliação da dívida de curto prazo, centra-se nos valores das dotações orçamentais expurgados dos adiantamentos por conta de vendas em hasta pública no montante de 1.435.875 €, por se reportarem a situações transitórias, cuja resolução depende apenas da formalização das escrituras de venda respectivas.

DÍVIDA TOTAL

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL				
	2003	2004	2005	2006
Divida de Médio e Longo Prazo	86.139.347	82.406.811	78.474.254	72.132.526
Divida de Curto Prazo	35.086.503	35.584.999	45.666.125	40.198.367
Divida Total	121.225.850	117.991.810	124.140.379	112.330.893
Taxa de crescimento da divida				
Médio e longo prazo		-2,67%	5,21%	-9,51%
Curto prazo		-4,33%	-4,77%	-8,08%
		1,42%	28,33%	-11,97%

Un: Euros

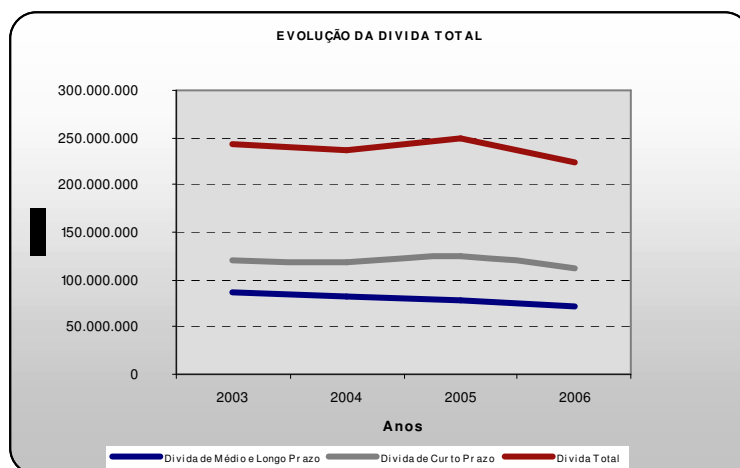
Em 31 de Dezembro de 2006 a dívida global do Município avulta em 112.330.893 €, deste valor respeita a natureza de médio e longo prazo 64,21% e 35,79% de curto prazo.

Anota-se que o passivo apresenta um decréscimo de (-) 9,51% em relação ao ano anterior, devido, principalmente, à diminuição das dívidas de médio e longo prazo, sendo de realçar o esforço realizado na gestão de 2006 na redução global da dívida.

A este propósito, refira-se que no período compreendido entre 2003 e 2006 o total da dívida diminui 8.894.957 €, o que representa em termos relativos uma diminuição de (-)7,34%. Esta variação deve-se, essencialmente, ao decréscimo de 14.006.821€, da dívida de médio e longo prazo.

No presente exercício é de sobrelevar a inversão da tendência de crescimento da dívida de curto prazo.

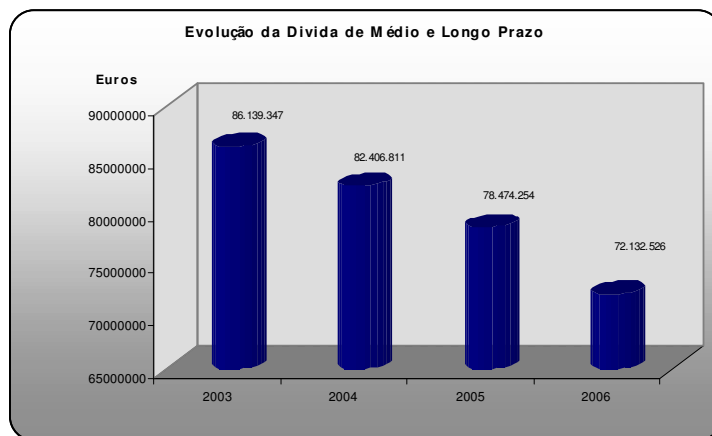
Para melhor dimensionar o comportamento da dívida global do município ao longo do último quadriênio, insere-se um gráfico.



DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

No âmbito das suas atribuições e competências, e não obstante os escassos recursos financeiros disponíveis, para o desenvolvimento das suas actividades, nomeadamente para cumprimento do seu Plano Plurianual de Investimentos, desde o ano de 2004 que o município da Maia não recorre à contratação e/ou utilização de empréstimos de médio e longo prazo. Afigura-se por isso, a necessidade do recurso a outras fontes de financiamento para fazer face às despesas de investimento.

No quadro e gráfico abaixo inseridos, apresenta-se a evolução da dívida de médio e longo prazo no último quadriénio, distinguindo a que releva para o cálculo do limite da capacidade de endividamento da que não releva.



EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO				
	2003	2004	2005	2006
Dívida no início do período (1)	72.612.000	86.139.347	82.406.811	78.474.255
Relevam p/ capacidade de endividamento	51.897.811	58.903.811	55.909.811	52.915.811
Não relevam p/ capacidade de endividamento	20.714.189	27.235.536	26.497.000	25.558.444
Empréstimos contraídos e utilizados no período (2)	17.229.093	48.063	0	0
Relevam p/ capacidade de endividamento	10.000.000	0	0	0
Não relevam p/ capacidade de endividamento	7.229.093	48.063	0	0
Juros capitalizados (3)	0	0	0	0
Amortizações do período (4)	3.701.747	3.780.599	3.932.557	6.348.250
Relevam p/ capacidade de endividamento	2.994.000	2.994.000	2.994.000	5.296.144
Não relevam p/ capacidade de endividamento	707.747	786.599	938.557	1.052.106
DÍVIDA NO FIM DO PERÍODO (1+2+3-4)	86.139.346	82.406.811	78.474.254	72.132.526 a)
TAXA DE CRESCIMENTO DA DÍVIDA	19%	-4,33%	-4,77%	-8,08%
GRAU DE COBERTURA DAS DESPESAS DE INVESTIMENTO POR EMPRÉSTIMOS DE MLP	47,09%	0,21%	0,00%	0,00%

Un: Euros

Do observado no quadro anterior é notório que desde o ano de 2003 tem havido um esforço do Município para reduzir o endividamento de médio e longo prazo, sendo o ano da gerência em análise um marco importante. Efectivamente entre 2003 e 2006, a dívida de médio e longo prazo, diminui cerca de catorze milhões de euros, o que, em termos relativos, representa uma diminuição de (-)16,26%.

Parte significativa desta redução, (-)8,08%, ocorre no decurso do ano de 2006, resultado do volume de amortizações de 6.348.250 €, não acompanhado por novas contratações ou utilizações de empréstimos pendentes.

Refira-se que, a partir do ano de 2004, o grau de cobertura das despesas de investimento por receitas provenientes de empréstimos, é nulo.

Para o decréscimo desta dívida em 2006, contribuiu sobremaneira o término do período de diferimento das amortizações do empréstimo bancário contratado com BTA, no valor global de 29.927.873,82 €, ao originar uma redução de 2.302.144 € no valor inicial.

Também é de anotar o início do período de amortização do empréstimo bancário contratado com o BES, no âmbito do complemento PER, que colaborou para aquela diminuição em 107.942 €.

O empréstimo obrigacionista com o BCP, que na gerência ficou integralmente amortizado com o pagamento do valor residual contratado de 2.987.937 €, foi aquele que influiu de forma mais significativa.

Relativamente a este financiamento interessa relevar que no decurso da implementação da moeda única, dada a necessidade da reconversão para euros do capital em dívida, houve uma redenominação do valor nominal das obrigações que culminou num acréscimo do montante total a reembolsar, de 6.063,09 €. Não obstante esta diferença, entendeu-se por bem proceder ao correcto registo contabilístico do capital que na realidade foi mutuado, donde resulta uma ligeira divergência entre o valor da execução orçamental da rubrica de amortizações de capital (2.994.000 €) e o valor patrimonialmente contabilizado, em razão do capital reembolsado em 2006 (2.987.936,91 €).

Nos empréstimos contratados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado (PER), são patentes pequenos decréscimos derivados das sucessivas amortizações que têm ocorrido ao longo deste quadriénio, em montantes mais ou menos constantes.

Anota que em consequência de uma correcção ao processamento efectuado pela Instituição de Crédito aquando da contabilização dos respectivos encargos de dívida, apenas detectada na gerência de 2007, foram durante a execução orçamental de 2006 indevidamente contabilizados como juros e amortizações os montantes de (-)1.006,14 € e (+) 458,94 €, respectivamente. Na impossibilidade da correcção da execução orçamental, entendeu-se por bem proceder à correspondente rectificação patrimonial daquele facto, via nota de lançamento. Esta situação, assim como a anterior, concorre para a diferença apurada entre a informação resultante da execução orçamental e aquela que é espelhada na informação de carácter patrimonial.

SERVIÇO DE DÍVIDA

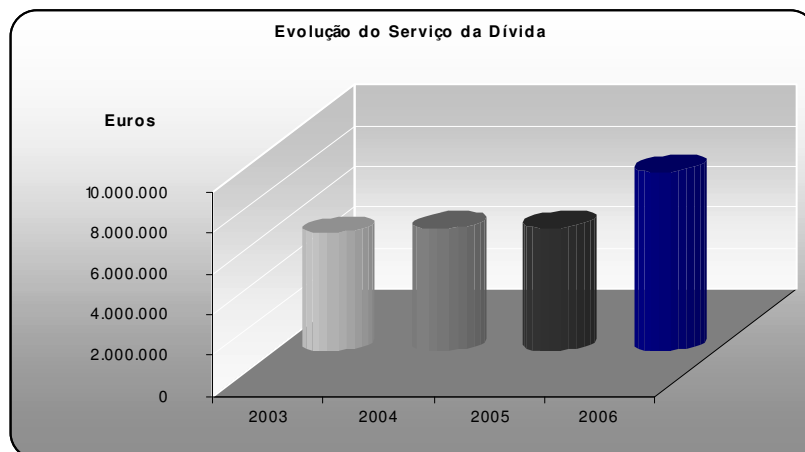
O quadro seguinte espelha a evolução do serviço de dívida no último quadriénio, considerando unicamente os montantes de juros e amortizações de empréstimos contratualizados pela autarquia. Não está reflectida nesta análise o serviço de dívida dos empréstimos contraídos pelas Associações de Municípios a que pertence a autarquia (no presente caso apenas a LIPOR, porque as restantes não dispõem de emprésti-

mos de médio e longo prazo). Refira-se ainda, que não existem empréstimos de médio e longo prazo contraídos, quer pelos Serviços Municipalizados quer por Empresas Municipais.

Adicionalmente informa-se que, no caso da LIPOR, o montante de amortizações e juros dos empréstimos de médio e longo prazos que complementam o financiamento de projectos pelo Fundo de Coesão, referentes à participação do Município, é de 393.477,72 € e 726.745,71 €, respectivamente.

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA				
	2003	2004	2005	2006
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento (1)	4.787.429	4.825.079	4.721.791	7.330.033
Amortizações	2.994.000	2.994.000	2.994.000	5.296.144
Juros	1.793.429,00	1.831.079	1.727.791	2.033.889
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento (2)	1.001.762	1.169.076	1.334.593	1.479.368
Amortizações	707.747	786.599	938.557	1.052.106
Juros	294.015	382.477	396.036	427.262
Total do Serviço de Dívida (1+2)	5.789.191	5.994.155	6.056.384	8.809.401
Amortizações	3.701.747	3.780.599	3.932.557	6.348.250
Juros	2.087.444	2.213.556	2.123.827	2.461.151
Taxa de crescimento do serviço de dívida	-2,6%	3,5%	1,0%	45,5%
Amortizações		2,1%	4,0%	61,4%
Juros		6,0%	-4,1%	15,9%
Juros / Receita Total Cobrada	2,7%	2,9%	3,4%	3,9%
Juros / Despesa Total Paga	2,8%	3,4%	2,8%	3,9%
Juros / Despesa de Capital Paga	5,2%	8,4%	5,6%	9,8%
Serviço Dívida / Receita Total Cobrada	7,5%	7,8%	9,8%	14,1%
Serviço Dívida / Despesa Total Paga	7,6%	9,2%	8,0%	14,1%

Un: Euros



No ano de 2006, verifica-se relativamente aos anos anteriores um aumento significativo do peso do serviço de dívida, explicado essencialmente por dois factores:

- Pelo início, no ano em apreço, do período de amortização do empréstimo bancário do Santander Totta, com relevância para a capacidade de endividamento, que em comparação ao ano de 2005, representa um acréscimo de 60 % do volume de amortizações ao assumir 2.302.144 €.

- Pelo incremento de 16% no pagamento de juros, facto a que não estará alheio o crescimento verificado ao nível das taxas de juro, tendência que permanece na presente conjuntura macro-económico.

Neste contexto não é de estranhar que o peso do serviço de dívida, quer no total da receita, quer no total da despesa, tenha aumentado de forma significativa em 2006, o que traduz uma maior necessidade da receita contribuir para o pagamento do serviço de dívida.

Refira-se que esta realidade foi oportunamente avaliada, dando inicio, na gerência em apreço, a um processo de reestruturação da dívida de médio e longo prazo, com exclusão de linhas de crédito bonificado, no montante global de 54.794.944,43€, que possibilitou quer a reformulação das condições contratuais em vigor, na parte que respeita a taxas de juro e respectivos spreads, quer a subscrição de uma operação de cobertura de risco – Swap taxa fixa com barreira para um período de 7 anos -, tendo em vista a dissolução do risco associado à volatilidade do mercado. Uma das premissas deste processo de reestruturação de dívida foi a rigorosa manutenção dos planos anuais de amortização em vigor, daqui decorrendo a não intencionalidade do Município em alterar o prazo global de cada um dos financiamentos originários. O seu garantido sucesso, permitirá ao município, a partir do exercício de 2007, ganhos consideráveis nesta matéria, que se estimam globalmente em cerca de 3.480.000,00€.

Tal-qualmente o apurado nas gerências anteriores continua a ser preponderante o peso do serviço de dívida dos empréstimos que relevam para efeitos de determinação da capacidade de endividamento.

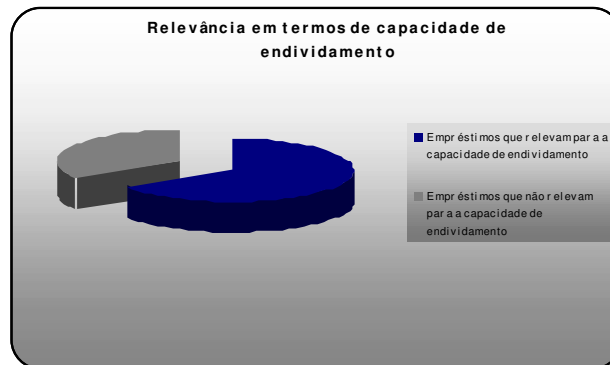
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA NO FIM DA GERÊNCIA

Apresenta-se de seguida, um quadro resumo dos empréstimos existentes à data de 31 de Dezembro de 2006, diferenciando-os consoante relevem ou não para o cálculo da capacidade de endividamento, para uma visão mais detalhada da estrutura do endividamento de médio e longo prazo.

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO		
	Capital em dívida a 31/12/2006	
	Montante	% do total
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	47.625.730	66,0%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	27.625.730	38,3%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000	20.000.000	27,7%
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento	24.506.796	34,0%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado -Intempéries - com o BTA no montante de 448.918,11	153.513	0,2%
Empréstimo Bancário de M.L. P com C G D - Complemento PER - no montante de 3.426.512,43 €	3.426.512	4,8%
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BES - Complemento PER - no montante de 2.428.716,06	2.320.774	3,2%
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 1.421.928,26	1.421.928	2,0%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 8.110.078,26	4.948.205	6,9%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	12.235.864	17,0%
Total da dívida de médio e longo prazo	72.132.526	100,0%

Un: Euros

Face aos valores apresentados e em conformidade com o definido na Lei das Finanças Locais, constata-se que do total dos empréstimos contraídos, 34% estão excluídos do cálculo da capacidade de endividamento. Na sua grande maioria respeitam à linha de crédito bonificado ao abrigo do Programa Especial de Realojamento, no âmbito da construção da habitação social.



LIMITE DA CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

De acordo com disposições legais à data vigentes, constantes quer da Lei das Finanças Locais (LFL) quer da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro - Orçamento de Estado para 2006 - os encargos anuais dos municípios com juros e amortizações dos empréstimos a médio e longo prazo, incluindo os das empresas municipais e associações de municípios em que participem (na percentagem da sua participação) não podem exceder o maior dos seguintes limites: 12,5 % dos Fundos de Base Municipal, Geral Municipal e de Coesão Municipal que caibam ao município, ou 10 % das despesas realizadas para investimento.

Anota-se que o limite de endividamento estipulado é aferido sem se considerar o serviço de dívida dos empréstimos excluídos do limite consagrado no n.º 3 do artigo 24.º da LFL, que no caso do município da Maia, se resumem aos que foram destinados à habitação social e à reparação de prejuízos resultantes de calamidade pública.

Interessa clarificar que para este efeito, no caso do município da Maia, não será de considerar o investimento pago pela Lipor na parte proporcional à participação da autarquia, uma vez que os empréstimos que possui não relevam para efeitos de cálculo da capacidade de endividamento. Por não possuírem empréstimos de médio e longo prazo contraídos, não são de incluir os valores de investimento realizado quer pelas Empresas Municipais quer pelos Serviços Municipalizados.

Para uma análise mais aprimorada da capacidade de endividamento de médio e longo prazo do município reproduz-se um quadro resumo com os valores que relevam para efeitos da sua determinação. Refira-se que pese embora o limite imposto de 10 % se aplique às despesas de investimento realizadas, em conformidade com o critério da DGAL apenas se considerou o investimento pago.

LIMITE DO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO		
	Serviço da dívida relevante	Investimento pago 2005
	(a)	(b)
Câmara	7.330.034	32.040.421
Empréstimo obrigacionista com o BCP no montante de 14.963.936,91 €	3.058.625	
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82 €	3.487.716	
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000 €	783.692	
SMAS	0	0
Empresas Municipais	0	0
Associações de Municípios		
LIPOR	0	0
TOTAL (1)	7.330.034	32.040.421
LIMITE DE ENDIVIDAMENTO (2)		3.204.042
(A) 10% do Investimento em 2005 (A)		3.204.042
(B) 12,5% (FGM+FBM)		1.441.918
(A) » (B) implica LIMITE = (A)		
CAPACIDADE LIQUIDA DE ENDIVIDAMENTO (3) = (2-1a)		-4.125.992
ÍNDICE DA CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO (3/2)		-128,77%

Un: Euros

(a) Serviço da dívida dos empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento

(b) Valor do Investimento pago em 2005 na parte correspondente à participação do município, desde que existam empréstimos contraídos que relevam para a capacidade de endividamento

Perante o exposto conclui-se que, no decurso da gerência de 2006 o Município da Maia não detinha capacidade de endividamento

DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Para satisfação de necessidades transitórias de tesouraria e nos termos do n.º 1, do art.º 24.º, da Lei n.º 42/98, de 6 Agosto, com as alterações entretanto introduzidas, durante o exercício de 2006 foi contraído um Empréstimo Bancário de Curto Prazo com o Banco Santander Totta, no montante global de 1.150.000,00 €, valor que foi integralmente amortizado em 29 de Dezembro. No âmbito da sua contratação foram suportados juros no valor total de 30.009,14 €.

Para além destes empréstimos bancários, os fornecedores c/c e de imobilizado, os credores de transferência para as autarquias locais e por investimentos financeiros, o Estado e Outros Credores, formam a outra componente do endividamento de curto prazo, cuja evolução se espelha no quadro seguinte.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO				
	2003	2004	2005	2006
Fornecedores c/c	9.027.806	5.642.277	5.531.218	4.545.822
Fornecedores imobilizado	22.182.145	26.436.111	37.462.165	32.638.378
Outros credores	3.876.552	3.506.611	2.672.743	3.014.168
Estado	0	22.530	0	10.570
Credores de transferências para as autarquias	1.235.488	1.782.781	1.890.193	2.448.805
Credores por Investimentos Financeiros	62.350	62.350	62.350	162.350
Credores Diversos	2.578.714	1.638.950	720.200	392.443
Total da Dívida de Curto Prazo	35.086.503	35.584.999	45.666.126	40.198.367
Taxa de Crescimento da Dívida de Curto prazo		1,42%	28,33%	-11,97%
Fornecedores c/c		-37,50%	-1,97%	-17,82%
Fornecedores imobilizado		19,18%	41,71%	-12,88%
Outros credores		-9,54%	-23,78%	12,77%

Un: Euros

Em 31 de Dezembro de 2006, expurgando o montante de operações não orçamentais e de adiantamentos por conta de vendas em hasta pública, o valor da dívida de curto prazo fixou-se em 40.198.367 €. Valor, em muito inferior ao da gerência anterior, cerca de 5.800.000€, o que espelha uma diminuição de quase 12% na dívida de curto prazo.

Da análise da evolução desta tipologia dívida no último quadriénio apura-se que esta redução resulta quase na íntegra do comportamento da conta de Fornecedores. Refira-se que, no caso dos fornecedores conta corrente, a dívida tem decrescido gradualmente ao longo dos anos, apurando-se a maior quebra no início do período. No que aos fornecedores de imobilizado respeita, a tendência de descida apenas se verifica em 2006 e atinge (-)12,88%. É sem dúvida esta rubrica que maior contributo teve no comportamento da dívida de curto prazo da gerência, ao ser responsável pelo decréscimo de perto 5.000.000 €.

Para esta realidade terá concorrido sobremaneira o empenho da autarquia na redução da realização de nova despesa.

A contrário, resulta das contas de Credores de Transferências das Autarquias Locais, Credores por Investimentos Financeiros e Estado, um acréscimo da dívida de curto prazo, com maior expressão na primeira das referidas contas (+ 29,6%).

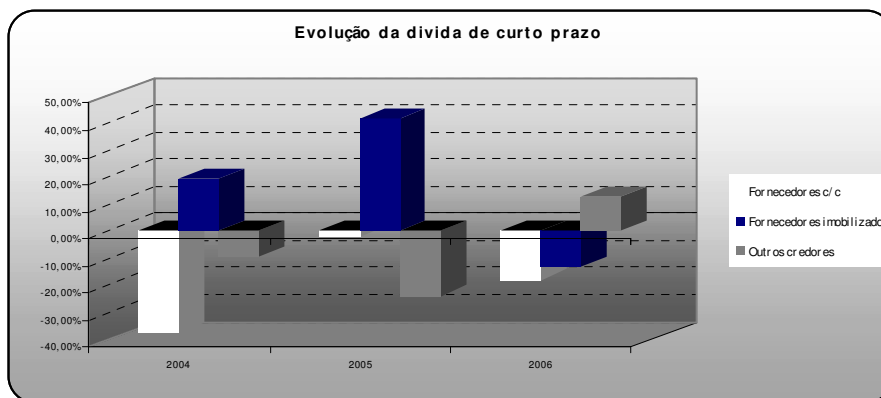
Para a citada percentagem de (+)29,6%, concorreu principalmente o aumento da dívida às Juntas de Freguesia em resultado das transferências de capital aprovadas em 2006, no âmbito do financiamento da construção dos seus centros cívicos. Tendência inversa verificada, já no que se refere à generalidade das restantes sub-rubricas deste agrupamento, consequência da política de contenção das despesas correntes.

Na conta de Credores por Investimentos Financeiros regista-se um ligeiro acréscimo devido ao aumento de capital subscrito pelo município à empresa de Aguas do Cávado S. A, e não realizado.

Quanto aos créditos a fornecedores de imobilizado anote-se que estão relevados na conta corrente de curto prazo, duas situações em que parte significativa da dívida, no montante de 3.682.333 €, apenas será exigível no médio e longo, e que a seguir se discriminam:

- A aquisição de terrenos localizados nas freguesias de Nogueira, Silva Escura, S. Pedro Fins e Folgosa, pertencentes à associação para o Parque de Ciência de Tecnologia do Porto, tendo em vista a implantação física do plano de Urbanização da Nova Centralidade Urbana “Nova Maia”, aprovada na reunião de câmara realizada em 20 de Março de 2003 e homologada pela Assembleia Municipal em 9 de Abril do mesmo ano, que apresenta um saldo credor de 4.131.000 €, sendo imputáveis a exercícios futuros 3.159.000 €.
- A aquisição de prédio rústico sito à margem da Rua da Fonte, freguesia de Avioso Santa Maria, pertencente à firma HENUP - Promoção Imobiliária, S.A., aprovada na reunião de câmara realizada no dia 14 de Outubro de 2004, homologada pela Assembleia Municipal em 27 de Outubro de 2004, cujo valor em dívida no fim do exercício atinge 1.046.667 €, sendo que 523.333 € só se vencem no ano de 2008.

Tendo em vista uma melhor visualização das oscilações da dívida a terceiros de curto prazo no último quadriénio, estrutura-se graficamente a sua composição e respectivos valores.



Não obstante o valor da dívida de curto prazo no fim do ano atingir 40.198.367€ é de destacar, no que se refere a projectos co-financiados, onde já existe o emprego de capitais na aquisição de bens de equipamento, e como tal já com dívida consolidada, que o Estado apresenta uma dívida para com a Autarquia, que ronda os 3.645.000€. Tal circunstância contribuiu de forma decisiva para o peso do endividamento de curto prazo, designadamente quanto á dívida a fornecedores de imobilizado.

A título de informação complementar, refira-se que no final da gerência de 2006 foram autonomizados em conta corrente própria os valores da cedência de créditos por parte de entidades fornecedoras, a seu pedido, a instituições financeiras diversas. Refira-se ainda que do total apurado como da dívida de curto prazo, respeitam a créditos cedidos 17.880.078 €, o que em termos relativos se traduz em 44% daquele total.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL

Clarificado que foi conceito de endividamento líquido, nomeadamente a metodologia utilizada pela Direcção Geral do Orçamento para cálculo do stock de endividamento líquido e do limite deste stock em 2006, aplicável a cada município, durante o presente exercício foi efectuado um controlo mais profundo à observância destes limites.

A Lei do Orçamento de Estado para 2006 (Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro) no n.º 5 do seu artigo 33.º, define o conceito de endividamento líquido como:

“...resulta da diferença entre a soma dos passivos financeiros, qualquer que seja a sua forma, incluindo, nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos financeiros, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras e as aplicações de tesouraria.”

E acrescenta ainda que:

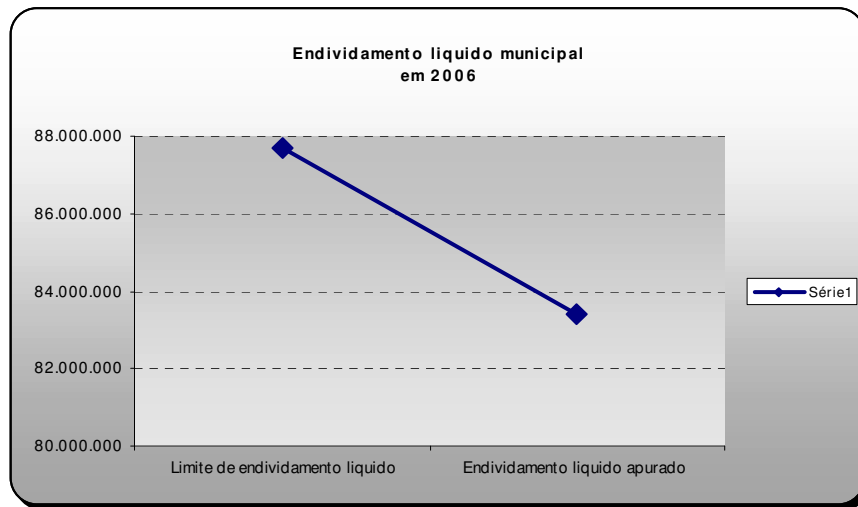
“O endividamento líquido de cada município, calculado de acordo com os n.ºs 4 e 5, não pode exceder, em 31 de Dezembro de 2006, o existente na data anterior acrescido do valor que caiba ao município no procedimento de rateio a que se refere o n.º 3 do referido artigo e diminuído do valor de amortizações de empréstimos que tenha de efectuar durante o ano de 2006”

Na prática a aplicação do princípio constante na lei, conduziu a um valor de capacidade de endividamento líquido da Câmara Municipal da Maia para o ano de 2006 de 83.387.645 €.

De imediato apresenta-se um quadro resumo que espelha o comportamento do município quanto a esta matéria.

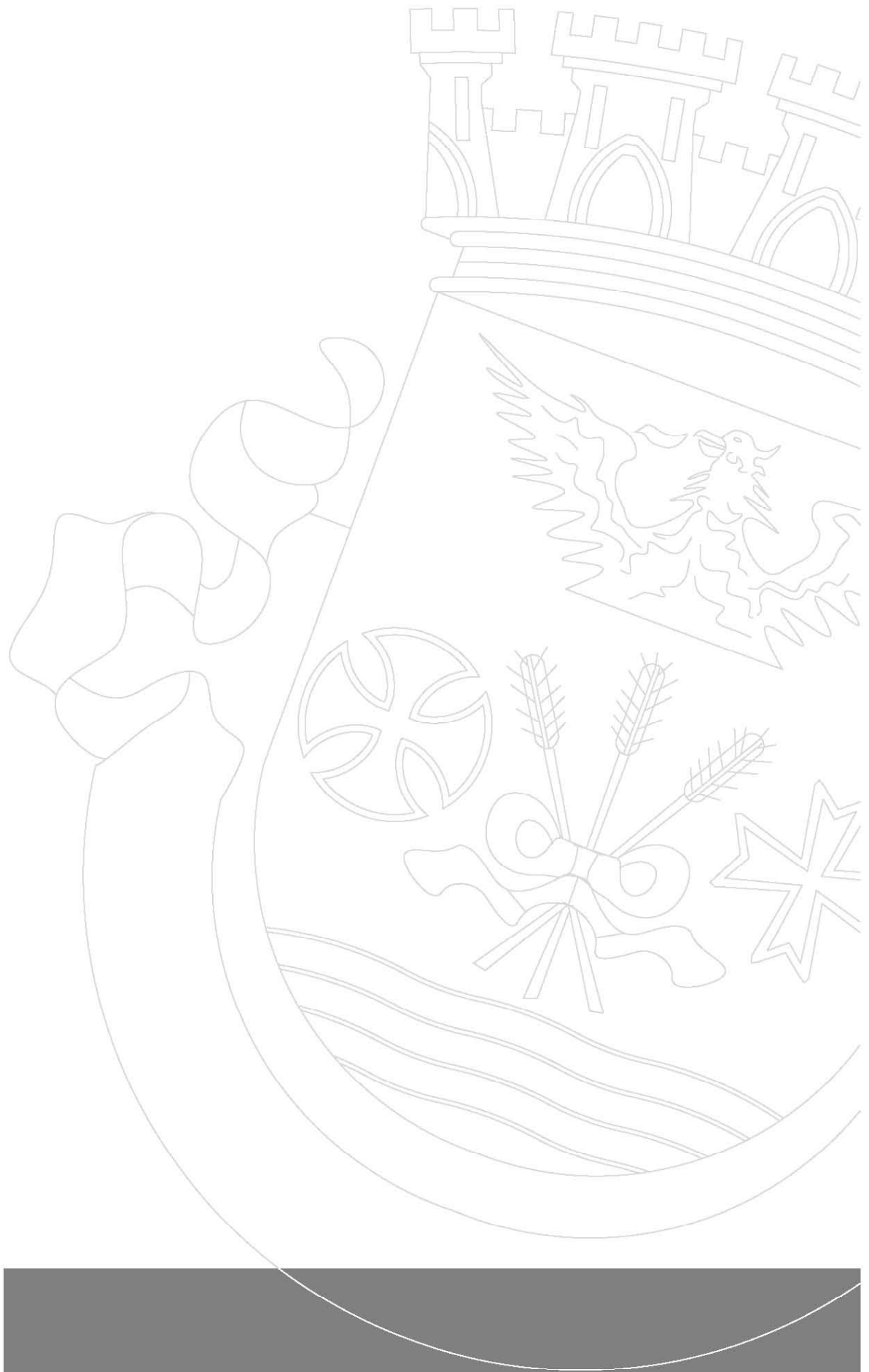
LIMITE DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL	
31 de Dezembro de 2006	
Limite de endividamento líquido	87.667.119
Endividamento líquido apurado	83.387.645
VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO APURADO	-4.279.474,00
TAXA DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	-4,88%

Un: Euros



A este propósito é de realçar o integral cumprimento do limite definido ao município, nomeadamente, que o endividamento líquido apurado no fim do presente exercício atingiu um valor inferior ao imposto por lei, em cerca de 4.300.000€, o que em termos relativos representa uma variação de (-) 4,88 % abaixo do limite máximo permitido.





ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DA AUTARQUIA - Balanço Sintético						
Descrição	2005		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Activo Líquido	465.317.741	100,00%	472.675.333	100,00%	7.357.592	1,58%
Imobilizado	448.689.400	96,43%	456.818.974	96,65%	8.129.574	1,81%
Circulante						
Existências	735.132	0,16%	740.365	0,16%	5.233	0,71%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	10.124.011	2,18%	9.237.361	1,95%	-886.650	-8,76%
Disponibilidades	4.089.799	0,88%	4.039.391	0,85%	-50.408	-1,23%
Acréscimos e Diferimentos	1.679.399	0,36%	1.839.242	0,39%	159.843	9,52%
Passivo	204.146.321	100,00%	192.270.076	100,00%	-11.876.245	-5,82%
Dívidas a Terceiros						
Médio e Longo Prazo	78.474.254	38,44%	72.132.526	37,52%	-6.341.728	-8,08%
Curto Prazo	49.709.929	24,35%	44.474.020	23,13%	-5.235.909	-10,53%
Acréscimos e Diferimentos	75.962.138	37,21%	75.663.530	39,35%	-298.608	-0,39%
Fundos Próprios	261.171.420	100,00%	280.405.257	100,00%	19.233.837	7,36%
Património	231.695.888	88,71%	252.587.687	90,08%	20.891.799	9,02%
Reservas	6.102.018	2,34%	8.599.857	3,07%	2.497.839	40,93%
Resultados Transitados	15.961.208	6,11%	10.012.452	3,57%	-5.948.756	-37,27%
Resultado Líquido do Exercício	7.412.306	2,84%	9.205.261	3,28%	1.792.955	24,19%

Un.: Euros

ACTIVO

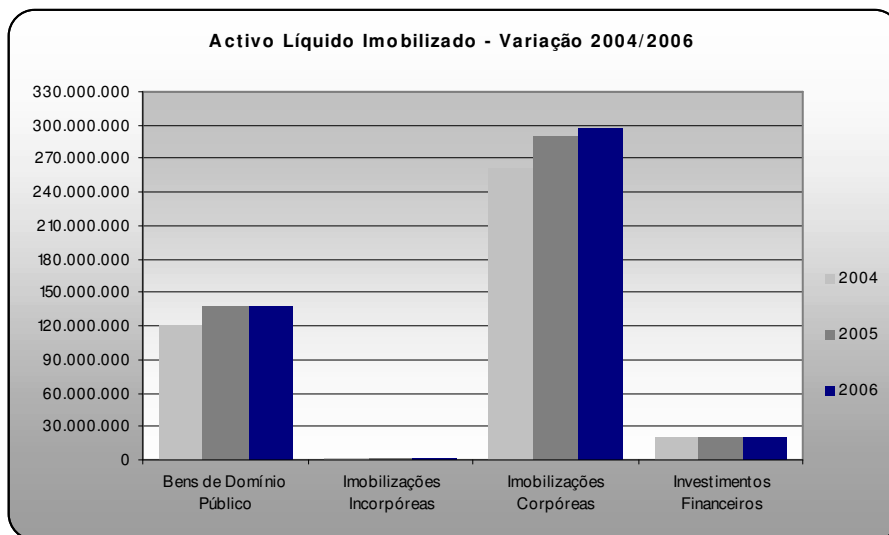
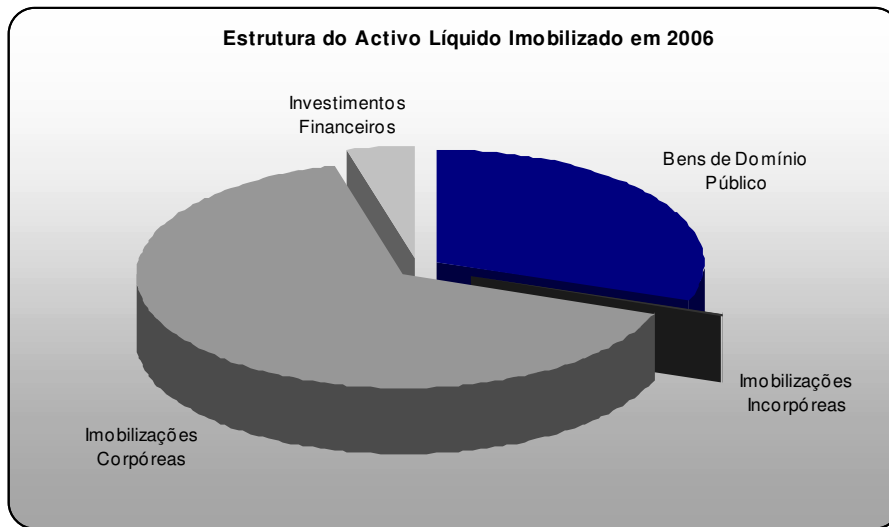
IMOBILIZADO

O Município da Maia terminou o ano 2006 com um activo líquido valorizado em 472.675.333 €, dos quais 456.818.974 €, ou seja 96,65%, dizem respeito a activos de imobilizado fixo. Destes, o predomínio recai sobre o imobilizado fixo de natureza corpórea, que compreende o expressivo valor de 297.496.875 € (65,12%).

Os bens de domínio público continuam a representar uma apreciável parcela do total do activo imobilizado fixo, ao absorver 30,25%. Seguem-se os investimentos financeiros e as imobilizações incorpóreas com representatividades significativamente inferiores, na ordem dos 4,26% e 0,37%, respectivamente.

Embora refreado no exercício em análise, o Município não deixou de prosseguir um continuado esforço de investimento, com maior visibilidade no domínio do imobilizado corpóreo. A variação do imobilizado de 1,81% que transparece do quadro antecedente resulta de uma apreciação efectuada em termos de activo líquido, ou seja, num cenário em que os aumentos do ano são afectados pela regular diminuição do activo imobilizado, por via das amortizações. Nesse pressuposto, o imobilizado corpóreo regista em 2006 um aumento na ordem dos 7.647.915 € (2,64%), enquanto que os bens de domínio público e os investimentos financeiros pautam-se por pequenas oscilações de 0,30% e 0,52%, respectivamente, sendo que o imobilizado incorpóreo teve um abrandamento de (-)1,73%.

Insere-se a estrutura gráfica do activo líquido imobilizado em 2006, bem como da sua variação no último triénio.



CIRCULANTE

O activo circulante, constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades, acusa em 2006 um ligeiro decréscimo, que se deveu sobretudo à diminuição das dívidas de terceiros de curto prazo. Aliás, esta é a rubrica mais preponderante do activo líquido circulante, com um peso de cerca de 66%, razão que justifica a sua apreciação circunstanciada.

DÍVIDAS DE TERCEIROS - Activo Bruto				
	2004	2005	2006	Varição 2006/2005
Clientes/Contribuintes e Utentes c/c	1.603.228	1.303.329	1.871.818	43,62%
Clientes/Contrib./Utentes/Deved. Diversos - Cobrança Duvidosa	716.970	3.307.937	1.598.915	-51,66%
Estado - Iva a Recuperar/Reembolsos Pedidos	207.891	208.720	0	-100,00%
Outros Devedores:	8.417.593	6.957.994	7.365.543	5,86%
Devedores de Transferências para as Autarquias Locais	6.304.400	5.462.358	3.714.133	-32,00%
Devedores Diversos - Outros	2.113.193	1.495.635	3.651.411	144,14%
TOTAL	10.945.682	11.777.979	10.836.276	-8,00%

Un.:Euros

A diminuição verificada nas dívidas de terceiros em 2006 assenta especialmente no agrupamento de contas de cobrança duvidosa, já que, desconsiderada a influência do decréscimo da conta *Estado*, dada a sua parca relevância no cômputo geral, os restantes agrupamentos de terceiros assinalaram variações positivas, com destaque para as contas de clientes, contribuintes e utentes conta corrente, que registaram um aumento de 43,62% em relação ao período anterior.

O contributo para esse acréscimo adveio com grandeza das verbas processadas nas contas de *Clientes c/c*, atribuídas basicamente à facturação referente ao reembolso de combustível por parte da empresa municipal Maiambiente, e de *Contribuintes c/c*, quanto às taxas devidas pela Portgás, S.A., por ocupação do domínio público.

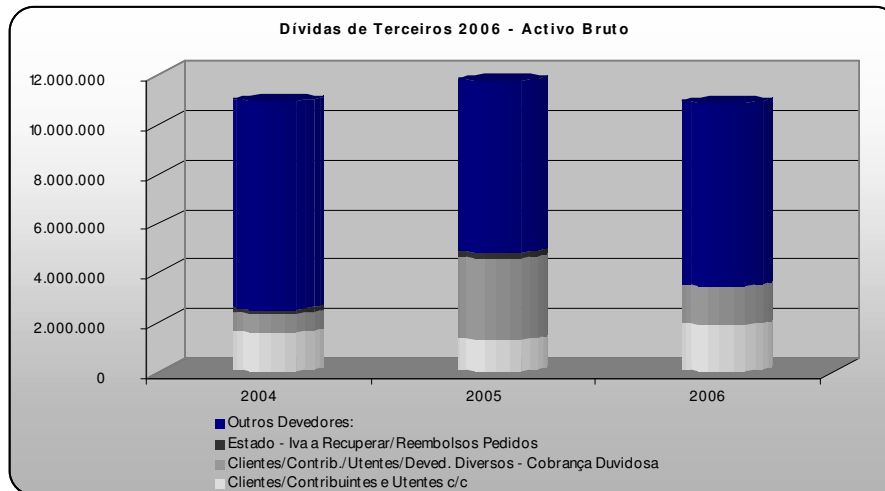
Tal como ficou documentado no relatório de gestão do exercício de 2005, aquando da análise das dívidas de terceiros de curto prazo, o exuberante aumento verificado naquele ano nas contas de cobrança duvidosa foi originado pelo registo de valores que até então não tinham sido alvo de tratamento contabilístico, no âmbito de processos de licenciamento de loteamentos e obras, designadamente quanto à actual Taxa Municipal de Infra-estruturas Urbanísticas (TMU).

Previsivelmente, ultrapassado esse *boom*, os registos em cobrança duvidosa sucedem-se com a periodicidade inerente ao regular funcionamento dos serviços e ao surgimento dos factos que assim determinem a sua contabilização.

Esse esforço tendente ao reconhecimento de dívida inerente a factos patrimoniais que em tempo devido não foram contabilizados continuou a nortear a acção dos serviços financeiros, em 2006 especialmente orientada para a contabilização de valores relacionados com a compensação pela não cedência de áreas, no domínio de processos de loteamento.

Foi justamente essa relevação de direitos sobre terceiros, traduzida numa substancial variação de 2.155.776 € (144%), que concorreu para o crescimento dos créditos sobre "*Devedores Diversos – Outros*", já que as transferências para as autarquias locais apontam para uma diminuição de (-)1.748.226 €. Em "*Devedores de Transferências para as Autarquias Locais*" incluem-se todos os valores devidos ao Município por conta de financiamentos oriundos da Administração Central ou de Fundos Comunitários, no âmbito de candidaturas oportunamente homologadas. Como é sabido, está cada vez mais próximo o encerramento do III Quadro Comunitário, o que inevitavelmente se repercute no menor ritmo de contabilização de receita desta natureza.

Auxilia-se a análise antes efectuada com a correspondente representação gráfica, tendo em vista uma melhor percepção das variações ocorridas.



A porção do activo líquido absorvida em 2006 pelas *Existências* e pelas *Disponibilidades* é, a exemplo do verificado em exercícios anteriores, manifestamente ínfima, não captando por isso qualquer observação de realce.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em cumprimento do princípio da especialização dos exercícios é adoptada a metodologia de contabilização dos custos e dos proveitos à medida que estes são gerados, independentemente do seu recebimento (receita) ou pagamento (despesa). Para que se materializasse tal princípio foi criada a conta 27 – *Acréscimos e Diferimentos*, que se destina ao registo dos custos e dos proveitos nos exercícios a que respeitam, quando ocorre desfasamento temporal com as correspondentes despesas e receitas.

Sempre que num dado exercício económico esteja em causa a contabilização de despesas ou o reconhecimento de proveitos, em que os custos ou as receitas, respectivamente, sejam de reflectir em anos futuros, estamos em presença de acréscimos e diferimentos de natureza activa – *Custos Diferidos* e *Acréscimos de Proveitos*.

Em 2006, o reconhecimento de custos e proveitos por via de acréscimos e diferimentos de natureza activa fixou-se em 1.839.242 €, cabendo a *Acréscimos de Proveitos* o valor de 1.702.941 € e a *Custos Diferidos* o montante de 136.301 €, conforme se diferencia no quadro interposto. Como sempre, a parcela preponderante do total de acréscimos e diferimentos activos (78,66%) deve-se a cobranças de impostos e taxas efectuadas em 2006 pela Administração Central, sobretudo durante o mês de Dezembro, cujo processamento de receita se verifica em Janeiro de 2007.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		1.839.242
27.1 - Acréscimos de Proveitos		1.702.941
27.1.1 - Juros a Receber		
	Proveitos a reconhecer em 2006 referentes a juros de depósitos à ordem e a prazo	24.202
27.1.3 - Impostos e Taxas		1.446.742
	Cobranças da Administração Central efectuadas em 2006, referentes a:	
	Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Bens Imóveis/Sisa	
	Imposto Municipal s/ Imóveis/Contribuição Autárquica	
	Imposto Municipal s/ Veículos	
	Inspeção Sanitária	
	Direitos de Passagem	
27.1.9 - Outros Acréscimos de Proveitos		
	Proveitos a reconhecer em 2006 referentes a transferências no âmbito do "Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar" e do "Programa de Voluntariado Sénior"	28.461
	Receita obtida no exercício de 2006 referente à utilização de instalações desportivas: Piscinas Municipais de Águas Santas, Gueifães, Folgosa e Complexos de Ténis e de Ginástica da Maia/ Pista Atletismo	31.890
	Receita proveniente da inspeção de elevadores em 2006	2.596
	Bonificações relativas a empréstimos contraídos no âmbito de linhas de crédito bonificado	142.892
	Proveitos a reconhecer em 2006 referente à venda de senhas de refeições escolares	24.520
	Outros acréscimos de proveitos	1.638
27.2 - Custos Diferidos		136.301
27.2.1 - Prémios de Seguros		46.798
27.2.4 - Vigilância e Segurança		3.990
27.2.9 - Outros Custos Diferidos		
	Custo da cedência de 3% do capital social da Tecmaia, por ocasião da aquisição de terrenos à APCTP - Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto.	70.733
	Outros custos (manutenção jardins; assistência técnica; renovação assinatura D.R.)	14.780

Un.: Euros

PASSIVO

DÍVIDAS A TERCEIROS

Ressalva-se que a apreciação aqui levada a efeito atende à informação contida no balanço, englobando por isso, quer operações orçamentais quer não orçamentais.

Infectindo a tendência demonstrada nos últimos exercícios económicos, o total do passivo regista em 2006 um decréscimo de (-)5,82%, gerado na globalidade dos agrupamentos ali contidos, sobressaindo especialmente as reduções das dívidas a terceiros de curto e médio e longo prazos.

Se a descida patenteada na dívida de médio e longo prazo (- 8%) resulta naturalmente da continuidade do serviço de dívida dos empréstimos de médio e longo prazo oportunamente contratados pelo Município que, a cada ano que passa, se vê mais abreviado, atendendo a que não foram contraídos novos financiamentos, já a dívida de curto prazo denota o esforço desenvolvido pelo Município no âmbito do controlo do endividamento autárquico.

Com efeito, regista-se em 2006 uma salutar diminuição das dívidas a terceiros de curto prazo, de (-)5.235.909 €, circunstância esta que constitui um bom prenúncio na esfera de acção municipal, cujo objectivo se fixa no equilíbrio financeiro que possibilite o cumprimento atempado dos compromissos assumidos perante terceiros.

Remete-se neste ponto para uma análise mais pormenorizada difundida em capítulo próprio da *análise da dívida do Município*.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Igualmente confinados ao princípio da especialização dos exercícios são os acréscimos e diferimentos de natureza passiva. Têm lugar sempre que no exercício económico se relevam custos ou se processam receitas, em que as despesas e os proveitos, respectivamente, respeitem a períodos subsequentes - *Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos*.

Tais contabilizações ascenderam em 2006 a um valor global de 75.663.530 €, repartindo-se por *Acréscimos de Custos* 2.945.564 € e por *Proveitos Diferidos* 72.717.966 €, como se reflecte no quadro seguinte.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		75.663.530
27.3 - Acréscimos de Custos		2.945.564
27.3.1 - Seguros a Liquidar		48
27.3.2 - Remunerações a Liquidar		
Encargos com férias (mês e subsídio) a processar em 2007/Encargos sociais a cargo da Câmara, processados em Janeiro 2007/Trabalho extraordinário/Ajudas Custo/Deslocações/Execuções Fiscais		1.547.675
27.3.3 - Juros a Liquidar		977.834
27.3.4 - Comunicações		20.406
27.3.5 - Electricidade		20.510
27.3.6 - Transferências/subsídios/prestações sociais concedidas		33.639
27.3.7 - Gás		6.806
27.3.9 - Outros Acréscimos de Custos		
Encargos com a saúde de serventuários da Autarquia		128.982
Reembolsos e encargos relacionados com a cobrança de impostos e taxas		35.291
Encargos com a manutenção de jardins		19.241
Serviços de manutenção/limpeza/vigilância/segurança		12.688
Transportes Escolares		68.096
Reparações/contratos de manutenção/assistência		33.315
Iluminação de Natal		27.419
Outros Custos		13.615
27.4 - Proveitos Diferidos		72.717.966
27.4.2 - Rendas		
Processo de antecipação de rendas		17.955.948
Outras rendas		23.442
27.4.5 - Subsídios para Investimentos		54.699.574
27.4.6 - Subsídios de Exploração		
Mecenato - Manutenção Espaços Exteriores de Escolas		11.520
27.4.9 - Outros Proveitos Diferidos		
Receitas provenientes da utilização de instalações desportivas		27.482

Un: Euros

Por conta de *Acréscimos de Custos* merece particular reparo o valor de 1.547.675 €, atribuído a remunerações a liquidar. Considerando que o subsídio de férias e o mês de férias constituem um direito adquirido pelos trabalhadores no ano imediatamente anterior, inclui-se em 2006 o custo de 1.402.991 €, montante que equivale às responsabilidades dessa natureza a processar em 2007, adicionadas dos respectivos encargos sociais, com referência ao pessoal do quadro. Concorrem ainda para o valor de 1.547.675 € as importâncias a despender em Janeiro de 2007, referentes a encargos sociais a cargo do Município, a trabalho extraordinário, a ajudas de custo, a deslocações e a execuções fiscais, cujos custos se reportam ao exercício de 2006.

A parcela de juros a liquidar, no montante de 977.834 €, respeita aos custos de financiamento a reconhecer em 2006, associados ao serviço de dívida de médio e longo prazo em curso.

Como *Proveitos Diferidos* sobressaem os valores inerentes ao processo de antecipação de rendas, 17.955.948 €, e a subsídios de investimento, 54.699.574 €.

O primeiro dos referidos valores resulta, como é sabido, da importância de 20.000.000 € que reverteu a favor do Município por ocasião do processo de antecipação de rendas dos empreendimentos de habitação social, prosseguido pela Espaço Municipal no último trimestre de 2004. Desde então, tem sido anualmente subtraído àquele valor e transferido para proveitos, um montante de rendas proporcional ao valor que representam no total cedido, considerados os prazos dos contratos de arrendamento respectivos. Refira-se que tais imputações anuais de proveitos se estenderão até ao ano 2029, período em que o referido valor de 20.000.000 € terá sido esvaziado da rubrica de proveitos diferidos.

Já o valor de 54.699.574 € reporta-se a registos de comparticipações para investimento, independentemente do seu recebimento, no âmbito de projectos devidamente homologados, na alçada dos Quadros Comunitários de Apoio ou de Protocolos e Contratos-Programa oportunamente celebrados.

Uma vez notificada a aprovação da candidatura apresentada, procede-se à contabilização, como proveito diferido, do total da comparticipação atribuída. Os correspondentes valores vão sendo transferidos para disponibilidades do Município de acordo com a execução dos respectivos projectos, e na sequência dos pedidos de pagamento formulados, com base na facturação emitida ou recibos comprovativos do pagamento.

Resulta daqui que uma parte deste valor constitui crédito do Município, adequadamente relevado nas respectivas contas de terceiros, e que no final de 2006 importa em 3.714.133 €. Apesar da posição credora do Município relativamente a determinados projectos, certo é que em relação a alguns deles já procedeu ao pagamento do total do custo de execução junto das respectivas entidades fornecedoras, dependendo a libertação desses montantes da integral observância de formalidades constantes dos projectos homologados. É disso exemplo o crédito do Município sobre o INH, no valor de 1.486.485 €, que na sua quase totalidade respeita a retenções de 10% das comparticipação aprovadas, relativamente aos quais encontram-se já solvidas perante os empreiteiros as inerentes despesas.

FUNDOS PRÓPRIOS

O agrupamento do balanço circunscrito aos *Fundos Próprios* totaliza no exercício de 2006 o valor de 280.405.257 €, superior em 7,36% ao verificado no antecedente ano.

O aumento dos *Fundos Próprios* em cerca de 19.233.837 € relativamente ao ano anterior justifica-se no essencial pelo resultado líquido positivo gerado pelo Município e pela contabilização de factos patrimoniais que não foram em devido tempo objecto de inscrição no balanço inicial.

Salienta-se o facto de o Município demonstrar uma continuada e sólida capacidade de gerar resultados líquidos positivos, situação uma vez mais constatada no exercício em análise, ao espelhar um valor de 9.205.261 €, superior em 1.792.955 € ao evidenciado em 2005. O ciclo de exploração gera proveitos que garantem o pagamento de todos os custos produzidos, libertando ainda uma substancial parcela para aplicação em despesas de investimento.

Consta das *Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados* um ponto dedicado à explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de 2006 de cada uma das contas da classe 5 constantes do balanço.



maia

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS							
Custos e Perdas	Exercícios			Proveitos e Ganhos	Exercícios		
	2005	2006	Variação		2005	2006	Variação
Total de Custos Operacionais (A)	45.421.548	42.993.680	-5,35%	Total de Proveitos Operacionais (B)	53.686.285	56.015.712	4,34%
Total de Custos Financeiros (C)	2.174.857	3.495.863	60,74%	Total de Proveitos Financeiros (D)	326.675	675.877	106,90%
Total de Custos Extraordinários	3.133.344	5.390.579	72,04%	Total de Proveitos Extraordinários	4.129.093	4.393.794	6,41%
Total dos Custos	50.729.748	51.880.123	2,27%	Total dos Proveitos	58.142.054	61.085.384	5,06%
Resultado Líquido de Exercício	7.412.306	9.205.261	24,19%				
Total	58.142.054	61.085.384	5,06%				
Resultados Operacionais: (B-A)	8.264.738	13.022.032					
Resultados Financeiros: (D-C)	-1.848.182	-2.819.986					
Resultados Correntes: (B+D)-(A+C)	6.416.556	10.202.046					

Uh. Euros

Em resultado da actividade desenvolvida pelo Município da Maia em 2006, foi originado um resultado líquido positivo de 9.205.261 €, originário de um total de proveitos de 61.085.384 € e de custos incorridos de 51.880.123 €.

Tal como é dado observar, é a actividade operacional que peremptoriamente influi na formação desse ganho, ao contribuir com um resultado de 13.022.032 €. A actividade operacional do Município é de facto aquela que é determinante para os resultados obtidos. Os proveitos operacionais aproximam-se de 92% do montante global dos proveitos. De igual forma, do lado dos custos, são os operacionais os que mais relevam, com um peso percentual de cerca de 83%.

Todavia, aprez registar que a actividade operacional gera fluxos mais do que suficientes para fazer face à totalidade dos custos de igual natureza. Aprez ainda mais verificar que no transacto ano 2006, se por um lado os proveitos operacionais se caracterizaram por um aumento de 2.329.427 €, por outro os custos operacionais foram minorados em 2.427.867 €.

Com excepção das “Amortizações do Exercício”, todos os custos foram reduzidos em 2006, com maior expressão nos relevados por via de “Provisões do Exercício”, de “Fornecimentos e Serviços Externos” e de “Transferências e Subsídios Correntes Concedidos”, em (-)100%, (-)7,07% e (-)9,23%, respectivamente.

Já quanto aos proveitos, arredadas a “Venda de Produtos” e “Outros Proveitos e Ganhos Operacionais”, todas as contas registam aumentos em 2006, fazendo sobressair o aumento de 1.522.517 € por conta de impostos e taxas.

Centrando agora a análise nos resultados financeiros, a situação inverte-se, ou seja, os custos são substancialmente superiores aos proveitos apurados. Comparativamente ao ano anterior, o custo do financiamento agravou-se, para o que contribuiu decisivamente a subida das taxas de juro, além do pagamento de juros mora em mais 234.126 €, designadamente à entidade MSS – Construtora, S.A.

Os proveitos financeiros fazem-se sempre representar por valores modestos, convindo no entanto referir que os mesmos apresentam uma variação positiva de 349.202 €, cujo valor provém da contabilização da bonificação de juros dos empréstimos PER, encontrando-se esse valor também reflectido em custos financeiros, na conta de juros suportados.

Os resultados financeiros do exercício fixam-se em (-)2.819.986 €, cujo valor conjugado com o resultado operacional justifica um resultado corrente em 2006 de 10.202.046 €.

Carecem apenas de reparo os resultados extraordinários que, relativamente a 2005, inflectem a sua tendência, ao apresentarem um valor negativo de 996.785 €. Para o mesmo concorreu especialmente a elevação dos custos extraordinários, ainda que os proveitos extraordinários registem um aumento de 6,4%. Em ponto próprio das notas ao balanço e à demonstração de resultados expõem-se claramente as razões inerentes aos registos de natureza extraordinários efectuados no decurso de 2006.

Desta forma o resultado do líquido do exercício situa-se nos 9.205.261 €, o que face ao ano anterior se traduz por um aumento de 24%.



De conformidade com o preceituado no ponto 2.7.3 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 24 de Fevereiro, a aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo, podendo o seu valor, quando positivo, ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas.

Deste modo, o Executivo Municipal propõe que o resultado líquido de 2006, no montante de 9.205.260,98 €, após ter sido transferido para a conta 59 – *Resultados Transitados* no exercício seguinte, tenha a seguinte aplicação:

- Reforço anual da conta 57.1 – Reservas Legais, no valor de 5% do resultado líquido do exercício – 460.263,05 €;
- Reforço do Património pelos restantes 95% - 8.744.997,93 €



maia

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INTRODUÇÃO

Os *Anexos às Demonstrações Financeiras* constituem, de acordo com o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, uma das peças integrantes dos documentos de prestação de contas. Abrangem um conjunto de notas cuja informação se destina, por um lado, a desenvolver e a comentar as quantias incluídas no balanço e na demonstração de resultados e, por outro, a divulgar factos ou situações que, não tendo expressão naquelas demonstrações financeiras, são úteis para o leitor das contas.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL, omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis, ou para cujo conteúdo se considera não existir informação relevante que justifique a sua divulgação.

Os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efectuados de acordo com os princípios no ponto 3.2 do POCAL. De acordo com o princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre o Balanço Final de 2005 e o Balanço Final de 2006.

Em observância do disposto no POCAL, a óptica patrimonial prevalece sobre a óptica económica, excepto quanto a contabilização de terrenos adquiridos à TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., foi aplicado o princípio da substância sobre a forma, atenta a expressa reserva de propriedade mencionada no contrato de compra e venda n.º 68/2003, de 23 de Dezembro (cláusula V), ao abrigo da qual a propriedade dos imóveis só será transferida para o Município na data do pagamento da última prestação, o que terá lugar em Março do ano 2012.

8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1. IDENTIFICAÇÃO

Município da Maia

Praça do Doutor José Vieira de Carvalho

4470 – 202 MAIA

Número de identificação fiscal :505387131

Regime financeiro: Autonomia administrativa e financeira

N.º de eleitores: 97.709

8.1.2. LEGISLAÇÃO

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com os critérios e princípios de contabilidade geralmente aceites e preconizados no PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE DAS AUTARQUIAS LOCAIS (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A / 99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro.

8.1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFECTIVA

Foram aprovados pelo Executivo Municipal na sua reunião ordinária que teve lugar no dia 18 de Maio de 2005, e homologados pela Assembleia Municipal da Maia na 2.ª reunião da 3.ª sessão ordinária realizada no dia 13 do mês de Junho, o Regulamento da Macroestrutura Organizacional desta Câmara Municipal, o consequente organigrama e respectivo quadro de pessoal, cuja publicação ocorreu em 02 de Agosto de 2005, Diário da República n.º 147, II Série, Apêndice n.º 106. (Ver organograma anexo).

8.1.4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES

A Câmara Municipal da Maia é uma autarquia local cujas actividades são direccionadas à concretização das atribuições que lhe estão legalmente conferidas pela Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, através do exercício das competências descritas na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

8.1.5. RECURSOS HUMANOS

Durante a gerência em análise, em consequência das eleições autárquicas realizadas no dia 9 de Outubro, é de referir a alteração da composição do Órgão Executivo entretanto verificada.

O Órgão Executivo Municipal, é constituído pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Engenheiro António Gonçalves Bragança Fernandes e por oito Vereadores, a saber:

Eng.º António Domingos da Silva Tiago
Miguel Ângelo Santos Esteves Rodrigues
Dr. Mário Nuno Alves de Sousa Neves
Eng.ª Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras
Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
Dr. Manuel Marques Nogueira dos Santos
Rogério Duarte da Rocha
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

Anota-se que, em virtude da suspensão do mandato da Exm.ª Sr.ª Vereadora Eng.ª Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras, por gozo de licença de maternidade foram as referidas funções desempenhadas em regime de substituição no período compreendido entre 24 de Abril e 31 de Agosto de 2006 pela Exm.ª Sr.ª Vereadora Eng.ª Maria Inês Loureiro Rodrigues.

Os Senhores Vereadores Eng.º António Domingos da Silva Tiago, Dr. Mário Nuno Alves de Sousa Neves e Sr. Hernâni Avelino da Costa Ribeiro estiveram em regime de permanência .

Os Senhores Vereadores Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho, Dr. Manuel Marques Nogueira dos Santos estiveram em regime de meio tempo.

8.1.6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Os registos e demais procedimentos são efectuados num único sistema que integra quer a Contabilidade Orçamental, quer a Contabilidade Patrimonial, quer ainda a Contabilidade de Custos, não estando esta última, ainda, adequadamente implementada, em estrita obediência às determinações do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada, no Departamento de Finanças e de Património. As actividades deste departamento são asseguradas por três divisões

Divisão de Contabilidade e Controlo Orçamental

Divisão de Planeamento e Gestão Financeira

Divisão de Compras e Património

O sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, é um sistema de informação centralizado assente numa base de dados relacional, desenvolvido pela empresa Medidata.Net – Sistemas de Informação para Autarquias, AS, com excepção do Software existente nas instalações desportivas e recreativas. É constituído por 18 aplicações.

As diversas aplicações estão integradas entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

Da totalidade das aplicações existentes, não estão a funcionar como seria desejável, para a conveniente integração com o POCAL, prejudicando por isso, um controlo de custos mais eficaz e eficiente, as seguintes discriminadas: Obras Municipais e Programa de Concursos de Empreitadas e Maquinas (excepção feita ao que se reporta à área do Departamento e Ambiente e Qualidade de Vida).

Relativamente às Máquinas de Diversão, considerando que esta aplicação se encontra numa fase de implantação, as suas repercussões no POCAL não são geradas automaticamente.

A gestão informática das Instalações Desportivas e Recreativas da Autarquia, é garantida pelo Software C-GESP XXI, Gestão de Equipamentos Desportivos, da empresa CEDIS, Consultores em Sistemas de Informação e Informática, LDA. É de mencionar que esta aplicação ainda não está integrada com o POCAL, pelo que os lançamentos contabilísticos da receita cobrada por estes serviços no POCAL, são, neste momento, processados de modo independente daquela aplicação.

8.1.7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

- Acções Inspectivas levadas a efeito por órgãos de controlo interno (IGF e IGAT), com incidência na gestão e nos 3 anos anteriores:

Data da acção:	14-04-2004	Período abrangido:	2001/2004	Entidade:	IGF	N.º Processo:	2004/1/5/A3/430
Data da acção:	18-07-2005	Período abrangido:	01/07/2001 a 18/07/2005	Entidade:	IGAT	N.º Processo:	130600
Data da acção:	15-05-2006	Período abrangido:	2003 a 2005 e 1.º semestre 2006	Entidade:	IGF	N.º Processo:	2006/34/4/A3/465

- Indicação da quota parte das amortizações e encargos financeiros resultantes de empréstimos contraídos pelas associações de municípios em que a entidade participe e/ou empresas públicas municipais:

LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto:

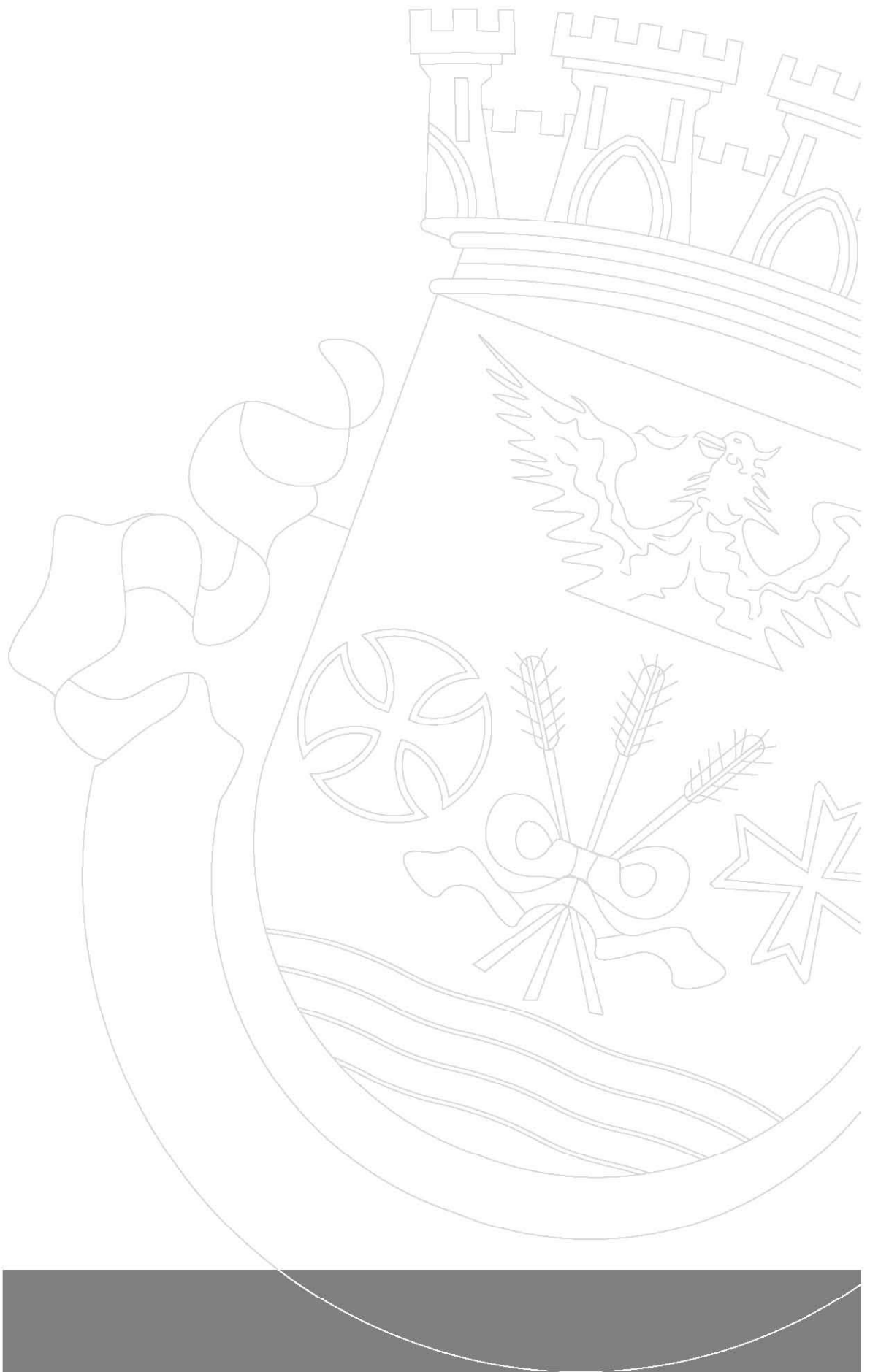
Amortizações – 393.477,72 €

Juros – 726.745,71 €

Regista-se que os valores anotados respeitam a empréstimos que não relevam para o cálculo da capacidade de endividamento.

- Documentos de Gestão:

Grandes Opções do Plano e Orçamento aprovadas pelos órgãos executivo e deliberativo em 07 e 28 de Dezembro de 2005, respectivamente.



8.2 – NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOTA 8.2.1 – DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO POCAL

Com excepção dos procedimentos estabelecidos quanto à aplicação de uma contabilidade de custos, cuja estrutura implementada no Município da Maia, embora em prática, carece de aperfeiçoamento substancial, não foi derogada qualquer disposição constante do POCAL, pelo que a informação contida no balanço e na demonstração de resultados reflecte a imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da Autarquia.

NOTA 8.2.3 – CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS.

Imobilizado

O activo imobilizado foi valorizado ao custo de aquisição ou de produção. Em relação a activos do imobilizado obtidos a título gratuito, foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, o valor resultante da avaliação seguindo critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, estes assumem o valor zero.

Existências

As existências estão valorizadas ao custo de aquisição, de acordo com os registos contabilísticos e respectiva documentação que os suporta. O método de custeio utilizado para as saída de armazém foi o do custo médio ponderado.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, com base nas taxas fixadas no classificador geral integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

Atento o critério da materialidade, e quanto aos bens de reduzido valor que foram contabilizados como imobilizado, foram os mesmos totalmente amortizados no ano de aquisição.

Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Quanto às dívidas de terceiros, refere-se que em 2006, a exemplo dos exercícios anteriores, designadamente o de 2005, se continuaram a relevar factos patrimoniais que vieram naquele período ao conhecimento dos serviços financeiros, e que até ao momento não tinham sido devidamente reconhecidos contabilisticamente. Tais situações inserem-se particularmente no domínio do licenciamento de obras e loteamentos.

Relativamente à dívida de terceiros classificada como de cobrança duvidosa foi constituída uma provisão equivalente a 100% daquele valor.

No que concerne à aprovação de financiamentos diversos, por via de contratos-programa ou de fundos comunitários, quando formalmente comunicadas as homologações das respectivas candidaturas, procede-se à contabilização dos correspondentes valores de acordo com a sua natureza – investimento, exploração ou outra –, reflectindo-se na conta de terceiros os montantes a receber.

Em 2006, foram patrimonialmente contabilizadas todas as dívidas a terceiros, mesmo aquelas cuja afectação a nível orçamental só venha a verificar-se em exercício(s) futuro(s).

No que respeita às dívidas a terceiros abrangidas por contratos de factoring, no âmbito de acordos estabelecidos nesse sentido entre entidades fornecedoras e instituições financeiras, conforme notificações recebidas nos serviços financeiros, anota-se que em 2006 foram tais valores diferenciados em contas próprias, a fim de destacar essa natureza de compromisso da regular dívida incluída em conta corrente.

Disponibilidades

As importâncias de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respectivamente.

NOTA 8.2.6 – COMENTÁRIO ÀS CONTAS 43.1 «DESPESAS DE INSTALAÇÃO» E 43.2 «DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO».

A conta 43.1 – *Despesas de Instalação*, abarca os registos inerentes à elaboração de projectos urbanísticos para diversas áreas do Concelho. Na conta 43.2 - *Despesas de Investigação e Desenvolvimento* não se registou em 2006 qualquer movimento.

Assinala-se que no âmbito do projecto Maia Digital foram desenvolvidos softwares específicos, cujos direitos sobre os respectivos modelos conceptuais não se encontram ainda relevados contabilisticamente.

NOTA 8.2.7 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO E NAS RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES.

Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões apresentam-se de acordo a informação contida nas listagens extraídas da aplicação informática, conforme documentos que integram os anexos às demonstrações financeiras (pág.s 15 e 16 dos *Anexos Documentais*).

Anota-se que os mapas aqui incluídos são extraídos da aplicação da contabilidade e não na do património como seria de presumir, dado que os elementos constantes dos mapas gerados pela aplicação informática do património não reflectem a exacta valorização da dinâmica do activo, uma vez que algumas das suas colunas compreendem duplicação de saldos.

Por limitações impostas pelo software informático, o tratamento de determinados factos patrimoniais (regularizações diversas, desafectações e outros) passa forçosamente pelo abate do bem, seguido de um

novo registo. Assim ficam ali anualmente espelhados aumentos e reduções que na verdade não correspondem à ocorrência de factos dessa natureza.

NOTA 8.2.8 – DESAGREGAÇÃO DE CADA UMA DAS RUBRICAS DOS MAPAS ANTEREDENTES.

Cada uma das rubricas dos mapas antes citados encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação legalmente exigível.

NOTA 8.2.9 – CUSTOS INCORRIDOS NO EXERCÍCIO RESPEITANTES A EMPRÉSTIMOS OBTIDOS PARA FINANCIAR IMOBILIZAÇÕES, DURANTE A CONSTRUÇÃO, QUE TENHAM SIDO CAPITALIZADOS NESSE PERÍODO.

No decurso do exercício em análise, os juros suportados por conta de empréstimos que se destinaram a financiar imobilizações não foram capitalizados durante o período em que estas se encontraram em curso, visto esta nunca ter constituído uma prática consistente de contabilização, dada a dificuldade em estabelecer de forma fidedigna a relação entre financiamento/imobilizado.

NOTA 8.2.14 – RELAÇÃO DOS BENS DO IMOBILIZADO QUE NÃO FOI POSSÍVEL VALORIZAR, COM INDICAÇÃO DAS RAZÕES DESSA IMPOSSIBILIDADE.

A relação de bens do imobilizado que não foi possível valorizar respeita essencialmente a bens que se encontram já nessa situação por ocasião da implementação do POCAL, dada a inexistência de informação que possibilitasse a sua adequada valoração, conforme listagem integrada nos anexos às demonstrações financeiras (pág.s 152 a 160 dos *Anexos Documentais*).

NOTA 8.2.15 – IDENTIFICAÇÃO DOS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO QUE NÃO SÃO OBJECTO DE AMORTIZAÇÃO E INDICAÇÃO DAS RESPECTIVAS RAZÕES.

De acordo com as disposições legais constantes do CIBE, não são susceptíveis de amortização os terrenos, bem como alguns dos bens afectos ao domínio público. A relação discriminada destes bens consta em anexo (pág.s 161 a 166 dos *Anexos Documentais*).

NOTA 8.2.16 – IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES PARTICIPADAS.

Entidades participadas		Parcela detida (2)		Resultados do último exercício		
Designação	Sede	Valor	%	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exerc.
Entidades Societárias						
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M. (1)	Edifício dos Paços do Concelho - Praça do Dr. José Vieira de Carvalho 4474-006 Maia	124.699,47	100,00%	148.133,54	47.087,70	2005
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.M. (1)	Av. D. Manuel II, 2070 - 5.º andar, Sala 55, 4470-200 Maia	49.879,78	100,00%	304.981,44	(65.130,61)	2005
Maiambiente, Empresa Municipal do Ambiente, E.M. (1)	Rua Central do Sobreiro - Vermoim - 4470-272 Maia	1.496.393,69	100,00%	1.474.751,00	881.685,00	2005
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Patrim., E.M. (1)	Av. D. Manuel II, Edif. Central Plaza, 2070 - 6.º, Sala 1, 4470-200 Maia	12.686.638,50	100,00%	12.428.689,77	(1897,23)	2005
TUM - Transportes Urbanos da Maia, E.M. (1)	Edifício dos Paços do Concelho - Praça do Dr. José Vieira de Carvalho, 4474-006 Maia	124.699,47	100,00%	42.776,99	(34.672,79)	2005
Águas do Cávado, S.A. (1)	Lugar de Gaído - Barcelos 4755-045 Areias de Vilar	1.150.000,00	7,70%	14.979.976,33	376.350,79	2005
Águas do Douro e Paiva, S.A.	Rua de Vilar, 235 - 5.º 4050-626 Porto	566.805,00	2,92%	24.239.141,00	1.550.961,00	2006
MACMAI - Matadouro Agrícola e Comercial da Maia, Ld.ª (1)	Rua 5 de Outubro 4470-302 Milheirós	14.963,94	50,00%	(25.444,00)	(38.342,02)	2005
MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Inform., S.ª (1)	Taguspark - Edifício Ciência II, n.º 11, 3.º B - 2740-120 Porto Salvo	150.199,00	4,64%	3.014.783,97	205.744,51	2005
NET - Novas Empresas e Tecnologias, S.A (1)	Rua de Salazares, 842 4100-442 Porto	2.500,00	0,50%	460.075,21	(11.554,55)	2005
TECMAIA - Parque Ciência e Tecnologia da Maia, S.ª (1)	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Moreira	2.799.390,00	51,00%	2.567.238,00	(509.622,00)	2005
PORTGÁS - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.ª	Rua Linhas de Torres, 41 4350-214 Porto	18.981,96	0,24%	47.029.185,78	13.699.645,02	2006
PRIMUS - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.ª (1)	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Moreira	49.900,00	7,24%	338.488,75	28.201,17	2005
RENOVARUM - Renovação Urbana da Maia, Ld.ª	Av. D. Manuel II - Edif. Central Plaza, 2070 - 6.º, Sala 1, 4470-200 Maia	124.699,47	100,00%	209.273,92	(2.948,64)	2006
METRO DO PORTO	Av. Fernão Magalhães, 1862 - 7.º 4350-158 PORTO	5,00	0,000100%	207.668.675,64	122.155.435,25	2006

(1) Relativamente a estas entidades foi informado que as respectivas contas não se encontravam ainda aprovadas à data da elaboração do presente documento.

(2) Valor Nominal da Parcela detida

Unidade: Euros

NOTA 8.2.22 – VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA INCLUÍDAS EM CADA UMA DAS RUBRICAS DE DÍVIDAS DE TERCEIROS CONSTANTES DO BALANÇO.

O total das dívidas de cobrança duvidosa, difundido nas contas 21.8 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa e 26.8.7.8 – Devedores diversos de cobrança duvidosa, ascende em 2006 o valor bruto de 1.598.915 €.

Anota-se que existe sempre alguma dificuldade em apurar com precisão a antiguidade das dívidas refletidas na conta 21 – Clientes, contribuintes e utentes de c/c, o que poderá eventualmente originar que o valor global de dívidas de cobrança duvidosa possa não incluir todas os montantes que verdadeiramente aí devessem ser incluídos.

NOTA 8.2.26 – DESCRIÇÃO DESAGREGADA DAS RESPONSABILIDADES, POR GARANTIAS E CAUÇÕES PRESTADAS E RECIBOS PARA COBRANÇA DE ACORDO COM O MAPA RESPECTIVO.

A informação aqui invocada consta em anexo inserido no volume II (pág. 232 dos *Anexos Documentais*).

NOTA 8.2.27 – DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES ACUMULADAS.

		PROVISÕES			
		2006			
		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0	0	0	0
291	Provisões para cobranças duvidosas	1.653.969	1.652.546	1.707.599	1.598.915
292	Provisões pra riscos e encargos	0	0	0	0
39	Provisões para depreciação de existências	0	0	0	0
49	Provisões investimentos financeiros	0	0	0	0
Total de Provisões		1.653.969	1.652.546	1.707.599	1.598.915

Un:Euros

O montante anual acumulado de provisões constituídas à data de 31 de Dezembro de 2006 ascende a 1.598.915 €, e respeita unicamente a riscos associados a cobranças duvidosas.

As provisões para cobranças duvidosas registadas em 2006 têm por base 100% do valor das dívidas em mora, constantes das contas *21.8 – Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa* e *26.8.7.8 – Devedores Diversos de Cobrança Duvidosa* de 353.621 € e 1.245.294 €, respectivamente.

Os movimentos de aumento e redução apresentados não correspondem inteiramente à ocorrência de factos patrimoniais que determinassem a contabilização desses valores. Trata-se de duplicação de saldos, por limitações de índole informática, inerente ao desdobramento da conta de provisões para cobranças duvidosas em “clientes, contribuintes e utentes” e “outros devedores”. O único lançamento que na verdade deveria ficar reflectido seria uma redução da provisão em 55.053 €, que no caso corresponde à diferença entre os movimentos anotados.

NOTA 8.2.28 – EXPLICITAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO DE CADA UMA DAS CONTAS DA CLASSE 5 – FUNDO PATRIMONIAL.

		FUNDO PATRIMONIAL			
		2006			
		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51	Património	231.695.888	20.891.799	0	252.587.687
56	Reservas de Reavaliação	600	0	0	600
57	Reservas	6.101.418	2.667.474	169.635	8.599.257
571	Reservas Legais	1.328.088	370.615	0	1.698.703
575	Subsídios	0	0	0	0
576	Doações	1.661.719	643.583	157.530	2.147.772
577	Reservas decorrentes da transferências activos	267.349	0	0	267.349
578	Cedências	1.485.884	173.740	12.105	1.647.518
579	Outras	1.358.378	1.479.536	0	2.837.914
59	Resultados Transitados	15.961.208	21.111.674	27.060.430	10.012.451
	Resultado Líquido Exercício 2005	0	7.412.306	7.412.306	0
	Correcção Balanço Inicial	13.850.109	12.298.366	19.276.605	6.871.870
	Correcções a exercícos anteriores	2.111.099	1.401.003	371.520	3.140.582
Totais		253.759.114	44.670.948	27.230.065	271.199.996

Un:Euros

O *Fundo Patrimonial* apresentava no início do exercício de 2006 o valor de 253.759.114 €, retendo-se em *Património* 231.695.888 € e o restante em *Reservas* e *Resultados Transitados*.

Como se demonstra no quadro que antecede, vários foram os movimentos ocorridos na classe 5 ao longo de 2006. Desde logo, e na sequência da proposta de aplicação de resultados líquidos do exercício de 2005, inclusa nos documentos de prestação de contas oportunamente aprovados, procedeu-se ao incremento das contas 51 – *Património* e 57.1 – *Reservas Legais*, pelos valores de 7.041.690,46 € e 370.615,29 €, nas percentagens de 95% e 5%, respectivamente. Para além disso, o *Património* foi ainda adicionado do montante de 13.850.109 € referente a regularizações ao balanço inicial efectuadas no decurso de 2005, cujo movimento de transferência teve lugar em 2006.

Nas *Reservas* foram ainda relevados, para além das já mencionadas *Reservas Legais*, factos que tiveram essencialmente a ver com o registo de parcelas de terreno que vieram à posse do Município por doação, cedência ou direito de propriedade.

Dos 643.583 € referentes a *Doações*, destacam-se as parcelas de terreno da Bouça do Xisto e do Lugar de Requeixo, na freguesia de Vermoim, e do Lugar de Ronfos ou Souto, na freguesia da Maia, cujo montante global ultrapassa os 50% do valor ali escrito.

Quanto a *Cedências*, respeita aquele valor a parcelas de terreno cedidas no âmbito da concessão de alvarás de licenciamento, não existindo qualquer registo que por si só mereça reparo especial.

Conclui-se a avaliação das *Reservas* aludindo à contabilização da importância de 1.364.148 € na conta 57.9 – *Outras*, representando 92% do total valor aí relevado, referente a um terreno que veio à posse do Município por usucapião, sito no Lugar da Lage, freguesia de Vermoim.

Finaliza-se a explicitação e justificação dos movimentos da classe 5 com a avaliação da conta 59 – *Resultados Transitados*, que, a exemplo do verificado em anos antecedentes, continua a caracterizar-se por uma grandeza de valores que extravasa o registo dos resultados líquidos do exercício anteriores e a sua consequente transferência para património e reservas.

Nesse sentido, e apesar do empenho que em cada ano é manifestado no sentido de indagar sobre a existência de registos que deveriam ter ocorrido aquando da elaboração do balanço inicial ou de outros que o não tenham sido em devido tempo, o certo é que tais ocorrências, para além de ainda permanecem com algum carácter de regularidade, envolvem valores significativos.

Assim sendo, a contabilização de elementos patrimoniais que não foram objecto de inscrição em sede de balanço inicial ou no exercício económico a que respeitam assume-se como uma acção resolutiva de um problema que decorre nos anos iniciais de implementação de um novo sistema contabilístico, face à complexidade da realidade autárquica.

Desta forma, também em 2006 foram efectuados todos os movimentos correctivos que se mostraram necessários, quer ao balanço inicial, quer a exercícios anteriores. Por associação a correcções do balanço inicial foram registados aumentos de património no valor total de 12.298.366 e reduções no montante de 5.426.496 €, enquanto que as regularizações de exercícios anteriores determinaram um acréscimo de 1.029.483 €.

NOTA 8.2.29 – DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS.

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS		
Movimentos	2006	
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências Iniciais	73.579,13	661.552,63
Compras	0,00	1.410.012,24
Regularização de Existências	0,00	-13.413,72
Existências Finais	-73.057,82	-667.306,94
Custos no Exercício	521,31	1.390.844,21

Un.: Euros

Em 2006, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas situou-se em 1.391.365,52 €, cujo valor se atribui quase na totalidade ao custo das *Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo*. Em *Mercadorias* são incluídos pequenos custos inerentes à venda de regulamentos, livros e mercadorias promocionais. Com efeito, a grande parte dos custos do exercício respeita à saída de existências para consumo dos diversos serviços municipais.

Encontrando-se as aplicações informáticas das funções aprovisionamento e contabilidade integradas, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas é uma informação continuamente gerada, após validação dos correspondentes movimentos de saída de armazém. Como se depreende, a referida integração de aplicações informáticas assegura a adopção do sistema de inventário permanente.

Apraz registar esse facto, contudo, tratando-se a gestão de armazéns de uma área caracterizada por uma grande sincronização de operações e, simultaneamente, pela produção de informação crucial para o pla-

neamento e controlo dos aspectos financeiros e das existências físicas, existem ainda alguns obstáculos que é necessário transpor. Essas contrariedades têm a ver essencialmente com:

A descentralização da função “Compras”, que inevitavelmente acaba por ser geradora de factos que por vezes fogem ao controlo dos armazéns;

A automatização de processos não ser absoluta. Existem determinados bens aos quais não está associado qualquer tratamento informático, impossibilitando assim o relacionamento da gestão de stocks com a contabilidade, pelo menos em tempo real. Existe sempre um controlo de entradas/saídas de armazém efectuado em suporte de papel, com reflexo contabilístico periódico. São disso exemplo, os combustíveis e algumas mercadorias que são geridas em locais desprovidos de sistemas informáticos que permitam a sua correcta gestão;

A inexistência de uma adequada gestão de processos produtivos, colocando aqui a tónica no Horto Municipal;

A não realização atempada dos movimentos informáticos de entradas/saídas de armazém;

Desajustamento informático quanto ao tratamento contabilístico de determinados factos patrimoniais.

Estas circunstâncias determinam a realização de diversos movimentos correctivos ao longo do exercício, com particular incidência aquando das operações de encerramento de contas. A este propósito, importa clarificar alguns aspectos inerentes ao apuro do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas em 2006.

O valor de 1.539.716 € constante de conta 31 – *Compras de Matérias-primas subsidiárias e de consumo* não corresponde na realidade a registos dessa espécie. Dada a formatação do sistema informático nesse sentido, ali se incluem movimentos de regularização de entradas em armazém – a ocorrência mais comum é a alteração de preços unitários –, estornos de facturas, totais ou parciais, e demais correcções, o que ocasiona duplicação de saldos na referida conta. O valor que efectivamente corresponde a compras do ano é de 1.420.012 €;

Uma significativa parte do valor imputado a *Regularização de Existências*, lançado automaticamente aquando da realização do inventário, encerra factos patrimoniais que eventualmente se desviam daqueles que aí devam estritamente ser incluídos. Referem-se concretamente todas as divergências que na verdade correspondem a consumos não relevados oportunamente, dado o desfasamento temporal verificado nos armazéns, entre os movimentos físicos e os informáticos. Algumas das situações foram atempadamente detectadas e corrigidas, outras, não o sendo, acabaram por ser corrigidas via conta *Regularizações de Existências*, no caso dos artigos que foram inventariados. Por esse facto, as correspondentes quebras/sobras foram registadas nas contas 65 e 76, procurando-se assim minimizar as consequências daí advenientes, assegurando o reflexo dos custos em *Resultados Operacionais*.

O valor das existências finais constante na aplicação de contabilidade, e que relevou para efeito de encerramento de contas (740.365 €) não coincide exactamente com o valor constante do mapa extraído da aplicação dos armazéns. A divergência resulta de inexactidões contidas nos valores das fichas de armazém e de ajustamentos efectuados tendo em vista a inclusão/exclusão de valores das existências finais,

face à facturação e à entrega ou não dos bens no ano que se encerra. Essas diferenciações foram entretanto rectificadas, mas só com reflexo na contabilidade.

Fica aqui uma referência particular ao Horto Municipal, designadamente à regularização de existências que automaticamente foi gerada pela aplicação informática do armazém aquando de uma contagem física de plantas produzidas naquele espaço, em que foi tomado como referência, não o efectivo valor das existências contadas, mas sim o custo médio ponderado que constava na ficha de armazém, e que respeita a compras efectuadas pelo Município, de idêntico bem.

No caso, trata-se de produção de bens, e não existe informação financeira fiável, designadamente a nível de contabilidade de custos, que permita tratar convenientemente tal realidade. Atendendo a essas vicissitudes, a ser considerado o valor daquelas regularizações, estaríamos por certo a fazer uma interpretação que induziria em erro, originando consequências bem mais nefastas do que aquelas que decorrem da sua não relevância.

NOTA 8.2.31 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS							
Custos e Perdas	Exercícios			Proveitos e Ganhos	Exercícios		
	2004	2005	2006		2004	2005	2006
681 Juros suportados	2.266.455	2.152.004	3.476.668	781 Juros obtidos	141.402	289.907	142.209
682 Perdas em entidades participadas	0	0	0	782 Ganhos em entidades participadas	0	0	0
683 Amortizações de invest.ºs em imóveis	0	0	0	783 Rendimentos de imóveis	50	50	50
684 Provisões para aplicações financeiras	0	0	0	784 Rendimentos participações de capital	30.904	29.533	29.909
685 Diferenças de cambio desfavoráveis	0	0	0	785 Diferenças de cambio favoráveis	0	0	0
687 Perdas na alienação de aplic. de tesour.	0	0	0	786 Descontos de pronto pagamento obtidos	1.452	2.190	11
688 Outros custos e perdas financeiras	79.927	22.853	19.195	787 Ganhos na alienação de aplic. Tesour	0	0	0
Total de Custos Financeiros	2.346.383	2.174.857	3.495.863	788 Outros proveitos e ganhos financeiros	755.585	4.994	503.699
Resultados Financeiros	-1.416.989	-1.848.183	-2.819.986	Total de Proveitos Financeiros	929.393	326.674	675.878
Total	929.393	326.674	675.878				

Un: Euros

Os resultados financeiros visam apurar os ganhos ou perdas inerentes às políticas financeiras do Município. Englobam assim os custos suportados pela utilização de recursos financeiros e os proveitos resultantes de aplicações financeiras, quer de curto, quer de médio e longo prazos.

O interesse dos resultados desta natureza manifesta-se pela informação que presta sobre o impacto financeiro sobre o resultado global do exercício.

Os resultados financeiros em 2006, de (-)2.819.986 €, exercem sobre o resultado líquido do exercício um efeito mais significativo do que no transacto ano. Esse ónus incide vincadamente no aumento dos juros suportados com o serviço de dívida do Município, e foi originado pela contínua subida da taxas de juros. Enquanto que em 2005 as taxas de juro associadas ao custo do financiamento se situavam na ordem dos 2,2% a 2,6% - circundando já os 3% no caso dos juros contabilizados no final do período por conta de acréscimos de custo -, em 2006 as percentagens situaram-se bem acima dos 3%.

Essa circunstância, por si só, justifica cerca de 825.514 € do aumento de 1.324.664 € observado na conta 68.1 – Juros Suportados.

O diferencial de cerca de 500.000 € respeita à alteração da metodologia de contabilização dos juros bonificados dos empréstimos PER e não tem qualquer interferência na variação dos *Resultados Financeiros*, uma vez que se encontra compensado na conta 78.8 – *Outros Proveitos e Ganhos Financeiros*. Até ao exercício de 2006 os juros eram contabilizados pelo seu valor líquido – já deduzidos da bonificação –, de acordo com o processamento previamente efectuado pela Caixa Geral de Depósitos. Todavia, o normativo contabilístico determina que não se compensem custos e proveitos, devendo-se proceder à contabilização de ambos. Assim, passam a ser contabilizados em custos os juro totais do financiamento relevando-se nos proveitos as correspondentes bonificações.

Apenas os financiamentos do empréstimo obrigacionista, contratado com o BCP, cujo serviço terminou em 2006, e do empréstimo bancário contratado com o Banco Santander Totta, então designado Banco Totta & Açores, no âmbito da linha de crédito bonificado das intempéries, que termina em 2007, se pautaram por uma diminuição de custos.

Do lado dos proveitos, para além do acréscimo de *Outros proveitos e ganhos financeiros*, já explicitado, atende-se à diminuição verificada na conta de *Juros obtidos*, que adveio exclusivamente de juros de aplicações a prazo.

NOTA 8.2.32 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS								
Custos e Perdas	Exercícios			Proveitos e Ganhos	Exercícios			
	2004	2005	2006		2004	2005	2006	
691 Transferências de capital concedidas	1.998.325	2.146.249	3.004.822	791 Restituição de impostos	0	0	0	
692 Dívidas incobráveis	151.253	22.316	0	792 Recuperação de dívidas	0	0	0	
693 Perdas em existências	0	36	1.106	793 Ganhos em existências	0	1	0	
694 Perdas em imobilizações	716.356	748.076	93.933	794 Ganhos em imobilizações	1.460.273	2.654.536	2.284.649	
695 Multas e penalidades	1.936	1.122	2.372	795 Benefícios de penalidades contr	333.045	560.863	483.495	
696 Aumento de amortiza. Provisões	0	0	0	796 Reduções de amortiz.e provisões	95.984	11.113	55.053	
697 Correções relativas a exerc. anteriores	463.759	189.652	2.192.671	797 Correções relativas a exerc. anteriores	344.892	357.227	1.021.123	
698 Outros custos e perdas extraordinários	42.755	25.893	95.675	798 Outros proveitos e ganhos extraordinários	478.304	545.353	549.474	
Total de Custos Extraordinários	3.374.383	3.133.344	5.390.579	Total de Proveitos Extraordinários	2.712.498	4.129.093	4.393.794	
Resultados Extraordinários	-661.885	995.750	-996.785					
Total	2.712.498	4.129.093	4.393.794					

Lh: Euros

Os resultados extraordinários inverteram em 2006 a tendência do ano precedente, registando um valor negativo de 996.785 €, o que se ficou a dever, fundamentalmente, às variações ocorridas numa boa parte dos custos desta natureza, embora com impactos distintos.

A tendência de aumento dos custos extraordinários não foi extensiva a todas as suas componentes e, quando verificada, pauta-se por comportamentos díspares. Os custos que registaram acréscimos superiores tiveram a ver com correções relativas a exercícios anteriores, seguindo-lhe as *Transferências de Capital Concedidas*. O aumento destas últimas imputa-se a transferências para as Juntas de Freguesia, efectuadas no âmbito de protocolo e contratos-programa oportunamente celebrados, tendo em vista a construção de edifícios-sede/pólos de serviços públicos daquelas autarquias, destacando-se as Freguesias de Águas Santas, Gemunde, Milheirós, Nogueira e Pedrouços.

Já a conta associada a correcções relativas a exercícios anteriores requer uma ponderada apreciação, em concreto de algumas das suas sub-contas.

Também neste caso, e tal como já foi referido aquando do desdobramento das contas de provisões, existe um problema de duplicação de saldos. Os valores anotados em correcções relativas a exercícios anteriores, quer de custos quer de proveitos, não expressam exactamente factos ocorridos que dessem lugar a lançamentos dessa espécie. Na verdade, parte do valor incluído em custos está compensado com valores que constam do lado dos proveitos. Tal situação decorre de uma limitação da aplicação informática, que ao não permitir anulações parciais de guias de receita, a regularização de determinadas situações passa inevitavelmente pela duplicação de saldos.

Salienta-se contudo que no exercício de 2006 ocorreram determinados factos que na verdade acarretaram um aumento de custos inerentes a correcções de exercícios anteriores. Por conta da regularização de amortizações de anos anteriores e do registo de despesa que não foi devidamente relevada nos exercícios a que respeitava, dada a inexistência nos serviços de contabilidade dos respectivos documentos, foram lançados custos que rondam os 522.000 €. Na sequência da inspecção tributária em sede de I.V.A., foi ainda relevado o montante de 133.400 € referente a imposto indevidamente liquidado pelo Município em anos transactos. Para além disso, registaram-se diversas anulações de receita de anos anteriores, no âmbito de processos de publicidade e de loteamentos de obras.

OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES.

Estando a qualidade da informação financeira dependente do conteúdo divulgado nas notas ao balanço e à demonstração de resultados, importa que se divulgue factos ou situações que, não tendo expressão nas demonstrações financeiras, se constituam úteis para a leitura das contas, pois influenciam ou podem vir a influenciar a posição financeira do Município. Nesse pressuposto, alude-se aos seguintes factos:

- Diferendo entre a LIPOR e o Município da Maia quanto ao facto de a primeira das referidas entidades estar, ou não, obrigada ao licenciamento da Central de Valorização Energética e do Aterro Sanitário da Maia, bem como ao pagamento das taxas municipais decorrentes da construção das referidas infra-estruturas. É entendimento da LIPOR que aquelas obras, por terem natureza de obra pública, não estão subordinadas ao regime jurídico do licenciamento de obras particulares e, por conseguinte, não estão sujeitas ao pagamento de taxas municipais. Tal posição não colhe a anuência do Município.

Em face desse desacerto de posições, o Município não assume a dívida à LIPOR relativa a participação para investimentos, no montante de 3.647.082,87 €, invocando que lhe são devidas as referidas taxas municipais. O dito valor não se encontra relevado contabilisticamente.

Dada a divergência entre as duas entidades, foi entretanto constituído um Tribunal Arbitral, a fim de dirimir o litígio. A resolução do assunto está em curso, não tendo ainda sido proferida qualquer decisão final.

- Em Setembro de 2006, foi o Município da Maia notificado pelos Serviços de Inspecção Tributária – Direcção de Finanças do Porto, do Projecto de Relatório de Inspecção Tributária, no qual são

descritas e quantificadas as correcções devidas no ano de 2004, e que resultam em imposto a entregar ao Estado, no valor global de 3.852.949,59 €. Para além de regularizações várias no âmbito de correcções a nível fiscal, resultantes de I.V.A. deduzido indevidamente, é ainda apontada a falta de liquidação de imposto, no valor de 3.800.000 € (20.000.000 € x 19%), na sequência do processo de antecipação de rendas dos empreendimentos de habitação social, prosseguido pela Espaço Municipal em 2004. Fundamenta a administração fiscal que, tratando-se de uma alienação de direitos, o Município da Maia deveria ter liquidado I.V.A. aquando da emissão do documento de débito subjacente à transferência de 20.000.000 € efectuada pela Espaço Municipal.

Por ocasião da realização do processo de antecipação de rendas, resultou do enquadramento fiscal da respectiva operação financeira, em sede de I.V.A., a sua não sujeição.

O Município da Maia, através da Sociedade de Advogados Nuno Cerejeira Namora, Pedro Marinho Falcão e Associados, exerceu o direito de audição que lhe foi conferido, apresentando os seus termos e fundamentos, perfilhando a interpretação de que, tratando-se de uma operação financeira, não é devido imposto pelo recebimento dos 20.000.000 €.

No início de Dezembro de 2006 foi recepcionada a nota de liquidação adicional feita com base na correcção efectuada pelos Serviços de Inspecção Tributária, de um valor a pagar pelo Município de 3.800.000 €.

Consequentemente, encetou desde logo o Município os procedimentos necessários à apresentação de reclamação graciosa.

A citada importância de 3.800.000 € não foi alvo de qualquer registo contabilístico, nem sobre o respectivo processo em curso foi constituída qualquer provisão para riscos e encargos, visto não ser reconhecida a probabilidade de se vir a incorrer no pagamento daquele encargo.



8.3 – NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO

NOTA 8.3.1 – MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO

Durante o exercício económico de 2006 foram efectuadas catorze modificações ao Orçamento, cujos documentos se anexam, que se traduziram em:

- Catorze alterações ao Orçamento da Despesa;
- Cinco alterações ao Orçamento da Receita.

NOTA 8.3.2 – MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

No que se reporta ao Plano Plurianual de Investimentos, assim, como ao Plano de Actividades Mais Relevantes, na gerência em análise foram efectuadas 19 alterações.

NOTA 8.3.6 – ENDIVIDAMENTO

(Pág.s 305 e 306 dos *Anexos Documentais*).



maia